

*Fabio Henrique Albuquerque de Jesus
Adilson Anacleto*

O VOO DA HARPIA:

*HORTAS COMUNITÁRIAS URBANAS E PERIURBANAS
COMO ALTERNATIVAS DE SOBREVIVÊNCIA,
UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR*



EDUNESPAR

*Fabio Henrique Albuquerque de Jesus
Adilson Anacleto*

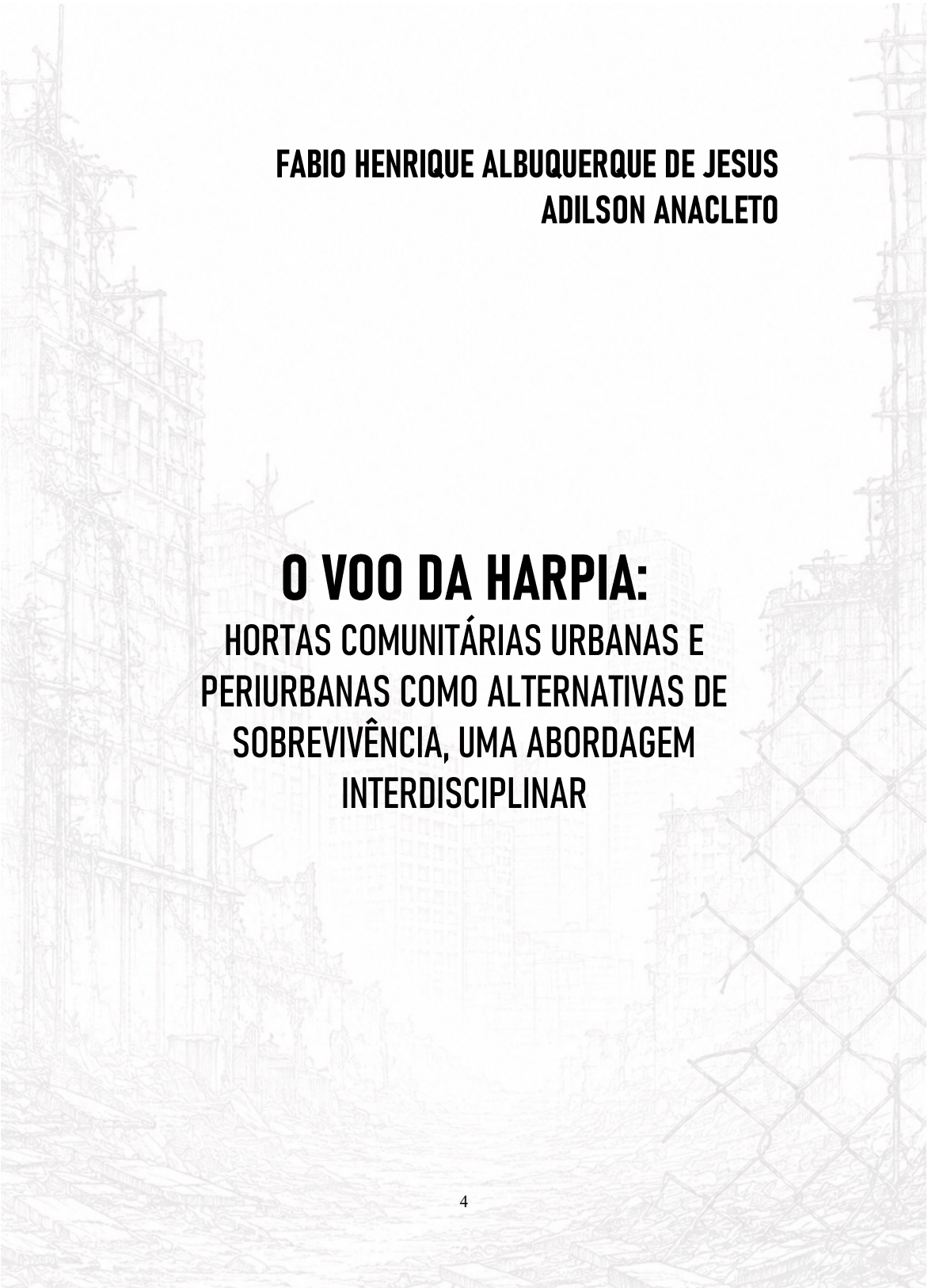
O VOO DA HARPIA:

**HORTAS COMUNITÁRIAS URBANAS E PERIURBANAS
COMO ALTERNATIVAS DE SOBREVIVÊNCIA,
UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR**



EDUNESPAR





**FABIO HENRIQUE ALBUQUERQUE DE JESUS
ADILSON ANACLETO**

**O VOO DA HARPIA:
HORTAS COMUNITÁRIAS URBANAS E
PERIURBANAS COMO ALTERNATIVAS DE
SOBREVIVÊNCIA, UMA ABORDAGEM
INTERDISCIPLINAR**



Reitora Salete Machado Sirino
Vice-Reitor Carlos Alexandre Molena Fernandes
Chefe de Gabinete Ivone Ceccato



Editora da Universidade Estadual do Paraná

Diretor Luis Fernando Severo
Assistente Editorial Felipe Carneiro Silva
Assistente Editorial Terezinha Eckelberg

Conselho Editorial

Áurea Andrade Viana de Andrade
Camila Matos
Carla Andreia Lorscheider
Cristiane do Rocio Wosniak
Franciele Mara Lucca Zanardo Bohm
Marcio Telles da Silveira
Maria Ivete Basniak
Matheus Amarante do Nascimento
Mauro Alejandro Baptista Y Vedia
Sarubbo
Sérgio Carrazedo Dantas
Tatiana Colasante
Tony Willian Boita

© 2026 Universidade Estadual do Paraná
Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial desta obra
sem autorização expressa da editora.



C R E A T I V E

Projeto Gráfico

Cleverson de Lima

Revisão ortográfica:

Cleverson de Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Jesus, Fabio Henrique Albuquerque de
O voo da Harpia : hortas comunitárias urbanas
e periurbanas como alternativas de sobrevivência,
uma abordagem interdisciplinar / Fabio Henrique
Albuquerque de Jesus, Adilson Anacleto. --
Campo Mourão, PR : Oxy Creative, 2026.

ISBN 978-65-976689-2-2

1. Agricultura - Aspectos socioeconômicos
2. Agronomia 3. Desenvolvimento sustentável -
Aspectos econômicos 4. Espaços urbanos 5. Horta
orgânica 6. Segurança Alimentar e Nutricional,
SAN - Brasil I. Anacleto, Adilson. II. Título.

26-377630.0

CDD-361.050981

Índices para catálogo sistemático:

1. Segurança alimentar e nutricional : Bem-estar
social 361.050981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Unespar - Universidade Estadual do Paraná
Avenida Gabriel Esperidião, s/n
Paranavaí-PR - CEP: 87.703-000 - Brasil

Edunespar - Editora da Universidade Estadual do Paraná
Rua Saldanha Marinho, 131, 1º andar
Curitiba-PR - CEP 80.410-150 - Brasil



Sumário

PREFÁCIO.....	10
APRESENTAÇÃO.....	16
 PARTE I – AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: TRIANGULAÇÃO TEÓRICA...28	
1 – Agricultura Urbana e Periurbana: uma alternativa na selva de pedra.30	
1.1 Agricultura Urbana e Periurbana: entre o conceito e a organização.....	37
 2 – Políticas públicas de agricultura Urbana e Periurbana.....47	
2.1 Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no Paraná.....	55
2.2 Cascavel: a “capital” do oeste do Paraná.....	58
2.3 Políticas Públicas Municipais de AUP: Cascavel.....	60
2.4 Maringá: além da cidade canção.....	64
2.5 Políticas Públicas Municipais de AUP: Maringá.....	66
 3 – Hortas comunitárias sob uma perspectiva teórica interdisciplinar.....72	
3.1 Teoria Geral da Administração.....	76
3.2 Teoria dos Sistemas.....	80
3.3 Análise do Comportamento.....	83
3.4 Análise do Comportamento e Teoria Geral dos Sistemas.....	85
3.5 Economia Solidária, Agroecologia e Ciência Comportamental Contextual.....	93
 PARTE II – AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NAS REGIÕES OESTE E NO-ROESTE DO PARANÁ.....104	
4 – Hortas comunitárias de Cascavel e Maringá.....105	
4.1 Caracterização das hortas comunitárias em níveis demográficos e socioeconômicos.....	111
4.2 Cooperativismo e o equilíbrio entre interesses individuais e coletivos dos agricultores urbanos.....	130
4.3 Flexibilidade psicológica nas hortas comunitárias.....	133
4.4 Hortas comunitárias e segurança alimentar.....	134
 5 – Hortas comunitárias: uma análise interdisciplinar aplicada aos sistemas organizacionais existentes.....140	
5.1 Mastigando os dados de forma interdisciplinar.....	142
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....157	
REFERÊNCIAS.....166	
SOBRE OS AUTORES.....180	





Prefácio



É com alegria que aceitamos o honroso convite para escrever o prefácio deste livro, que faz uma interessante analogia do voo da Harpia sobre a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), para averiguar, especialmente, sua contribuição na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a partir das experiências exitosas com as Hortas Comunitárias nos municípios de Maringá e Cascavel, no estado do Paraná.

O consenso científico mostra que os seres humanos, os sapiens, surgiram por volta de 200 mil anos atrás. A agricultura, por sua vez, teve início há cerca de 10 mil anos, configurando-se como um fenômeno tão importante para a civilização que culminou na chamada Revolução Neolítica. Nesta época, a prática da caça e da coleta foi sendo substituída pelo processo de domesticação de plantas e animais em todos os continentes, decretando-se, então, o fim do período do nomadismo.

Foi nesse início do processo de sedentarismo que surgiram as primeiras cidades, por volta de 4.000 a. C., nos vales dos rios Tigre e Eufrates, na Mesopotâmia, e Nilo, no Egito. Elas são fruto dos pequenos aglomerados urbanos, que nascem da necessidade de proteção e organização de um determinado espaço e onde já se observa uma incipiente divisão do trabalho: uns produziam, outros comercializavam.

Assim, a agricultura é praticada no urbano e/ou periurbano praticamente desde o início das cidades. Por aqui, isso não foi diferente. Entretanto, o movimento da agricultura urbana, conforme o livro mostra, cresceu no Brasil a partir de 2003, com a formulação de políticas públicas voltadas para o combate à fome e à miséria, no bojo do crescimento da conscientização pela alimentação saudável.

Isso também foi possível por meio da volta da produção de comida nas casas, bem como pelo ótimo aproveitamento dos espaços ociosos nas cidades. Esse é um processo que ocorre da base para cima, que tem merecido atenção da sociedade em geral e dos planejadores em particular, para ampliar essa nova forma de agricultura urbana, já que caminhamos do campo para a cidade.

Desse modo, a organização da produção de comida nas cidades foi aumentando e, em 2015, tivemos o primeiro Encontro Nacional de Agricultura Urbana (ENAU), no Rio de Janeiro. Passado o período de recrudescimento do apoio ao combate à fome e à miséria, os movimentos de SAN e AUP foram se reorganizando e em 2025 foi realizado o 2º ENAU, no Recife, com a participação de agricultoras e agricultores urbanos de 21 estados brasileiros.

Também tem crescido o número de eventos nos Estados e nos Municípios, não somente em virtude do combate

à fome, mas também por toda a sinergia proporcionada pela agricultura urbana, como a geração de renda, lazer, paisagismo, recuperação de áreas, grupos de convivência e a cura das pessoas, que chamamos de hortaterapia, em nosso livro publicado em 2016, “Hortas comunitárias de Maringá: um modelo de agricultura urbana”.

Ficamos então felizes por ver que o nosso Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana, da Universidade Estadual de Maringá (CerAUP/UEM) tem conseguido manter sua trajetória desde 2008, sendo reconhecido pelo seu papel na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), no crescimento e na manutenção das Hortas Comunitárias na Região Metropolitana de Maringá (RMM). Ademais, na Carta Final do 2 ENAU, o CerAUP/UEM foi citado como exemplo “pela sua resistência, promovendo a formação de agricultoras/es urbanos e a parceria entre universidade e comunidades na construção do conhecimento agroecológico em Maringá, Paraná”.

Atualmente, a RMM mantém 54 Hortas Comunitárias, feitas colaborativamente com as prefeituras, que contam com a ATER do CerAUP/UEM. São mais de 1.500 famílias de agricultoras e agricultores urbanos que têm tido o privilégio de ter acesso a uma alimentação mais saudável, entre outros

benefícios oportunizados pela AUP, que estão brilhantemente apresentados neste livro.

Ademais, a participação da Universidade nestes empreendimentos sociais urbanos garante a continuidade da tríade indissociável do ensino, pesquisa e extensão, com a formação de quadros de profissionais com sensibilidade e competência, para continuarem essa boa obra nas mais diferentes cidades do Brasil e do mundo.

Essas boas sementes precisam continuar caindo nos solos férteis dos municípios e nas mentes dos dirigentes públicos e de instituições privadas, que podem colaborar para a expansão dessa nobre atividade, conforme já mostra o desejo e o testemunho de seus autores: “Com base nos resultados dessa pesquisa, a prefeitura do município de Ubitatã implantou um programa de hortas comunitárias seguindo todas as recomendações apresentadas nessa pesquisa. Espera-se, agora, que esta pesquisa em formato de livro possa ter um maior alcance e que outros municípios do estado do Paraná e do Brasil possam ser beneficiados”.

Que este livro, que já atesta o êxito da pesquisa, com a força do voo da Harpia, semeie a multiplicação! Uma boa leitura,

Ednaldo Michellon

Professor da UEM e Coordenador do CeraUP/UEM



Apresentação



Este livro é resultado da minha dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento - PPGSED. A pesquisa foi desenvolvida na linha de pesquisa do PPGSED de Formação Humana, Políticas Públicas e Produção de Espaço, vinculado ao projeto de pesquisa Horticultura orgânica em comunidades socialmente vulneráveis sob a orientação do professor Dr. Adilson Anacleto, também coautor deste livro que teve o apoio e financiamento da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)

No ano de 2022, período em que foi iniciada esta pesquisa, o Brasil estava vivendo um período de desmontes das políticas públicas de direito de sistemas alimentares e estávamos vivenciando o fim do período de isolamento da pandemia da covid-19. Nesse cenário, mais de 33 milhões de brasileiros não possuíam o que comer em seus lares, estando em situação de insegurança alimentar grave.

Enquanto profissional da psicologia que trabalha na secretaria de assistência social do município de Ubiratã -PR, foi identificado que nesse mesmo período, o número de famílias que estavam necessitando do benefício eventual da cesta básica de forma contínua aumentou significativamente no município. Pela legislação quando uma família necessita desse benefício por mais de três meses seguidos, isso já não se

caracteriza como uma situação de vulnerabilidade temporária e sim como uma situação de insegurança alimentar. O aumento da insegurança alimentar não era um problema exclusivo do município de Ubitatã, pois estava ocorrendo em todos os vinte e cinco municípios que pertencem a Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM).

A fome é um problema estrutural no Brasil, no qual todos os estados brasileiros apresentam índices de insegurança alimentar. No ano de 2022, no estado do Paraná, calculava-se que mais de um milhão de paranaenses estavam em situação de insegurança alimentar. A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), no formato de hortas comunitárias é uma política pública que se originou no Brasil com o principal objetivo de combater a fome e promover a segurança alimentar.

Nesse contexto, sob a orientação do professor Dr. Adilson Anacleto, estabeleceu-se que o objetivo da pesquisa seria investigar se as formas de organização dos produtores de hortas em áreas urbanas e periurbanas eram capazes de fortalecer o tecido social e combater a fome nas cidades de Cascavel e Maringá.

Os municípios de Cascavel e Maringá foram selecionados por serem municípios da região oeste e noroeste do Paraná com políticas públicas de AUP e programas de hortas comunitárias consolidados, sendo considerados

modelos nacionais desse tipo de política pública na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Diante de um problema complexo como a fome e a avaliação de políticas públicas de AUP, no qual o próprio conceito de agricultura urbana e periurbana é interdisciplinar, pois interage com muitas áreas do conhecimento, se fez necessária a colaboração interdisciplinar entre diferentes áreas do conhecimento científico. Em suma, para compreensão e análise dos dados, a abordagem desta pesquisa foi necessariamente interdisciplinar, envolvendo diálogos entre as áreas da Psicologia, Agronomia, Administração, Políticas Públicas e Economia.

A abordagem interdisciplinar não é uma tarefa simples. Só há interdisciplinaridade se temos a coragem para abandonar o conforto da nossa formação disciplinar para nos aventurarmos em um domínio em que ninguém é proprietário exclusivo. Uma metáfora que sintetiza bem o que seria a abordagem interdisciplinar é a do “voo da águia” da Paula Brügger. Para a autora, a águia é capaz de ver todo o ecossistema e ver a parte (sua presa) a partir de uma grande distância. O voo da águia simboliza o desejo de desmoronar as fronteiras disciplinares do conhecimento para integrar as partes ao todo e ver o mundo por uma lente com visão sistêmica. De acordo com a autora, essa metáfora traduz a

necessidade de transcender as formas disciplinares do conhecimento.

Trazendo a metáfora do “voo da águia” para o contexto brasileiro, acredita-se que o “Voo da Harpia” é uma metáfora mais adequada à análise interdisciplinar proposta neste livro, pois no Brasil a ave *Harpia harpyja*, conhecida como gavião-real, é descrita como a águia brasileira. Este livro realiza o “Voo da Harpia” sobre o fenômeno das hortas comunitárias, buscando compreender, por meio da abordagem interdisciplinar, se as formas de organização dos produtores de áreas urbanas são capazes de fortalecer o tecido social e combater a fome nas cidades de Cascavel e Maringá.

O voo da harpia estabelecido neste livro não foi aleatório, ele dependeu de uma estratégia metodológica interdisciplinar bem estruturada. No qual, cada parte do corpo da harpia e cada comportamento apresentado no voo representam uma etapa na construção dessa pesquisa. Os olhos da harpia foram treinados para ampliar sua visão e enxergar todo o contexto e detalhes de uma grande distância. Isso ocorreu por meio da definição do nosso objetivo de pesquisa e por uma revisão bibliográfica minuciosa. As asas são a parte do corpo da harpia que sustentam o voo da mesma forma que a metodologia sustenta toda a pesquisa, definindo como nossa harpia se moveu pelo ar. As garras são os instrumentos de

pesquisa utilizados que permitiram capturar as informações relevantes para a pesquisa. O bico da harpia é o instrumento que ela usa para abrir sua presa, representando o momento de análise dos dados, onde os pesquisadores mastigaram os resultados e relacionaram as teorias propostas neste livro.

O voo da harpia proposto neste livro foi dividido em duas partes. Na primeira parte, de fundamentação teórica, a harpia inicia seu voo realizando pesquisa bibliográfica sobre as áreas da Agronomia, Políticas Públicas, Administração, Psicologia e Economia. Sendo realizada a descrição de cada perspectiva teórica para triangulação de teorias entre estas áreas do conhecimento científico. Estabelecendo a direção e o caminho para o voo da harpia. Como resultado se obteve um diálogo entre teorias extremamente original, o que possibilitou uma nova e maior compreensão sobre o fenômeno das hortas comunitárias.

No primeiro capítulo do livro, a Harpia inicia seu voo sobre a área do conhecimento da Agricultura Urbana e Periurbana – AUP. Realizando um breve histórico sobre as origens da agricultura realizada em espaços urbanos em diferentes partes do mundo e no Brasil, no qual em cada país e em cada continente, a AUP se origina diante de problemas específicos que cada território estava vivendo. No Brasil, a AUP desenvolve-se com o objetivo específico de combate à

fome e promoção da segurança alimentar. Neste capítulo, discute-se também a interdisciplinaridade do conceito de AUP e suas múltiplas formas de organização. Finaliza-se, pontuando que a área das Políticas Públicas é fundamental para a efetividade da AUP na promoção da segurança alimentar e nutricional.

O segundo capítulo intitulado “Políticas Públicas de Agricultura Urbana e Periurbana”, inicia-se descrevendo que desde o período da colonização do país e do estado do Paraná, existe um histórico de problemas estruturais em relação ao abastecimento alimentar interno. A AUP surge no Brasil e no Paraná, visando o enfrentamento desse problema, estando presente de forma marginal no estado do Paraná desde sua colonização. Consequentemente as principais iniciativas de AUP estão relacionadas a políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Em seguida a harpia sobrevoa sobre as principais políticas públicas de segurança alimentar do estado do Paraná, pontuando a carência de marcos legais de AUP em âmbito nacional e estadual. Encerra-se o capítulo apresentando o nível de classificação de políticas públicas de AUP dos municípios de Cascavel e Maringá.

No terceiro capítulo, ocorre o voo da harpia sobre o fenômeno das hortas comunitárias, buscando compreender, por meio da triangulação de teorias e da abordagem

interdisciplinar as hortas comunitárias como sistemas organizacionais complexos. As hortas comunitárias são vistas neste capítulo pelas lentes das áreas do conhecimento da Teoria dos Sistemas (Administração), Análise do Comportamento (Psicologia), Economia Solidária (Economia) e Agroecologia (Agronomia). A triangulação teórica realizada neste capítulo alimenta e direciona o olhar interdisciplinar que a nossa harpia irá aplicar sobre hortas comunitárias.

Com o caminho, direção e destino bem estabelecidos na primeira parte, a segunda parte do livro descreve a forma que a harpia realizou seu voo para que ela chegasse ao seu destino final, os resultados encontrados e a análise interdisciplinar aplicada sobre cada etapa do voo. A segunda parte do livro é composta por dois capítulos. No capítulo, “hortas comunitárias de Cascavel e Maringá”, discorre-se sobre todo o percurso da pesquisa ou percurso do voo, aí estão incluídos caracterização, natureza, participantes e instrumentos da pesquisa. Neste capítulo, teve-se o cuidado de descrever como ocorreu a triangulação de teorias, de métodos e de dados para a interdisciplinaridade da pesquisa. Definindo com precisão a forma, os caminhos e a maneira que a harpia chegou ao seu destino final.

Encerra-se o capítulo, apresenta-se os resultados dos dados coletados. No qual é possível compreender a

distribuição das hortas comunitárias em níveis demográficos, socioeconômicos, organizacionais e comportamentais. Identifica-se, se existem classes de cooperação ou coesão social nas hortas comunitárias, o nível de flexibilidade psicológica de seus integrantes e finaliza-se o capítulo indicando a classificação de insegurança alimentar dos agricultores urbanos de Cascavel e Maringá.

No último capítulo, “hortas comunitárias: uma análise interdisciplinar aplicada aos sistemas organizacionais existentes”, a harpia finaliza seu voo realizando uma análise interdisciplinar aplicada aos sistemas organizacionais existentes nas hortas comunitárias. Para a realização dessa análise a harpia teve coragem de sair de seu ninho de formação para se aventurar e derrubar as fronteiras disciplinares e ver o mundo e as hortas comunitárias por uma perspectiva sistêmica. Sendo capaz de ampliar sua visão sobre todo o ecossistema que envolve o fenômeno das hortas comunitárias. Como resultado, se teve uma nova e importante visão sobre todo o ecossistema no qual as políticas públicas de hortas comunitárias estão envolvidas, como ocorre a dinâmica dentro deste ecossistema, limitações e potencialidades das hortas comunitárias como políticas públicas efetivas para a promoção da segurança alimentar e nutricional. Finaliza-se o livro apontando recomendações e direções para as hortas comunitárias

pesquisadas e para novos programas de hortas comunitárias que podem ser desenvolvidos no estado do Paraná e no Brasil.

Como já mencionado, o que fez a nossa harpia levantar seu voo, foi a identificação do aumento de pessoas em situação de insegurança alimentar no município de Ubitatã, nos municípios que pertencem a COMCAM e no Brasil de forma geral. Com base nos resultados dessa pesquisa, a prefeitura do município de Ubitatã implantou um programa de hortas comunitárias seguindo todas as recomendações apresentadas nessa pesquisa. Espera-se agora que esta pesquisa em formato de livro possa ter um maior alcance e que outros municípios do estado do Paraná e do Brasil possam ser beneficiados.

Fabio Henrique Albuquerque de Jesus





PARTE I

**AGRICULTURA URBANA
E PERIRUBANA:
TRIANGULAÇÃO TEÓRICA**



AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: UMA ALTERNATIVA NA SELVA DE PEDRA

As últimas décadas denotam um crescimento populacional urbano de forma acelerada em todo o planeta. No ano de 2007, pela primeira vez na história, foi registrado que mais da metade da população mundial estava vivendo em cidades. Estima-se que, até o ano de 2030, mais de 60% da população estará vivendo em centros urbanos. O aumento nos preços, escassez de alimentos e desemprego são fatores previstos neste contexto. A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) desenvolve-se como uma alternativa na selva de pedra, estando presente em todas as regiões do mundo em uma diversidade de formas de cultivo e sistemas.

A história da agricultura urbana está intrinsecamente relacionada à história do surgimento das cidades. O surgimento das primeiras civilizações e início do processo de

urbanização subsequente, ocorreu na região da antiga Mesopotâmia, atual região do Oriente Médio. No qual existem evidências materiais do desenvolvimento tecnológico dessas civilizações referente a agricultura nos espaços urbanos. O principal fator para a expansão da AUP em cidades ao redor do mundo, consiste no intenso processo de urbanização que ocorreu principalmente a partir do século XX, conforme também relatado por Castro, (2025) Orsini *et al.*, (2013), Altieri e Nicholls (2018).

Em todos os continentes do mundo existem grandes tradições e culturas de agricultura produzida em espaços urbanos. Smit, Nasr e Ratta (2001), relatam que na Europa, os registros das primeiras hortas urbanas são de 1820; nos Estados Unidos, elas surgem relacionadas ao fenômeno migratório das populações europeias; no continente asiático, está interligada ao rápido crescimento populacional; nos países da África e da América Latina, o desenvolvimento da AUP é relacionado ao combate à pobreza e à fome.

A AUP surge e se desenvolve com o objetivo de lidar com problemas específicos de cada país. Por exemplo, conforme Cohen (2020), nos Estados Unidos, apesar da AUP estar presente desde o início da urbanização americana, foi a partir da década de 1970, com o aumento de movimentos ambientalistas, que as prefeituras de grandes cidades como

Nova York começaram a desenvolver políticas públicas para incentivar esse tipo de agricultura. No início, as autoridades a viam como uma política temporária, mas os projetos foram se fortalecendo e hoje são parte importante de políticas públicas de cidades como Nova York, sendo defendidas ferozmente por sua comunidade.

Em Cuba, o fim do socialismo na Europa, representado pela queda do Muro de Berlin em 1989, significou a perda de acesso a países aliados com os quais os cubanos negociavam mais de 80% de seu mercado exterior. Como consequência, o preço do petróleo e dos alimentos tiveram uma grande inflação no país. Diante dessa crise, o movimento de AUP se desenvolveu em Cuba, que hoje é uma das grandes referências mundiais no desenvolvimento da agricultura em espaços urbanos (Hernández, 2006).

Na África a AUP é uma atividade tradicional conduzida pelas famílias africanas, sendo uma estratégia que busca principalmente o enfrentamento da fome. No Quênia, os agricultores urbanos produzem alimentos principalmente para o autoconsumo. Mais de 50% dos agricultores urbanos de Nairóbi usam toda sua produção para alimentar suas famílias (Mougeot, 1994).

No caso de Camarões, a AUP tem sido um aspecto cultural e político importante no processo de urbanização do

país. Estima-se que até 2030 mais de 70% da população camaronense estará vivendo nas cidades. Camarões, como outros países do continente africano, encontram-se diante do desafio de estabelecer políticas públicas que consigam equilibrar aspectos culturais da agricultura africana com os desafios estruturais enfrentados pela urbanização (Bon; Parrot; Moustier, 2010).

Na América Latina, a cidade de Medellín, na Colômbia, já foi considerada uma das cidades mais violentas do mundo, na década de 1980. Esta violência ocorria principalmente em decorrência de conflitos entre narcotraficantes. Uma das respostas da população de Medellín diante desses conflitos foi a AUP, que se apresentou como uma forma de resistência à violência, recordando as vidas perdidas e promovendo outras formas de vida mediante a construção de hortas comunitárias (Posada; Muñoz-Duque; Jaramillo, 2019).

A Venezuela vive uma grande crise política e econômica que causou a escassez de alimentos, altos níveis de inflação e dificuldade de acesso do cidadão a alimentos básicos. A AUP é uma das estratégias que o governo venezuelano tem implementado para combater a pobreza e a insegurança alimentar no país (Flores, 2016).

Assim como em outros países da América do Sul, no Brasil, a AUP surge como estratégia principal de combate à

fome, mas somente a partir do ano de 2003, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que foram implantadas as principais políticas e ações no desenvolvimento da AUP no país para a criação de hortas em escolas, quintais e centros comunitários.

Observa-se que a AUP se desenvolve buscando ser uma alternativa na selva de pedra para problemas e crises específicas que os países vivem. Para Tornaghi (2014), de maneira geral, existem dois tipos de AUP: a das cidades desenvolvidas do norte global, mais voltada para questões de sustentabilidade ambiental, e a AUP desenvolvida nos países do hemisfério sul, em que, de forma geral, trabalha-se com questões sociais como pobreza, desemprego, fome e sobrevivência.

Identifica-se que em países com baixa renda per capita, a AUP não é uma atividade realizada por ativistas. Nestes países, este tipo de agricultura é realizado por pessoas em situação de pobreza ou por organizações não governamentais que possuem como objetivo a promoção da segurança alimentar e nutricional.

A AUP produzida nas selvas de pedras espalhadas por todo o Brasil, em sua grande maioria, se desenvolve com o objetivo específico do combate à fome e à insegurança alimentar. Porém, apesar da relevância da AUP para a

promoção da segurança alimentar, a academia científica brasileira não tem demonstrado grande interesse em pesquisas na área. As publicações sobre AUP no Brasil iniciaram-se no ano de 2000, com a pesquisadora portuguesa Isabel Madaleno. Entre os anos de 2000 e 2016, foram encontradas somente 27 pesquisas em periódicos nacionais sobre a agricultura urbana (Alves; Moura; Schults, 2019).

Estes dados convergem com Corrêa *et al.* (2020), que realizaram uma revisão sistemática sobre as principais publicações sobre AUP no mundo, entre os anos de 2012 e 2017. Os artigos encontrados foram agrupados de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países onde os estudos foram realizados. Os autores selecionaram para sua pesquisa 164 artigos, sendo 107 desenvolvidos em países de IDH muito alto. Os Estados Unidos lideram o *ranking* de publicações. Ao analisar os estudos publicados em países de IDH alto (no qual o Brasil está classificado), existe um grande declínio. Nesse grupo, foram encontrados somente 22 artigos publicados.

Infelizmente não é possível saber com precisão a dimensão e o número de iniciativas de AUP no Brasil. Não existe nenhuma base de dados nacional sobre o tema. O Censo Agropecuário, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não contempla a AUP como categoria de

investigação. A não identificação sobre as múltiplas realidades da AUP no Brasil limita de forma significativa o seu desenvolvimento tecnológico em território brasileiro (Castro, 2025).

Constata-se que a AUP é de certa forma negligenciada pela sociedade, pela academia e pelo governo. Quando ela é identificada, costuma ser vista como um fenômeno inferior ao que realmente é. Não sendo reconhecido o potencial que esta área possui para o enfrentamento de muitos dos problemas que a sociedade apresenta.

Pode-se constatar que o conhecimento científico acumulado sobre AUP no Brasil não é muito extenso. Mesmo com essa grande lacuna de pesquisas de AUP representada pela falta de interesse da academia brasileira pelo tema e pela falta de interesse do governo na investigação e avaliação da AUP no Brasil, as iniciativas de AUP em suas mais variadas formas estão sendo desenvolvidas por indivíduos ou comunidades e continuam resistindo e crescendo em todas as regiões brasileiras (Sousa; Calaça, 2019).

Diante desses apontamentos, o propósito deste capítulo é explorar os principais conceitos de AUP utilizados na literatura da área, as formas de organização da AUP e trazer um dos principais fatores que impedem que a AUP seja uma ferramenta social com impactos positivos no Brasil.

AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: ENTRE O CONCEITO E A ORGANIZAÇÃO

A AUP se encontra nas fronteiras de campos de estudos tradicionalmente definidos. Não existindo uma tradição de pesquisa consolidada no Brasil. Embora a AUP possua uma trajetória de pesquisa um pouco mais consistente internacionalmente, esta área de pesquisa também é relativamente recente em nível internacional. Existindo uma multiplicidade de termos e diferentes pontos de vistas, assim é possível afirmar a AUP é um conceito novo, surgindo da ação dos movimentos sociais, que com muita resiliência buscam o reconhecimento da importância da produção agrícola em hortas urbanas destinadas à produção vegetal e não vegetal dentro do que é delimitado como espaço urbano, fomentado pelo trabalho coletivo.

A AUP representa um fenômeno que não se encaixa na classificação que coloca a cidade e o rural em uma relação de oposição. A AUP materializa por meio de uma conciliação e articulação entre a cidade e o rural. Essa renovação conceitual é importante para que novas relações socioespaciais sejam compreendidas nesses espaços.

Na academia, a agricultura urbana começa a ganhar destaque a partir da década de 1990. A evolução das discussões sobre a AUP, nas instâncias acadêmica, social e política, ganhou força a partir das confirmações teóricas e práticas dos seus múltiplos benefícios. Um fator que contribuiu para a expansão e divulgação dos resultados de pesquisa de AUP na década de 1990, foi o surgimento da internet, que facilitou na difusão dos resultados dos estudos realizados em escalas globais (Locatel; Silva; Silva, 2025).

Embora a agricultura em espaços urbanos ocorra desde o início das civilizações, o conceito Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) foi utilizado oficialmente pela primeira vez em 1999, em documento apresentado em uma reunião coordenada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO).

A AUP é um conceito multidimensional que interage com muitas áreas do conhecimento, destacando-se as Ciências Agrárias, Ciências Agroecológicas, Ciências Sociais, Ciências Econômicas e Ciências Humanas. A concepção traz consigo um amplo leque de perspectivas teóricas e metodológicas, rompendo barreiras disciplinares, podendo ser considerada uma área do conhecimento interdisciplinar ou até mesmo transdisciplinar (Nakamura; Ranieri, 2021).

Diferentes áreas do conhecimento, ao estudar o mesmo objeto, acabam gerando diferentes definições e até conflitos conceituais. Com o objetivo de explorar o conceito de AUP, pretende-se trazer as definições utilizadas pelos principais pesquisadores e instituições da área da AUP do Brasil e do mundo.

Para a FAO (1999; 2018), a AUP pode ser definida pelo uso de áreas urbanas, como hortas ou terrenos, para o cultivo agrícola de diferentes produtos alimentícios ou não alimentícios, e também pode haver a criação de animais nesses terrenos. Trata-se de um conjunto de práticas voltadas para a produção agrícola que integram e que ocorrem em terrenos nas cidades e regiões circundantes.

A AUP é definida como sendo simplesmente a agricultura que ocorre dentro dos limites de uma área metropolitana, utilizando recursos naturais e resíduos urbanos para produzir uma grande variedade de produtos vegetais e animais (Smit; Nasr; Ratta, 2001). Ocorrendo toda a produção, processamento e comercialização em resposta às demandas dos consumidores das cidades.

A AUP é definida como a produção alimentar e não alimentar que ocorre em áreas urbanas e periurbanas. Estas produções são praticadas de diversas formas, englobando desde hortas em quintais de residências, hortas escolares,

hortas comunitárias e até a criação de animais (Madaleno, 2001; Madaleno, 2002).

A AUP é um conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços para gerar produtos agrícolas e pecuários. Essas atividades estão vinculadas às dinâmicas urbanas, sendo praticadas nos espaços urbanos ou periurbanos. Uma das principais referências mundiais na área da AUP é o pesquisador Luc Mougeot. Para Mougeot (2000a), a AUP é uma prática social, localizada dentro de cidades ou em seu entorno, que se utiliza de recursos humanos para o cultivo de uma diversidade de alimentos e produtos. Os alimentos e produtos cultivados podem servir para o consumo individual e também para a sua comercialização. Trata-se de uma concepção multidimensional, segunda a qual a agricultura em espaços urbanos é diferente da rural por ser integrada ao sistema urbano. Para se compreender a ideia de AUP é necessário que esta integração seja compreendida em suas dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ecológicas (Mougeout, 2000b).

Na definição de Mougeot, o elemento central que busca distinguir a agricultura urbana da agricultura rural é a sua localização no interior das cidades e sua conexão com ecossistema urbano, mas o próprio Mougeot pontua a

complexidade da definição de agricultura urbana, sendo necessário compreendê-la em suas múltiplas dimensões (Biazoti *et al.*, 2021).

O governo federal do Brasil, em setembro de 2023, publicou o decreto nº11.700 instituindo o Programa Nacional de AUP. Nesse decreto a AUP é definida pelo governo federal como atividades agrícolas ou pequenas criações desenvolvidas nas áreas urbanas ou nas regiões periurbanas (Brasil, 2023).

Observa-se que nas definições citadas por pesquisadores, organizações e pelo governo federal, existem algumas características em comum em suas definições. A principal se refere ao uso de áreas urbanas e periurbanas para o cultivo agrícola e a produção pecuária.

Apesar da complexidade do conceito, as definições de agricultura urbana mais utilizadas levam em conta a localização, os tipos de atividade econômica, os tipos de áreas, a escala de produção, as categorias de produtos e a comercialização. O que distingue decisivamente a agricultura urbana da agricultura rural é sua integração e conexão com o ecossistema urbano.

Além de sua definição, a AUP pode ser classificada por suas várias formas e diversas funções. Essas atividades são uma resposta específica às necessidades de cada território. Na qual, essa diversidade é representada por múltiplas formas de

organização, bem como pela apropriação do território urbano pelos cidadãos.

A AUP pode ser desenvolvida de diversas formas e em diferentes escalas. Estas iniciativas ocorrem desde uma pequena horta urbana até projetos de AUP que se estendem por uma cidade inteira, proporcionando uma enorme gama de benefícios, respondendo às necessidades e preferências dos moradores de cada bairro e de cada cidade. Dentre os tipos de AUP encontradas na literatura científica, pode-se destacar as hortas familiares, hortas comunitárias, hortas institucionais, loteamentos e empreendimentos agrícolas (Lovell, 2010; Biazoti *et al.*, 2021).

As hortas urbanas podem ser divididas naquelas baseadas na produção individual e nas baseadas na produção coletiva. Entre os formatos de produção individual, destacam-se as hortas familiares e as hortas de loteamento. As hortas familiares são espaços não comerciais, cujo objetivo é fornecer alimento a família. As hortas de loteamento normalmente são resultado de iniciativas municipais em terrenos públicos e sua regulamentação é altamente formalizada. Já entre o formato de produção coletiva, destaca-se o formato de hortas comunitárias. Este formato surge tipicamente por meio de iniciativas populares com grande caráter social. No Brasil, a grande maioria das hortas comunitárias possuem como

objetivo a promoção da segurança alimentar (Richter *et al.*, 2022).

A FGVces (2022), lançou um guia para os municípios brasileiros inserirem a agricultura nos processos de planejamento urbano. Nesse guia são pontuadas as principais variáveis para a caracterização do tipo de AUP implantada. As variáveis são: localização, situação fundiária, motivação, porte, estrutura de gestão, recursos financeiros, força de trabalho, cultivos associados, manejo e finalidade. A dinâmica entre estas variáveis é que definirá a tipologia de AUP existente em cada município brasileiro.

Existem uma diversidade de tipologias de AUP espalhadas pelo Brasil e pelo mundo. Curan e Marquez (2021), compreendem que tamanha abrangência de tipologia gera diferentes funções para as distintas formas de AUP. A multifuncionalidade da AUP representa um modelo de agricultura que pode ter impactos em múltiplas dimensões. Os autores classificaram as funções da AUP em três grandes dimensões: 1) sociocultural: segurança alimentar, saúde, e coesão social; 2) econômica: redução da pobreza, geração de renda, e diversificação das atividades econômicas; 3) ambiental: adaptação às mudanças climáticas, conservação da biodiversidade, e cidades mais verdes.

Os formatos de AUP são diversos e variam de acordo com o propósito perseguido pelos agricultores, podendo ser uma estratégia para o alcance de objetivos sociais, econômicos ou ambientais. No entanto, há uma série de restrições que a impedem de alcançar plenamente seus propósitos. Uma das principais variáveis relativas ao sucesso ou fracasso desse tipo de agricultura se refere ao nível de participação e envolvimento do Estado na criação de políticas públicas para organização da AUP em níveis federais, estaduais e municipais (Zeeuw; Gueldel; Waibel, 2000).

Em uma das primeiras pesquisas brasileiras com objetivo de avaliar as principais dificuldades para o sucesso de projetos de AUP, Branco e Alcantara (2011), identificaram que o envolvimento do Estado nos projetos e a forma de organização comunitária são as principais variáveis para a Consolidação ou fracasso de projetos de AUP no país.

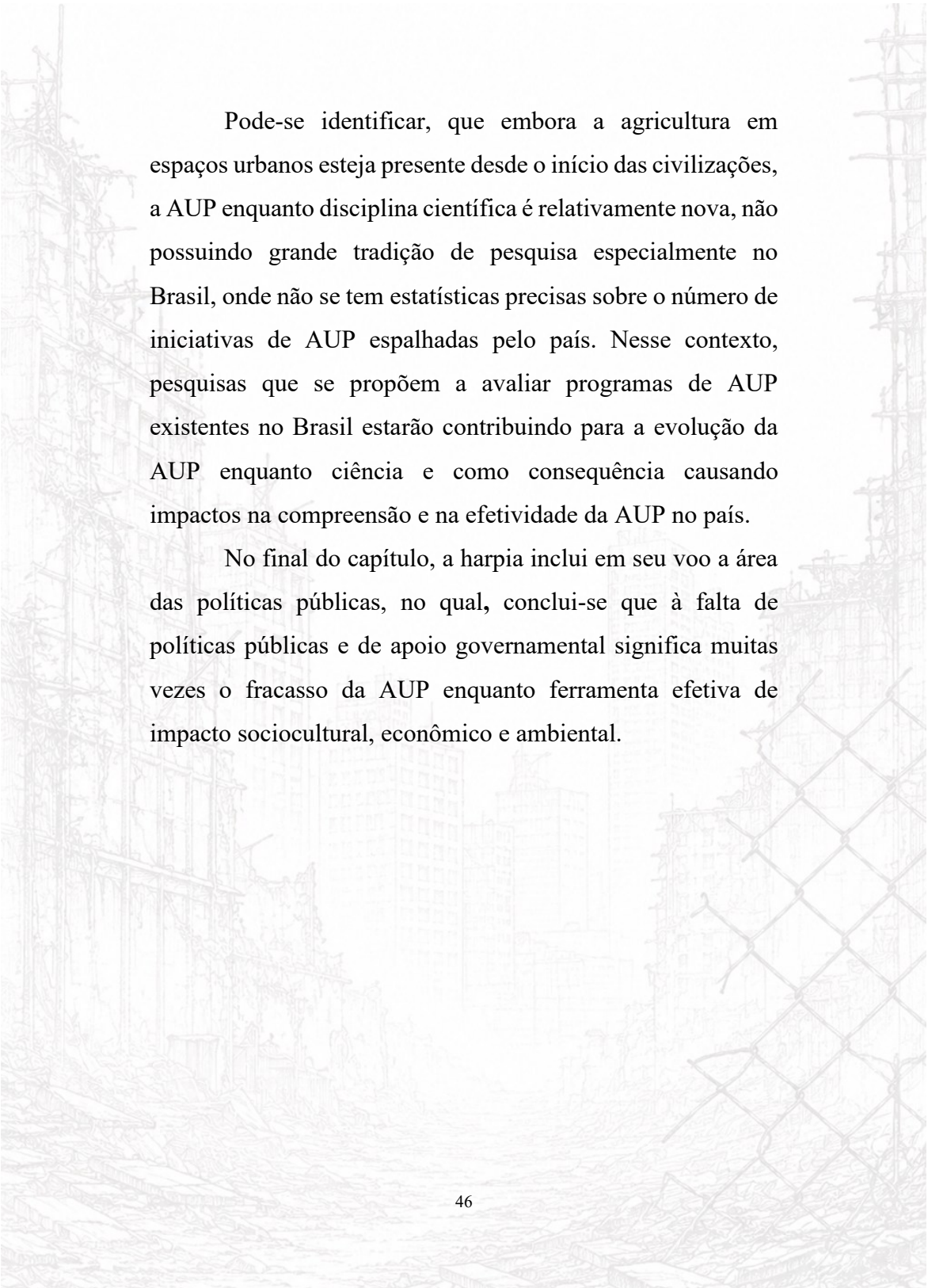
Um dos grandes desafios para consolidação da AUP estava relacionado à dificuldade de promover a interlocução entre as instâncias federais, estaduais e municipais na integração de projetos e políticas que fomentem esse tipo de agricultura nos estados brasileiros. Com relação a importância de políticas públicas de AUP um dos maiores desafios para a consolidação e expansão das iniciativas da AUP no Brasil é a ausência de marcos legais, políticas e instituições específicas

para a Agricultura Urbana e Periurbana, o que contribui para que vários fatores limitem o seu desenvolvimento no país.

Neste capítulo sobrevoamos sobre a história da AUP, sua importância, exploramos seu conceito, descrevemos seus formatos mais comuns e identificamos a área de políticas públicas como fundamental para a efetividade da AUP no Brasil.

A partir da revisão proposta, pode-se concluir que a AUP é uma área interdisciplinar do conhecimento, que nasce da interação de diversas perspectivas científicas e que surge enquanto área do conhecimento científico para lidar com problemas que a urbanização acelerada e sem planejamento trouxe para a sociedade. No Brasil, os problemas principais associados à urbanização acelerada são: desigualdade social, inflação, escassez de alimentos e falta de moradia. Nesse contexto, a Agricultura Urbana e Periurbana surge no Brasil como uma estratégia social de diminuição da desigualdade social, por meio da promoção da segurança alimentar e da geração de renda.

Em consideração aos estudos que foram expostos, pode-se compreender que a AUP mesmo sendo uma área interdisciplinar e multifuncional com impactos sociais, econômicos e ambientais, ela ainda não recebeu a devida atenção pela academia brasileira e pelo governo do país.



Pode-se identificar, que embora a agricultura em espaços urbanos esteja presente desde o início das civilizações, a AUP enquanto disciplina científica é relativamente nova, não possuindo grande tradição de pesquisa especialmente no Brasil, onde não se tem estatísticas precisas sobre o número de iniciativas de AUP espalhadas pelo país. Nesse contexto, pesquisas que se propõem a avaliar programas de AUP existentes no Brasil estarão contribuindo para a evolução da AUP enquanto ciência e como consequência causando impactos na compreensão e na efetividade da AUP no país.

No final do capítulo, a harpia inclui em seu voo a área das políticas públicas, no qual, conclui-se que à falta de políticas públicas e de apoio governamental significa muitas vezes o fracasso da AUP enquanto ferramenta efetiva de impacto sociocultural, econômico e ambiental.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA

A área de políticas públicas enquanto campo disciplinar, se trata de um conjunto de ações implementadas pelo Estado e pelas autoridades governamentais em sentido amplo. Estudar políticas públicas é estudar porque o Estado age e como ele age dada as condições que o cercam.

Ao se analisar uma ação do governo deve-se ter claro a natureza dessa ação, seja ela da saúde, economia ou educação. Tratando estas temáticas sem perder de vista o ambiente político que se desenrola a ação governamental. A perspectiva interdisciplinar torna-se, portanto, necessária nas pesquisas em políticas públicas. A interdisciplinaridade se esforça para criar pontes, diálogos e cooperação entre as disciplinas. Sendo necessária a abertura para um modelo mais global do indivíduo dentro do universo que seja apto para a compreensão e resolução de problemas complexos. Esta abordagem busca o equilíbrio entre uma análise fragmentada e a síntese simplificadora (Paul, 2011).

Esta é a razão pela qual pesquisadores de diferentes disciplinas das ciências econômicas, exatas, sociais, e humanas partilham um interesse comum na área de Políticas Públicas e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos. Um desses avanços é o chamado Modelo de Ciclo de Políticas Públicas, constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, formulação, implementação e avaliação (Souza, 2006).

Embora a AUP esteja presente em todas as regiões do Brasil e que a área de Políticas Públicas seja fundamental para o seu desenvolvimento, a AUP ainda não recebeu a devida atenção por parte do Estado. No Brasil, somente no ano de 2024, por meio da lei nº 14.935, se instituiu a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. (Brasil, 2024).

Estabelecendo uma relação entre a Política Nacional de AUP e o Modelo de Ciclo de Políticas Públicas, encontra-se: 1) definição da agenda: reconhecimento da AUP como estratégia para combater a insegurança alimentar no Brasil; 2) formulação: elaboração e sanção presidencial transformando o tema em política de Estado por meio de lei em 2024; 3) implementação: fase inicial; 4) avaliação: pendente.

Conclui-se que a AUP enquanto política pública de Estado está nos processos iniciais do Modelo de Ciclo de Políticas Públicas, no qual não se tem dados suficientes sobre

como está ocorrendo sua implementação e o processo de avaliação da efetividade dessa política pública não foi iniciado. Por isso é de extrema importância a iniciativa de pesquisas que visem monitorar e avaliar programas de AUP no Brasil. Nesse sentido, Castro (2025), afirma que quanto mais se conheça sobre as múltiplas realidades de iniciativas públicas naquilo que se denomina como AUP, maiores serão as chances dessas iniciativas públicas de AUP serem eficazes no que se propõem.

Como foi visto, a Política Pública de AUP em nível federal é muito recente, quando se fala em nível estadual, mais especificamente do estado do Paraná, ainda não se tem no ano 2025 uma política pública estadual de AUP no estado do Paraná. Dessa forma, a iniciativas de AUP no Paraná ocorrem por meio de leis municipais ou ocorrem de forma marginal.

A AUP mesmo não possuindo uma política pública exclusiva no estado do Paraná, ela esteve sempre vinculada às políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2014), destaca que é dentro da Política Nacional de Segurança Alimentar que o fortalecimento da agricultura familiar e da produção urbana e periurbana de alimentos deveria ser garantida.

Segundo o artigo 3º da lei nº 11.345 de setembro de 2006, a segurança alimentar e nutricional é definida como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (Brasil, 2006, s.p).

O conceito de segurança alimentar e nutricional é por natureza interdisciplinar, representando um desafio levando em consideração que cada área de conhecimento envolvida, como economia, saúde, agronomia, educação, e psicologia, entre outras, tem sua própria perspectiva na compreensão e utilização desse conceito. No qual, os indicadores, isoladamente, não são suficientes para a compreensão integral do problema da segurança alimentar e nutricional.

Problemas complexos como o da segurança alimentar e nutricional exigem a soma de esforço e colaboração de várias disciplinas que fornecem recursos teóricos e metodológicos para sua compreensão. A interdisciplinaridade abre novos horizontes de cooperação no processo de compreensão e resolução de problemas complexos (Fernández-Ríoz, 2010).

A história da insegurança alimentar e nutricional no Brasil deve ser compreendida por meio do processo de colonização pelo qual o país passou, tendo como objetivo

principal a exportação de seus recursos naturais, atendendo os interesses de Portugal. Como colônia, o setor de alimentação e outros recursos para o consumo e atendimento da população interna brasileira tinha um papel subalterno (Prado Júnior, 2001).

A história da alimentação do Paraná segue o padrão da colonização. No Estado, até a segunda metade do século XIX, a produção para subsistência interna esteve marginalizada, não recebendo nenhum tipo de apoio. O grande foco do Paraná era a economia de exportação do mate e a pecuária. Com a crise econômica internacional ocorrida nesse período, os governos provinciais implantaram políticas destinadas exclusivamente à agricultura de subsistência que incentivaram a vinda de imigrantes de diversas partes do mundo para a então província do Paraná (Santos, 2007).

Por volta de 1860, com a escassez de alimentos para consumo interno, o governo da então província do Paraná decide criar as primeiras colônias para a dedicação exclusiva à agricultura, com o objetivo de enfrentar a falta de alimentos. Esse período é considerado a primeira fase de colonização do Estado. As primeiras colônias ficavam nas margens da cidade de Curitiba e muitas delas se tornaram áreas residenciais do município atualmente. A escassez de alimentos foi sanada pela combinação entre duas estratégias de produção agrícola: a

colonial familiar e as hortas caseiras presentes na maioria das habitações urbanas (Santos, 2007).

Embora a AUP esteja presente desde o início do desenvolvimento das cidades do Paraná, oficialmente Curitiba, no ano de 1986, foi o primeiro município do estado a inserir a AUP na agenda do Poder Executivo municipal, iniciando a organização e instalação, de forma estruturada, de hortas comunitárias na capital do Paraná. Apesar de existirem diversos projetos de AUP espalhados pelos municípios do estado do Paraná, ainda há uma escassez de estudos sistematizados de avaliação desses projetos. Na região Noroeste do Paraná, Maringá vem se destacando no desenvolvimento da agricultura urbana. A cidade possui pelo menos dezoito anos de envolvimento do Estado na inserção da AUP em sua agenda política. Nesse período, foram produzidas algumas pesquisas sobre a agricultura urbana do município, mas estas pesquisas em sua maioria não tiveram objetivo de avaliação do programa.

Pesquisas como a de Messias *et al.* (2009), descrevendo os objetivos e desafios nos primeiros anos de implantação de hortas urbanas e periurbanas em Maringá; Meira *et al.* (2009), que relatam a experiência agroecológica em hortas urbanas e periurbanas de Maringá; Fernandes, Souza e Martins Junior (2013), pesquisando os benefícios que o

Programa Hortas Comunitárias de Maringá trouxe para o município; Albertin *et al.* (2016), que realizaram um estudo identificando o perfil socioeconômico dos produtores de hortas urbanas de Maringá.

Maringá é uma referência nacional em programas de AUP por sua organização, variedade de cultivos, inclusão social, melhoria na renda e qualidade de vida dos produtores, recebendo vários prêmios e honrarias desde a sua implantação. Entre os prêmios recebidos estão: Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social, Prêmio de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil e Prêmio do Instituto HSBC de Solidariedade para apoio às Hortas Comunitárias em Sarandi-PR (Santos; Michellon, 2016).

Embora a cidade de Maringá seja uma referência em programas de AUP, com 54 hortas comunitárias instaladas, Oliveira Neto (2017) identificou que, de forma geral, a AUP do município não atende às necessidades de aquisição de alimentos em quantidade e regularidade suficientes para a segurança alimentar de seus agricultores. Quanto maior a dependência que o agricultor tem de determinada horta, maior o seu nível de insegurança alimentar, sendo necessários novos direcionamentos na política pública de AUP do município com o intuito de melhorar sua efetividade, redirecionando o público-alvo que deve fazer parte do programa e melhorando

a efetividade para promoção de segurança alimentar e geração de renda dos agricultores.

Já a cidade de Cascavel, no oeste do Paraná, possui uma história mais recente de desenvolvimento de projetos de agricultura urbana. Somente no ano de 2017, a prefeitura municipal começou a se mobilizar para a estruturação do Programa de Agricultura Urbana de Cascavel para o desenvolvimento de hortas comunitárias em terrenos do município. Apesar deste Programa ser relativamente recente, hoje Cascavel conta com 55 hortas comunitárias (Cascavel, 2017; Cascavel, 2023).

Com relação a pesquisas sobre o Programa Agricultura Urbana de Cascavel, foi realizada busca no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Google Acadêmico e na plataforma Scielo, somente sendo encontrados o trabalho de Theinl (2023), que realizou uma descrição sobre o processo de implantação das hortas comunitárias de Cascavel e a dissertação de Jesus (2024), que fundamentou este livro.

Este capítulo vai iniciar seu voo trazendo de forma cronológica os caminhos percorridos no estado do Paraná para a criação de Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, na sequência apresenta-se os municípios no qual a harpia irá realizar seu pouso e finaliza-se o capítulo com a

avaliação das políticas públicas de AUP dos municípios de Cascavel e Maringá. Castro (2025), explica que a visão do da AUP brasileira é limitada em função da ausência de análises sobre o universo de empreendimentos de AUP brasileiros. Por isso este capítulo tem grande importância para os municípios avaliados e para área de AUP como um todo.

Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no Paraná

O desenvolvimento de políticas e ações públicas voltadas ao crescimento da AUP no Paraná está diretamente relacionado às políticas públicas desenvolvidas no estado referentes à segurança alimentar e nutricional. Esses programas impulsionaram ações e projetos de AUP como estratégia ao combate à fome no estado. Dessa forma, se faz necessária a realização de uma breve síntese dos principais marcos estaduais na criação da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

O decreto estadual 1.556, publicado no Diário Oficial nº. 6.515, de 9 de julho de 2003, instituiu e regulamentou o funcionamento do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/PR), um órgão de assessoramento ao governador que tem como objetivo propor diretrizes gerais da

Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná (Paraná, 2003).

A instalação do CONSEA/PR foi um marco no desenvolvimento de políticas públicas referentes à segurança alimentar e nutricional no Estado. Este modelo de conselho participativo, composto por representantes do Poder Público Estadual e da Sociedade Civil organizada, ficou responsável pelo assessoramento da implementação das diretrizes gerais da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional em convergência ao Plano Estadual.

Foram realizadas conferências estaduais e regionais com a participação de diversos municípios do estado na discussão de estratégias de combate à insegurança alimentar. Na terceira conferência estadual, ocorrida no ano de 2011, representantes do Centro de Referência de Agricultura Urbana e Periurbana de Maringá (CerAUP/UEM) relataram a experiência desse Centro no desenvolvimento do Programa Hortas Comunitárias de Maringá (Paraná, 2011).

As conferências estaduais tiveram grande importância para a adesão do estado ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), criado por meio da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. O Governo do Estado assinou a adesão ao SISAN em 2011 e, com a instituição do sistema na esfera estadual, qualquer município do Paraná pode

solicitar sua adesão. Aderindo ao SISAN, o município poderá ser beneficiado com o recebimento de recursos financeiros para o desenvolvimento de programas e projetos relacionados à segurança alimentar e nutricional. Programas de agricultura urbana municipais do estado do Paraná podem ser beneficiados pelo SISAN (Brasil, 2006; Paraná, 2010).

De forma sintetizada, os caminhos percorridos no estado do Paraná para a criação de uma Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional foram: 1) Criação do CONSEA/PR, em 2003; 2) Criação da Coordenadoria Estadual de Enfrentamento da Pobreza e Combate à Fome, no ano de 2003; 3) Realização, em fevereiro de 2004, da primeira Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CESAN); 4) Realização da segunda CESAN, em dezembro de 2006; 5) No ano de 2007, foi encaminhada a proposta de lei estadual que instituiu a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; 6) Instituição da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, no ano de 2008; 7) Em 2010, foi criado o SISAN; 8) Foi realizada a terceira CESAN, no ano de 2011; 9) O governo do estado assina o acordo de adesão ao SISAN, em 2011. (Paraná, 2013).

Essa pequena revisão sobre os principais marcos da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional mostra que, apesar de ter beneficiado o desenvolvimento e o

fortalecimento de ações públicas da AUP no Estado, as diretrizes trazem especificações para agricultura familiar e agroecológica, mas não citam especificamente a AUP. Tal fato tem como consequência limitações e entraves políticos para a consolidação da Agricultura Urbana e Periurbana no Paraná.

De forma geral, não existe no Paraná uma Política Estadual de Agricultura Urbana, sendo comum no estado que a AUP seja promovida por políticas municipais e por representantes da Sociedade Civil. Pode-se concluir que, apesar dos diversos programas de AUP desenvolvidos no Paraná, ainda existe uma carência de políticas públicas e marcos legais em âmbito estadual que favoreçam a implantação, regulação e consolidação da AUP no estado.

Cascavel: a “capital” do oeste do Paraná

O município de Cascavel é conhecido como a “capital do oeste” do estado do Paraná. A história da cidade se iniciou em 1934, quando foi instalado o distrito policial de Cascavel que pertencia à cidade de Foz de Iguaçu. A emancipação de Cascavel ocorreu em 14 de dezembro de 1952, mas a data oficial na qual é comemorado o aniversário da cidade é 14 de novembro (Cascavel, 2022).

Cascavel tem uma população de 348.051 pessoas, sendo o quinto município mais populoso do estado. Em 2021, o salário médio mensal era de 2.4 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 38.2%, mas 28.6% da população vivia com até meio salário mínimo. O Produto Interno Bruto - PIB *per capita* era de 42.593,14 mil. Já o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Cascavel era 0,782. Esta classificação do IDHM é considerada média (IBGE, 2025).

Cascavel possui uma pontuação geral no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR) de 57,26, ficando em 329º lugar na classificação do país. O município apresenta uma pontuação baixa e muito baixa em oito dos Dezesete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (IDSC-BR, 2025).

A cidade de Cascavel está classificada como laranja (pontuação baixa) em relação aos ODS número 1, número 2, de erradicar a fome e número 10, de reduzir as desigualdades.

Figura 1 - Avaliação ODS na cidade de Cascavel



Fonte: IDSC-BR (2025).

Cada objetivo da ODS é um desafio a ser superado pelos municípios. De acordo com Curan e Marques (2021), as práticas de AUP que estariam diretamente ligadas aos ODS são: ODS 2: erradicar a fome; ODS 3: saúde de qualidade; ODS 8: trabalho e crescimento econômico; ODS 10: reduzir as desigualdades; ODS 11: cidades e comunidades sustentáveis; ODS 13: ação climática.

Políticas Públicas Municipais de AUP: Cascavel

A prefeitura municipal de Cascavel possui uma trajetória recente de políticas públicas de AUP no município. No ano de 2015, a Secretaria Municipal de Agricultura de Cascavel desenvolveu a primeira horta municipal, com o objetivo de atender as entidades da cidade e os moradores em situação de vulnerabilidade social, mas o projeto acabou não tendo continuidade. Em 2017, uma das primeiras iniciativas da nova gestão municipal foi a revitalização da Horta Municipal

de Cascavel para o início do Programa de Agricultura Urbana Municipal na cidade de Cascavel (Cascavel, 2017).

Por meio do Decreto Nº 13.338 de 1 de março de 2017, a prefeitura municipal de Cascavel (2017), estabeleceu a criação, na administração pública municipal, do Setor Território Cidadão que tem como objetivo principal a mudança eficiente de bairros a partir da implementação de ações integradas e conjuntas de todas as áreas da Administração Pública Municipal.

A lei municipal Nº 6.874, de 16 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial no dia 19 do mesmo mês e ano, instituiu o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de Cascavel – PMAUP. A iniciativa tem por finalidade a implementação da produção de alimentos em áreas urbanas e periurbanas, garantindo capacitação técnica, gestão e infraestrutura. O Setor Território Cidadão ficou responsável pela colaboração do desenvolvimento da PMAUP (Cascavel, 2018).

O nível de institucionalização e de ações públicas na promoção da AUP varia de cidade para cidade. As ações públicas e o apoio institucional dos municípios de Cascavel para AUP foram analisadas conforme o modelo de Oliveira (2017), que classifica em quatro diferentes tipos a participação do estado no desenvolvimento dos arranjos organizacionais da

Agricultura Urbana e Periurbana, são eles: 1) Marginal: atividade ilegal e ausência de políticas e ações públicas; 2) Emergente: já foi marginal, mas tem estruturado um apoio recente para esta atividade; 3) Societal: o sistema organizado a partir de ONGs, organizações da Sociedade Civil e do setor privado; 4) Estatal: existe uma estrutura institucional para AUP bem consolidada.

Este modelo é organizado em dois quadros. O Quadro 1, se refere às principais ações e políticas públicas, divididas em três áreas principais: 1) ações públicas de terra e uso do solo; 2) ações públicas de saúde e segurança alimentar; 3) ações públicas ambientais. O Quadro 2, organiza os aspectos institucionais envolvidos na AUP e foi organizado em cinco dimensões.

Quadro 1 – Ações e Políticas Públicas para AUP

Acesso à Terra e Uso do Solo	Segurança Alimentar e Saúde				Serviços Ambientais	
	Programa de acesso à terra para AUP	Créditos e financiamentos para AUP	Educação e Assistência Técnica de AUP	Assistência para acesso a mercados	Gestão de Riscos	Promoção de técnicas de agricultura ecológica
						Serviços de integração entre compostagem e AUP

Fonte: Oliveira (2017).

Quadro 2 – Aspectos da Institucionalização da AUP

Estado Legal da AUP	Orçamento público para AUP	Inclusão da AUP no Plano de Segurança Alimentar	Inclusão da AUP no Plano de Urbanismo	Existência de um Comitê Intersetorial de AUP	Existência de espaços de participação para a AUP

Fonte: Oliveira (2017).

Com base no modelo de análise de Oliveira (2017), o presente estudo organizou as ações públicas e os aspectos de institucionalização da AUP do município de Cascavel em dois quadros. O Quadro 3, aborda as três principais áreas de políticas públicas necessárias para o fortalecimento da AUP. Já o Quadro 4, se refere aos principais aspectos de institucionalização e regulamentação necessários para a AUP.

Quadro 3 – Ações e Políticas Públicas de Cascavel para AUP

Acesso à Terra	Serviço de Agricultura e Segurança Alimentar				Serviços Ambientais	
Programa de Acesso à Terra para AUP	Créditos e Financiamentos para AUP	Educação e Assistência Técnica para AUP	Assistência para Acesso a Mercados	Gestão de riscos	Promoção de Técnicas de Agricultura Ecológica	Serviço de Integração entre Compostagem e AUP
Sim	Sim	Insuficiente	Não	Não	Insuficiente	Não

Fonte: Elaboração própria com base no modelo de Oliveira (2017).

Quadro 4 – Aspectos da Institucionalização da AUP no município de Cascavel

Estado legal da AUP	Orçamento público para AUP	Inclusão da AUP no Plano de Segurança Alimentar	Inclusão da AUP no Plano de desenvolvimento Urbano	Existência de um comitê intersetorial de AUP	Existência de Canais de Participação Política
Atividade legal	Sim	Não	Não	Não	Não

Fonte: Elaboração própria com base no modelo de Oliveira (2017).

A cidade de Cascavel pode ser classificada como o tipo “emergente”: uma cidade na qual a AUP já ocupou um lugar historicamente marginalizado e em que, nos últimos anos, o governo municipal tem buscado regulamentar uma política de AUP, mas os recursos e a assistência técnica oferecida pela prefeitura aos agricultores urbanos, no geral, são insuficientes.

A AUP hoje é uma atividade legal no município de Cascavel, mas infelizmente ela ainda é vista como atividade marginalizada por outras secretarias da prefeitura, gestores e cidadãos. O programa de Agricultura Urbana não está no plano de segurança alimentar e essa pode ser uma das variáveis pelas quais o município não está conseguindo atingir o ODS número 2.

Maringá: além da cidade canção

A fundação oficial de Maringá é 10 de maio de 1947. O nome da cidade foi inspirado na canção “Maringá, Maringá”, de Joubert de Carvalho. Por isso, a cidade é conhecida como a cidade canção. Ela se localiza na região

noroeste do Paraná e tem muita importância estadual e regional do ponto de vista econômico e social. A cidade é polo de uma região que abrange mais de 100 cidades, sendo considerada uma das poucas do país que consegue conciliar crescimento econômico com preservação ambiental (Maringá, 2022).

Maringá possui uma população de 409.657 pessoas. O PIB *per capita* era de 46.507,74 reais e o IDHM de 0,808, uma classificação de IDH considerada muito alta. Em 2021, o salário médio mensal era de 2.7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 46.4%. O percentual da população que vivia com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa era de 26.1% (IBGE, 2025).

Na Figura 2, pode-se identificar que Maringá apresenta uma pontuação baixa no ODS número 2 (erradicar a fome) e 10 (reduzir as desigualdades). Estes dois ODS estão diretamente relacionados aos propósitos de políticas públicas de AUP que buscam ser uma ferramenta social de promoção da segurança alimentar e geração de renda.

Figura 2 – Avaliação ODS na cidade de Maringá



Fonte: IDSC-BR (2025).

Maringá apresenta uma pontuação geral de 59,84 pontos no Índice de Desenvolvimento Sustentável, estando na posição 100 dentre os 5.570 municípios do Brasil (IDSC-BR, 2025).

Políticas Públicas Municipais de AUP: Maringá

As discussões em torno das políticas públicas voltadas a AUP se iniciam em Maringá em 2005. Neste ano, conforme a lei N° 6.822, foi instituído o Programa Municipal de Agricultura Urbana no município de Maringá que traz as primeiras diretrizes para o desenvolvimento da AUP em Maringá (Maringá, 2005).

No mesmo ano, a administração municipal também priorizou o desenvolvimento de ações na área da saúde e o município aderiu à Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis, cujos objetivos eram viabilizar projetos e construir

políticas públicas saudáveis. O resultado foi a elaboração, em 2006, do Programa Maringá Saudável, no qual foi estabelecido um conjunto de ações e estratégias de alimentação saudável e geração de renda. Dentre as estratégias, estava a criação de um programa de hortas comunitárias.

O Programa Hortas Comunitárias de Maringá foi implantado no ano de 2007 pela prefeitura do município que, em 2008, em parceria com a Universidade Estadual de Maringá (UEM), encaminhou o projeto para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Como consequência, foi aprovada a institucionalização do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana, o CerAUP/UEM. Desde então, ele tem atuado de forma ativa na assistência técnica às hortas e capacitação dos produtores (Fernandes; Souza; Martins, 2013).

O Programa Hortas Comunitárias de Maringá de acordo com Michellon, Jung e Rossi (2016), foi desenvolvido como uma das políticas públicas do município de Maringá para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias de baixa renda do município. Esse programa, apesar de ter iniciado no ano de 2007, somente foi oficializado no ano de 2011, por meio da lei municipal nº 8.981 (Maringá, 2011).

O citado programa vem se tornando uma grande referência como modelo de políticas públicas para o

desenvolvimento e consolidação da AUP no Paraná e no Brasil. O município de Cascavel realizou visitas para conhecer o programa de Maringá, antes da implantação do seu próprio programa de AUP.

Pelo município de Maringá ser uma referência em AUP no estado, é de fundamental importância compreender a dinâmica desse modelo de Agricultura Urbana e Periurbana. Dessa forma, se faz necessária a aplicação do modelo de análise de Oliveira (2017), para identificação do nível de envolvimento do governo municipal em ações públicas e dos aspectos de institucionalização da AUP na cidade. Com isso, pode-se classificar o município em: marginal, emergente, societal ou estatal, além da possibilidade de se fazer comparações com as políticas públicas do município de Cascavel.

Foram organizados as ações públicas e os aspectos de institucionalização da AUP de Maringá em dois quadros. O Quadro 5, aborda as três principais áreas de políticas públicas necessárias para o fortalecimento da AUP. O Quadro 6, se refere aos principais aspectos de institucionalização e regulamentação necessários para a AUP.

Quadro 5 – Ações e Políticas Públicas de Maringá para AUP

Acesso à Terra	Serviço de Agricultura e Segurança Alimentar				Serviços Ambientais	
Programa de Acesso à Terra para AUP	Créditos e Financiamentos para AUP	Educação e Assistência Técnica para AUP	Assistência para Acesso a Mercados	Gestão de riscos	Promoção de Técnicas de Agricultura Ecológica	Serviço de Integração entre Compostagem e AUP
Sim	Sim	Insuficiente	Não	Insuficiente	Insuficiente	Sim

Fonte: Elaboração própria com base no modelo de Oliveira (2017).

Quadro 6 – Aspectos da Institucionalização da AUP no município de Maringá

Estado legal da AUP	Orçamento público para AUP	Inclusão da AUP no Plano de Segurança Alimentar	Inclusão da AUP no Plano de desenvolvimento Urbano	Existência de um comitê intersetorial de AUP	Existência de Canais de Participação Política
Sim	Sim	Sim	Sim	Não (Existem ações intersetoriais, mas não um comitê formal).	Sim

Fonte: Elaboração própria com base no modelo de Oliveira (2017).

Embora Maringá enfrente desafios para aprimorar o sistema de serviços destinados à AUP, o município tem uma estrutura institucional que favorece a atividade, podendo ser classificado como “estatal” por possuir um sistema de institucionalizações e regulamentações favoráveis para o desenvolvimento da AUP. O programa hortas comunitárias de

Maringá foi criado com a participação de várias secretarias municipais em discussão com a comunidade.

Hoje, Maringá pode ser considerada um modelo de política pública de AUP a ser seguido no estado do Paraná, mas, apesar da estrutura, dos serviços e regulamentações positivas que a cidade apresenta, foram identificadas grandes dificuldades no que se refere à relação da AUP ser uma política pública eficiente na promoção da segurança alimentar e o combate à fome no município. Este ponto será melhor explorado no capítulo sete do livro.

Esta pode ser uma das variáveis relacionadas ao fato do município de Maringá não estar conseguindo atingir as políticas de ODS de erradicação da pobreza e de erradicação da fome. Como já foi apresentado na Figura 2, Maringá apresenta grandes e significativos desafios nesses ODS.

Diante do panorama apresentado é possível compreender que mesmo a área de Políticas Públicas sendo de extrema importância para AUP, ainda estamos em fase de implementação dessa política em nível nacional. Em nível estadual, no ano de 2025, o Paraná ainda não possui uma lei estadual para AUP. Isso tem como consequência diversos entraves e limitações do desenvolvimento da AUP no estado, no qual a grande maioria dos municípios do estado

desenvolvem programas de AUP por meio de leis municipais ou de forma marginal.

O nível de institucionalização e de ações públicas na promoção da AUP varia de cidade para cidade. O presente capítulo avaliou as ações públicas e os aspectos de institucionalização da AUP dos municípios de Cascavel e Maringá. Os resultados mostram que as políticas públicas de AUP da cidade de Cascavel podem ser classificadas como o tipo “emergente”, na qual o município ainda vive desafios para efetivar a política de AUP e os recursos e a assistência técnica oferecida pela prefeitura aos agricultores urbanos, no geral, são insuficientes.

Já o município de Maringá, tem uma estrutura institucional que favorece a atividade, podendo ser classificado como “estatal” por possuir um sistema de institucionalizações e regulamentações favoráveis para o desenvolvimento da AUP, mas apesar da estrutura foram identificadas grandes dificuldades no que se refere à relação da AUP ser uma política pública eficiente na promoção da segurança alimentar e nutricional. Esses dados serão melhor explorados no capítulo quatro e cinco do livro.

HORTAS COMUNITÁRIAS SOB UMA PERSPECTIVA TEORICA INTERDISCIPLINAR

O conceito de hortas comunitárias é uma das terminologias com que agentes públicos ou a sociedade podem se deparar ao interagir com o universo da agricultura urbana e periurbana. Esse formato carrega significado específico e representa a visão dos atores envolvidos na formulação e implantação desse tipo de AUP (FGVces, 2022).

Hortas comunitárias são representadas por um conjunto de pessoas de uma comunidade, que ficarão responsáveis pela plantação e gerenciamento da produção e que eventualmente recebem acompanhamento técnico e fiscalização do poder público. Em geral, são instaladas em áreas urbanas públicas ou privadas ociosas e usadas para o cultivo de hortaliças e outros alimentos.

No Brasil, hortas comunitárias começaram a surgir com maior ênfase a partir da década de 1980, como uma

estratégia de sobrevivência das populações mais pobres (Branco; Alcântara, 2011). As hortas comunitárias urbanas têm se destacado como uma solução inovadora e sustentável para enfrentar desafios urbanos relacionados à segurança alimentar e ao bem-estar da população (Mota; Barros; Santos, 2025).

É importante destacar que existem diferentes tipos de hortas comunitárias, com motivações e objetivos distintos. A grande maioria das hortas comunitárias espalhadas pelas “selvas de pedras” brasileiras possuem o objetivo da promoção da segurança alimentar e nutricional, mas existem hortas comunitárias no qual o objetivo principal é a geração de renda, enquanto outras surgem voltadas para uma cidade mais verde e sustentável (Nakamura; Ranieri, 2021). Assim, nem sempre as hortas comunitárias são resultado da mesma intenção por parte de seus idealizadores.

Hortas comunitárias refere-se a um conjunto de diferentes pessoas, com histórias de vida distintas, que dividem o mesmo território, com comportamentos intrapessoais e interpessoais e que realizam atividades com objetivos em comum. Falar em hortas comunitárias é falar em sistemas organizacionais com vários níveis de complexidade. Portanto, é necessário que se desenvolva uma perspectiva ampliada dessa realidade.

É consenso, entre os pesquisadores, que a ciência disciplinar ao longo do século XX, resultou em conquistas importantes e próprias de sua época, mas como salienta Hahn (2020), no século XXI é bastante evidente que esse modelo de ciência já não responde a todas as demandas da nossa sociedade. Os níveis de complexidade se expandiram rapidamente. Assim, a necessidade de expansão do repensar se faz cada vez mais urgente e necessária.

O conceito de triangulação em pesquisas surge dessa necessidade de repensar modelos de ciência. Conforme Flick (2009), o conceito de triangulação significa que o problema de pesquisa será considerado a partir de pelo menos dois pontos. Geralmente, a consideração de dois ou mais pontos se materializa usando-se diferentes abordagens metodológicas.

Existem diferentes tipos de triangulação, Denzin (2017), distingue os tipos de triangulação que podem ser aplicados em pesquisas. Dentre eles, destacam-se: 1) Triangulação de dados: significa o uso de diferentes fontes de dados na pesquisa; 2) Triangulação de teorias: significa analisar os dados a partir de múltiplas teorias; 3) Triangulação de métodos: representa a aplicação de diferentes métodos ao mesmo fenômeno.

Diante da complexidade que está implícita no conceito de hortas comunitárias e buscando o equilíbrio entre uma

análise fragmentada sobre todo o universo envolvido nas hortas comunitárias. Este capítulo irá realizar um diálogo teórico interdisciplinar por meio da triangulação teórica entre as áreas do conhecimento da Administração, Psicologia, Economia e Agronomia. Levando em conta, como bem pontuou Pombo (2006), a interdisciplinaridade não é representada somente por se colocar diferentes disciplinas na mesma mesa para discussão de um tema, isso na maioria das vezes tem tudo a ver com a disciplinaridade. A interdisciplinaridade ocorre quando ultrapassamos nossos princípios disciplinares para convergir, combinar e expandir nosso conhecimento.

Nesse sentido, o diálogo teórico interdisciplinar proposto neste capítulo apresentou cada disciplina e teve o cuidado de realizar conversas e combinações teóricas para a expansão do conhecimento sobre as hortas comunitárias enquanto sistemas organizacionais complexos. O capítulo inicia-se apresentando a área da Administração e explorando a Teoria dos Sistemas como a teoria da Administração selecionada para a análise proposta. Na sequência descreve-se a ciência da Análise do Comportamento, como a teoria da Psicologia presente no diálogo e de forma extremamente original se faz uma convergência entre a Teoria dos Sistemas e a Análise do Comportamento, apresentando a análise de

sistemas comportamentais como uma forma de análise interdisciplinar das hortas comunitárias. Continuando o capítulo, descreve-se a Economia Solidária, Agroecologia e Ciência Comportamental Contextual, mostrando como estas áreas distintas apresentam princípios semelhantes e se convergem para a análise teórica interdisciplinar proposta.

Teoria Geral da Administração

Um dos principais desafios de pesquisas interdisciplinares de acordo com Raynaut (2014), se refere ao diálogo e integração entre as Ciências Exatas, que trabalham com dimensões materiais do fenômeno, e as Ciências Humanas, que trabalham com dimensões imateriais do mesmo fenômeno. A área da Administração Científica desenvolve-se diante desse desafio, pois a compreensão organizacional envolve o estudo tanto das dimensões materiais quanto das imateriais que fazem parte do ambiente organizacional.

A administração é o processo de tomar decisões sobre recursos e objetivos organizacionais. Os processos administrativos são divididos em: planejamento, organização, liderança, execução e controle. Em sentido restrito, a administração é o grupo de pessoas que dirige uma organização. Como disciplina, ela possui um corpo organizado

de conhecimento, com teorias, princípios e técnicas para gerenciamento dos processos organizacionais (Maximiano, 2018).

A Administração, como área do conhecimento científico, possui uma história relativamente recente, de um pouco mais de cem anos, e, ao longo do tempo, conforme o contexto específico de cada período histórico, foram sendo desenvolvidas diferentes teorias e escolas da administração para serem aplicadas no ambiente organizacional (Motta; Vanconcelos, 2021).

O surgimento da Administração como ciência ocorreu no século XIX e teve influências do capitalismo e do positivismo atribuídos a Frederick Taylor e Henry Fayol como os grandes expoentes da abordagem da Administração clássica. Taylor, considerado o precursor da Administração científica, ocupou-se em estudar o planejamento da execução das tarefas. Henry Fayol, o principal nome da Teoria Clássica da Administração, partiu de uma visão macroscópica da organização, preocupando-se com as funções de gerenciamento.

É importante destacar que as primeiras escolas e teorias da Administração davam ênfase aos aspectos materiais da organização. A preocupação principal era aumentar a eficiência e produtividade da organização, não dando ênfase

aos aspectos imateriais ou variáveis pessoais dos funcionários da organização. Muitas empresas atuais carregam heranças das teorias clássicas da Administração, onde se mantém ênfase nas tarefas, divisão de trabalho, rotinas e o uso excessivo de manuais (Matos Filho, 2018).

Desde a abordagem clássica, surgiram diferentes teorias e escolas da Administração. A Teoria Geral da Administração (TGA) é o campo do conhecimento que se ocupa do estudo geral da área, sendo disciplina obrigatória na grade curricular das faculdades de Administração do Brasil. Trata-se de uma forma de organização das diversas teorias que tiveram impacto no desenvolvimento da Administração como área do conhecimento científico (Lacombe, 2012).

A TGA estuda a administração das organizações do ponto de vista da interação e da interdependência entre seis variáveis principais: tarefa, estrutura, pessoas, tecnologia, ambiente e competitividade (Chiavenato, 2004). Cada uma destas seis variáveis provocou, ao seu tempo, uma diferente teoria administrativa, marcando um avanço no desenvolvimento da TGA. Cada teoria administrativa privilegia ou enfatiza uma ou mais dessas seis variáveis. No Quadro 7, estão as principais Teorias da Administração.

Quadro 7 – Principais Teorias da Administração

Teorias	Ano
Administração Científica	1903
Teoria da Burocracia	1909
Teoria Clássica	1916
Teoria das Relações Humanas	1932
Teoria Estruturalista	1947
Teoria dos Sistemas	1951
Abordagem Sociotécnica	1953
Teoria Neoclássica	1954
Teoria Comportamental	1957
Desenvolvimento Organizacional	1962
Teoria da Contingência	1972
Novas Abordagens	1990

Fonte: Adaptado de Chiavenato (2004).

Cada uma das teorias citadas no Quadro 7, teve grande impacto na história da Administração moderna. Todas elas apresentam contribuições específicas para a compreensão das organizações e possuem aspectos positivos e negativos em relação a sua aplicação. Essas teorias vão se diferenciar em razão do foco e da abordagem diante dos processos organizacionais.

Um dos objetivos deste capítulo é analisar a complexidade dos sistemas de organização existentes nas hortas comunitárias por meio da abordagem interdisciplinar. Estudando as principais teorias da administração, foi identificado que a Teoria dos Sistemas seria a que se encaixaria nesse objetivo.

Teoria dos Sistemas

Entre as décadas de 1960 e 1970, o capitalismo entrou em crise mundial: era o fim da chamada “Era Dourada”. As consequências da crise capitalista trouxeram grandes mudanças não apenas em paradigmas da administração, mas também na economia, na política, na psicologia, na sociedade, na cultura e nos paradigmas das ciências de forma geral. A Teoria de Sistemas é um ramo específico da Teoria Geral dos Sistemas (TGS). Ela surgiu diante da necessidade do desenvolvimento de um novo paradigma de conhecimento científico. A necessidade de mudança de paradigma resultou do fato do esquema mecanicista e de especialização das disciplinas terem se mostrado insuficientes para atender os problemas teóricos e práticos do mundo. Com base nessa constatação, alguns cientistas orientaram suas preocupações

para o desenvolvimento de uma Teoria Geral dos Sistemas (Motta, 1971).

A TGS nasce da necessidade de olhar os problemas que começaram a surgir no mundo e nas várias ciências, a partir de uma visão sistêmica. A ciência clássica, em suas diversas disciplinas, buscava isolar os elementos do fenômeno para estudo, projetando que, ao colocá-los juntos novamente, teria a compreensão do fenômeno como todo. A Teoria dos Sistemas define um sistema como um complexo de elementos em interação (Bertalanffy, 2010). Dessa forma, não basta a compreensão dos elementos isoladamente, mas é necessária a compreensão das interrelações entre os elementos.

Por meio da TGS, a abordagem interdisciplinar dos fenômenos passou a ser o modelo de interpretação dos sistemas, estabelecendo principalmente o conceito de sistemas abertos e interdependentes. Trata-se, portanto, de uma teoria interdisciplinar aplicada nas mais diversas áreas do conhecimento humano. Ela contribui para a compreensão da inter-relação existente entre os diversos sistemas que existem em uma organização e a complexidade desses relacionamentos.

Um sistema é um conjunto de elementos que estão em inter-relação entre si e com o ambiente. Inerente a esta definição está a noção de sistema aberto ou adaptativo. Para

Bertalanffy (2010), um sistema aberto é aquele que interage com o ambiente externo, enquanto o sistema fechado interage apenas com outros elementos internos. Como qualquer sistema, seja ele um organismo vivo ou uma organização, é fundamental para sua sobrevivência a noção de sistemas abertos que estão em constante interação com o ambiente externo do qual faz parte.

A imagem de uma organização como um sistema vem da TGS. Esta teoria propõe que as organizações, assim como todos os organismos vivos, são compostas por subsistemas que interagem entre si e com o ambiente externo. Mudanças no ambiente externo induzem mudanças na organização e mudanças em subsistema da organização terão impactos nos seus outros componentes, uma vez que eles são inter-relacionados (Burnes, 2004).

A Teoria dos Sistemas aplicada às organizações permite identificar as propriedades gerais das organizações de uma maneira global, não reveladas pelos métodos clássicos de análise científica (Chiavenato, 2004). Ela possibilita também a inter-relação e a integração de assuntos que são, na maioria das vezes, de naturezas completamente diferentes.

O pensamento sistêmico é a ferramenta do administrador moderno para lidar com situações complexas. Qualquer sistema é representado por elementos que se

organizam em entradas, processos e saídas. Organizações possuem pelo menos dois sistemas que se influenciam mutuamente: o sistema técnico (aspectos materiais) e o sistema social (aspectos imateriais). Os elementos necessários para análise de sistemas são: ambiente, objetivos, componentes, processo e controle (Maximiano, 2015; Maximiano, 2018).

Análise do Comportamento

A Análise do Comportamento é uma abordagem da Psicologia que tem como objetivo descrever e explicar o comportamento humano a partir de sua interação com o ambiente. A explicação dessa teoria é sistematizada conforme orientações filosóficas e testada de forma empírica. Busca-se não somente descrever regularidades, mas também o desenvolvimento de resoluções para questões relevantes para nossa sociedade, tanto em dimensões individuais quanto em dimensões culturais (Moreira; Medeiros, 2019).

A Análise do Comportamento se constrói como uma modalidade de discurso psicológico crítico da visão fragmentada e mecanicista, não atribuindo, seja para eventos subjetivos ou eventos ambientais, explicações causais do comportamento. De acordo com Tourinho (2003), a ciência da Análise do Comportamento busca na relação do homem com

o mundo uma explicação tanto para sua experiência subjetiva, quanto para seu comportamento público.

Para explicar a complexidade do comportamento humano, Skinner (1981), apresenta seu modelo de Análise do Comportamento, o qual foi definido como modelo de seleção do comportamento por consequências:

O comportamento humano é produto conjunto de: a) contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural das espécies, b) contingências de reforçamento responsáveis pelos repertórios adquiridos por seus membros, incluindo c) contingências especiais mantidas por um ambiente cultural evoluído (Skinner, 1981, p. 502).

O modelo de seleção por consequências separa definitivamente Skinner do mecanicismo, ou seja, de explicações em termos de causa e efeito. Este modelo permite compreender que o repertório de um indivíduo passa necessariamente por uma história de seleção por consequências entre interações do organismo e o ambiente em níveis filogenéticos, ontogenéticos e culturais (Kuch; Dittrich, 2023).

A identificação dos níveis filogenéticos, ontogenéticos e culturais, que estão agindo em um indivíduo ou organização em como eles interagem, é de fundamental importância para a

compreensão do comportamento complexo dos indivíduos em uma organização (Silva; Tsukahara; Nunes, 2017). A compreensão dos sistemas comportamentais envolve a descrição das contingências estabelecidas nos seus três níveis de análise.

Análise do Comportamento pode ser considerada uma área interdisciplinar, pois para a compreensão da complexidade do indivíduo e de organizações é necessário a análise multidimensional em níveis filogenéticos, ontogenéticos e culturais. Sem a compreensão desses três níveis de seleção, teríamos uma análise fragmentada do comportamento humano (Skinner, 1981; Baum, 1999).

Análise do Comportamento e Teoria Geral dos Sistemas

É difícil imaginar uma pessoa que não faça parte de algum sistema organizacional. Todo indivíduo, desde seu nascimento, vai se envolver, com seu grupo familiar, em relações comportamentais com grupos organizacionais, sejam políticos, educacionais, recreativos ou profissionais. Pesquisadores da Análise do Comportamento vêm estudando sistemas organizacionais há muitos anos. Esta área específica de estudos organizacionais dentro da Análise do

Comportamento é conhecida como *Organizational Behavior Management* (OBM) (Brethower, *et al.*, 2022).

A OBM é a aplicação dos princípios da Análise do Comportamento a indivíduos e grupos em ambientes organizacionais. Conforme Wilder, Austin e Casella (2009), a OBM envolve a aplicação de procedimentos comportamentais para produzir mudanças socialmente significativas no comportamento humano dentro de organizações. Esta área de pesquisa envolve várias subdisciplinas, dentre as quais destaca-se a Análise de Sistemas Comportamentais.

A Análise de Sistemas Comportamentais, para Brethower (2004), introduz a Teoria Geral dos Sistemas nas organizações e estabelece um conjunto de conceitos e técnicas que ajudam a desenvolver ambientes organizacionais saudáveis. Os conceitos e técnicas originam-se do diálogo interdisciplinar entre duas teorias: Análise do Comportamento e a Teoria Geral dos Sistemas. A primeira ajuda a entender como as pessoas funcionam, enquanto a segunda ajuda a entender como o mundo funciona.

Nesse sentido, a Análise de Sistemas Comportamentais é o resultado do diálogo interdisciplinar entre estas duas teorias e pontua que organizações funcionam como sistemas, pois as relações de interdependência dentro e entre sistemas são fundamentais para a sobrevivência da organização. Ela ainda

traz um olhar sistêmico do funcionamento de sistemas organizacionais (Brethower, 2004; Brethower, 2007).

A Análise de Sistemas é um processo contínuo de análise das variáveis organizacionais para auxiliar no planejamento e gerenciamento de desempenho nos vários níveis da organização. Ao investigar toda organização como um sistema e descrever como os seus componentes interagem, pode-se identificar áreas que podem ser melhoradas, buscando a sobrevivência dessa organização.

Em um sistema organizacional, existem elementos que interagem entre si e com o ambiente externo. Uma mudança em uma parte do sistema tem o poder de impactar outras partes do sistema e o ambiente externo. Mudanças no ambiente externo do ambiente também têm o potencial de impactar a organização. A Análise de Sistemas Comportamentais pode ser usada para identificar todas estas variáveis que afetam a organização como um todo (Mcgee; Crowley-Koch, 2022).

A metáfora do universo como uma rede, que implica em muitas possibilidades de interconexões é utilizada por Najmanovich (2008), para pesquisadora, todo conhecimento surge de um sistema dinâmico de interação em múltiplas dimensões da dinâmica da rede. A organização resultante é preservada ou transformada através de diferentes vínculos com o ambiente. Nesse sentido, as redes moldam a organização e a

organização é a forma configurada pela rede. Nessa abordagem, não faz sentido perguntar qual é a estrutura de um sistema, mas sim compreender o processo dinâmico da rede que deu consistência à determinada organização.

A Análise dos Sistemas Comportamentais têm contribuído para o desenvolvimento de ferramentas para a compreensão dos processos dinâmicos dos sistemas organizacionais. Brethower (1982), desenvolveu a *Total Performance System* (TPS), cuja primeira versão trouxe sete elementos para análise de sistemas: missão, entradas ou recursos, sistema de processamento, feedback do sistema de processamento, saídas ou produtos, sistema receptor e feedback do sistema receptor.

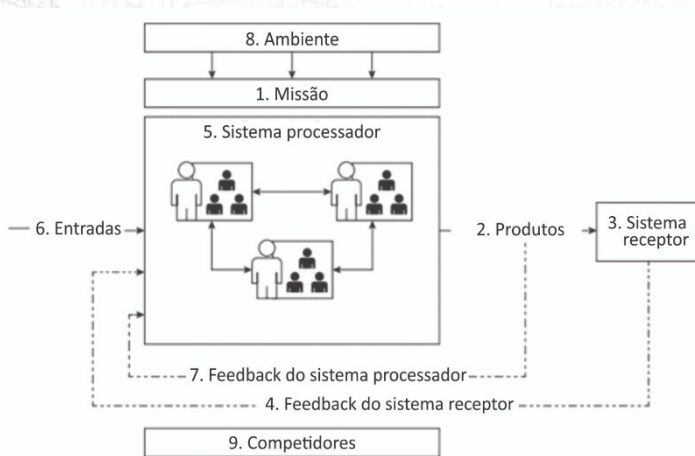
A missão deve identificar a razão para a existência da organização. As entradas são os vários recursos do ambiente externo que o sistema utiliza. O sistema de processamento compreende os vários processos que transformam entradas em saídas, sendo necessário o *feedback* dos próprios indivíduos que fazem parte do sistema de processamento. As saídas são os produtos entregues ao sistema receptor e os clientes que o constituem também fornecem *feedback* ao sistema processador (Molina; Deochand; Mcgee, 2019).

A TPS pode ser aplicada para examinar uma variedade de sistemas, incluindo organizações sem ou com fins

lucrativos. Existem na literatura da área variações da ferramenta TPS. Nestas, ocorrem mudanças nos elementos a serem analisados. Alguns pesquisadores adicionam outros elementos, como estímulos condicionais, contextuais ou operações motivadoras, a depender do foco da análise.

No presente trabalho, foi usada para a análise das hortas comunitárias selecionadas a versão de TPS de Rummler e Brache (2013). Na Figura 3, está a representação gráfica da TPS. Nesta versão, ela é composta por nove elementos. São eles: missão, produtos, sistema receptor, *feedback* do sistema receptor, sistema processador, *feedback* do sistema processador, entradas, ambiente e competidores.

Figura 3 – Representação gráfica da *Total Performance System*



Fonte: Adaptada de McGee e Crowley-Koch (2022).

Não se pode intervir com sucesso em uma organização, a menos que ocorra a compreensão de suas unidades de análise. Para Malott (2003), estas unidades seriam: o sistema comportamental, a contingência comportamental e a metacontingência. Um sistema comportamental é aquele formado por indivíduos interagindo em direção a um objetivo comum. O TPS ajuda a ilustrar como um sistema comportamental interage com seu ambiente, sendo uma ferramenta indispensável para se desenvolver visões gerais objetivas e identificar áreas críticas que precisam ser melhoradas.

A aplicação da TPS nas hortas comunitárias de Cascavel e Maringá é o primeiro passo para a descrição e compreensão sistêmica desses espaços como organizações complexas, possibilitando aos pesquisadores identificar as variáveis envolvidas na rede de funcionamento das hortas comunitárias estudadas e verificar se os processos e interrelações entre os produtores das hortas comunitárias e seus parceiros estão alinhados a sua missão.

Diante da complexidade de variáveis que envolvem o sistema organizacional, se faz necessário o estabelecimento de esquemas que discriminem níveis de complexidade das organizações. As hortas comunitárias estudadas na presente pesquisa foram organizadas conforme os três tipos de

complexidades descritas por Glenn e Malott (2004), sendo eles: ambiental (fatores externos à organização que afetam o desempenho interno), componente (número de componentes organizacionais e suas relações) e hierárquica (número de níveis hierárquicos e suas relações).

O Quadro 8, descreve, de forma geral, os três níveis de complexidade organizacionais identificadas nas hortas comunitárias de Cascavel e Maringá. Este tipo de descrição possibilita uma maior compreensão dos vários sistemas e os componentes internos e externos que envolvem as hortas comunitárias enquanto organizações complexas.

Quadro 8 – Tipos de complexidades organizacionais das hortas comunitárias

Tipo	Unidade de análise	Efeito	Gestão
Complexidade ambiental.	Políticas públicas de AUP; Fatores climáticos; Tecnologia agroecológica; Flutuações na economia.	Aumentar a probabilidade de sobrevivência da organização.	Alinhar a organização interna ao ambiente externo.
Complexidade de componentes	O número de agricultores de cada horta comunitária; Número de técnicos da prefeitura envolvidos no projeto; Número de técnicos parceiros envolvidos na assistência.	Eficiência dos processos	Simplificar os processos, eliminando redundâncias.
Complexidade Hierárquica.	Prefeitura; Parceiros (assistência); agricultores urbanos.	Eficiência dos processos.	Simplificar os níveis de gerenciamento para eliminar desconexões e promover consistência entre os níveis.

Fonte: Adaptada de Glenn e Malott (2004).

Em uma análise organizacional das hortas comunitárias, a capacidade de descrição sobre a forma de

interação entre os agricultores possibilita diversos ganhos, principalmente para sua sobrevivência. As hortas comunitárias também são compostas por contingências comportamentais e operantes entrelaçadas. Para maior compreensão da complexidade das contingências operantes entrelaçadas do sistema das hortas comunitárias, também foi utilizada a ferramenta conceitual de Metacontingência.

Existem dois tipos de contingências que seriam objeto de estudo do analista do comportamento: 1) relações de contingência entre uma classe de respostas com uma consequência comum; 2) relações de contingência entre uma classe de comportamentos e uma consequência cultural comum. Para o segundo tipo de contingência, Glenn (1986), dá o nome de Metacontingências.

O conceito de Metacontingências vem sendo estudado por analistas do comportamento interessados em análise de fenômenos culturais e organizacionais. Ele foi sendo reformulado ao longo dos anos e atualmente a definição de Metacontingência mais aplicada é de Glenn *et al.*, (2016), que a conceitua como uma relação entre: 1) contingências entrelaçadas recorrentes tendo como consequência um produto agregado; 2) a seleção de eventos ou eventos ambientais.

A Metacontingência como ferramenta conceitual permite a descrição dos sistemas organizacionais em níveis

distintos de complexidade. Possibilitando para Silva (2008), a capacidade de se desenvolver intervenções que sejam efetivas para a organização que podem envolver, portanto, desde análises extremamente amplas, como modos de produção (capitalismo), até a de organizações (hortas comunitárias).

Economia Solidária, Agroecologia e Ciência Comportamental Contextual

Uma sociedade que leva o individualismo, a competição e o capitalismo como suas normas sociais estaria, conforme Singer (2001), em longo prazo, fadada ao fracasso. Alguma solidariedade, cooperação e interação altruísta são indispensáveis à reprodução de qualquer sociedade. Sem este tipo de interação, o *homo sapiens* não sobreviveria enquanto espécie, ou seja, futuras gerações não existiriam.

A partir da década de 1970, os modelos capitalistas de economia e administração, representados por ideias econômicas neoliberais e por processos administrativos fordistas-tayloristas, entram em crise. Tal processo resultou em desemprego, precarização das relações de trabalho, crescimento da desigualdade social junto ao desmanche dos mecanismos de proteção social. A Economia Solidária foi criada por operários como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão do capitalismo industrial, no início do

século XIX. Singer (2002), destaca que se trata de uma alternativa por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica. Sua estruturação obedece aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia.

Esse movimento contestava a organização dita científica do trabalho e a sua especialização: vertical, separando a execução das tarefas; e horizontal, dividindo o trabalho em gestos repetitivos. É importante destacar que o movimento operário não se centrava unicamente no ambiente de trabalho, mas visava, além de uma organização mais ampla de auto-organização no trabalho, a democratização da sociedade (Laville, 2009).

Nesse contexto, a partir do século XIX, é visível a presença crescente de grupos informais e associações de trabalhadores organizadas em bases cooperativas e em regime de autogestão. Essas iniciativas representariam uma opção efetiva para os segmentos sociais de baixa renda. Em diferentes países, pesquisas apontam que organizações e empreendimentos solidários estão convertendo-se em considerável mecanismo gerador de trabalho e renda (Gaiger, 2015).

O efeito promissor da Economia Solidária decorre de sua capacidade de estimular o protagonismo econômico e político de trabalhadores pobres e vulneráveis, por meio de sua

organização econômica e de seu envolvimento na condução dos empreendimentos. Os negócios solidários podem ser considerados um elemento de inclusão social e igualdade, o que os diferencia de empresas convencionais ou capitalistas nas quais existem profundas desigualdades (Gaiger, 2015).

A Economia Solidária tem um conjunto de princípios e práticas que, quando aplicados a AUP, podem contribuir significativamente para a sua consolidação. São exemplos, a reciprocidade, a redistribuição, relações de solidariedade, práticas de participação, gestão democráticas e práticas agrícolas sustentáveis.

A crescente pressão em favor da agricultura industrial e da globalização, com ênfase nos cultivos de exportação, trouxe riscos econômicos, sociais e ecológicos severos para o mundo. Altieri (2012), relata que diante desse problema, a ciência da Agroecologia, a qual se define como a aplicação de princípios ecológicos para o manejo de agroecossistemas sustentáveis, proporciona uma alternativa mais sustentável em comparação com a agricultura industrial.

A agricultura convencional se preocupa especificamente com o efeito das práticas de uso da terra e de manejos de animais, enfatizando uma única dimensão, a dos nutrientes do solo ou do surto de pragas para a maior produção possível. Hecht (1999), salienta que não há dúvida de que esta

abordagem tem sido bem-sucedida, pois a cada ano é possível ver notícias de recordes de plantações e exportações. No entanto, esta visão fragmentada de agricultura que não reconhece outras dimensões envolvidas no seu processo, produz danos ecológicos e sociais irreversíveis.

O enfoque científico da Agroecologia destina-se a estabelecer bases e princípios teóricos e metodológicos para que ocorra uma mudança dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencional para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentável. O objetivo é a produção de alimentos de grande qualidade para toda sociedade e ao mesmo tempo sem causar danos ambientais e sociais.

Economia Solidária e a Agroecologia, em suas diferentes escalas, incorporam dimensões de um movimento social, nas quais estão em disputa modelos de sociedade. No Brasil, tanto a construção do campo da Economia Solidária como da Agroecologia resulta da convergência histórica entre diferentes trajetórias de crítica e resistência social em reação aos impactos sociais e ambientais gerados pelo processo capitalista de modernização da agricultura, ocorrido no Brasil (Schmitt; Tygel, 2009).

A Economia Solidária e a Agroecologia fazem parte de movimentos similares de resistência ao capitalismo: a primeira

de confronto às formas de exploração dos trabalhadores e a segunda de confronto à intensa exploração da natureza pela agricultura capitalista. O diálogo entre estas duas áreas não é fácil, pois existe dificuldade para os agricultores reconhecerem sua identidade na Economia Solidária e na Agroecologia. A principal diferença para Singer (2013), entre a Economia Capitalista e a Solidária está na maneira como as organizações são administradas. A primeira aplica a Heterogestão ou administração hierárquica, na qual trabalhadores de nível mais baixo sabem muito pouco sobre a organização como um todo. Na Economia Solidária, a organização se administra democraticamente, ou seja, pratica-se a Autogestão, em que todos os participantes da organização sabem de todos os processos e problemas que ocorrem na organização.

Tomando por base as relações de poder e de trabalho de organizações, Faria (2009), descreve as cinco formas principais de gestão organizacional identificados a partir de uma relação cruzada de poder entre a pessoa que administra uma organização e como ela faz isso: 1) Heterogestão; 2) Gestão Participativa; 3) Cogestão; 4) Gestão Cooperativa; 5) Autogestão. A heterogestão se caracteriza por princípios de gestão hierárquica. A gestão participativa surge na Administração como uma das estratégias das empresas para envolver os empregados no processo de produção e assim

obterem vantagens competitivas. A cogestão propõe que o trabalhador tenha poder de decisão em níveis operacionais, estratégicos e políticos da organização, podendo ser relativa ou compartilhada. A gestão cooperativa é caracterizada por uma gestão na qual os trabalhadores cooperam sistematicamente uns com os outros. O modelo de autogestão se contrapõe aos modelos econômicos, políticos e sociais de dominação. Ele diz respeito à gestão pelos próprios trabalhadores.

Isso indica que os processos de Autogestão como forma de administração na Economia Solidária, organizações e movimentos sociais, possui uma história de lutas contra o sistema capitalista. Estas lutas percorrem toda história dos movimentos sindicais, operários e políticos, sendo um contraponto aos paradigmas liberais e capitalistas. Esta discussão ganha um novo e importante capítulo com as pesquisas de Elinor Ostrom e sua equipe.

Elinor Ostrom recebeu o prêmio Nobel de Ciências Econômicas, no ano de 2009. Ela venceu o Nobel de Economia desafiando o paradigma econômico dominante da época sobre a tragédia dos recursos comuns. Ostrom demonstrou empiricamente que grupos são capazes de gerenciar e compartilhar de forma sustentável seus recursos comuns através da aplicação de certos princípios de cooperação para evitar a tragédia do uso excessivo de recursos comuns. Na

maioria dos casos em que um determinado recurso natural é propriedade coletiva, Ostrom (2000), pontua que existe a possibilidade de serem construídas regras de cooperação para um desfrute coletivo e sustentável, permitindo que cada integrante do grupo exerça influência e tenha poder nas decisões coletivas.

As pesquisas de Ostrom dão especial ênfase aos fundamentos da cooperação, entendida como essencial para sobrevivência de grupos e da sociedade de forma geral, buscando encontrar coletivamente soluções para um patrimônio compartilhado, do qual todos dependem (Baiardi, 2011).

Os princípios de governança cooperativa propostos por Ostrom (1990), seriam:

- 1) Limites claramente definidos; 2) Regras adaptadas às condições locais, garantindo que aquele grupo experimente equivalência proporcional entre custos e benefícios; 3) Acordo coletivo para que todos afetados por uma decisão possam ter oportunidade de contribuir para as decisões do grupo; 4) Supervisão e monitoramento ativo do estabelecimento e cumprimento dos acordos estabelecidos pelo grupo; 5) Indivíduos que quebram as regras estabelecidas pelo grupo recebem sanções ou punições graduais; 6) Mecanismo de resolução de problemas para que se resolva rapidamente os

problemas de uma forma justa por todos os membros do grupo; 7) Reconhecimento mínimo dos direitos da organização. Os direitos dos usuários de projetar suas próprias instituições são reconhecidos por autoridades governamentais externas; 8) No caso da gestão de recursos comuns maiores, existe a necessidade de um estilo de governança policêntrica ou multifacetada (Ostrom, 1990, P. 90).

Aproveitando os princípios de governança de Elinor Ostrom (1990), e tendo como base a importância da colaboração interdisciplinar no estudo de problemas sociais, pesquisadores da Ciência Comportamental Contextual, em conjunto com pesquisadores de outras áreas, mergulharam profundamente nos princípios de cooperação de Ostrom para o desenvolvimento do que eles nomearam como Modelo Pró-Social.

A sobrevivência da ciência não decorre somente de sua utilidade e coerência, depende também de como ela aprende a se comunicar com outras ciências e com a sociedade. A Ciência Comportamental Contextual é uma perspectiva do que tem sido tradicionalmente chamada de Análise do Comportamento, podendo ser vista como um projeto intencionalmente desenvolvido para a integração com outras áreas do conhecimento, buscando maior impacto na nossa sociedade (Vilardaga *et al.*, 2009).

A Ciência Comportamental Contextual é definida por Hayes, Barnes-Holmes e Wilson (2012), como uma estratégia comunitária focada em princípios de desenvolvimento científico, buscando o desenvolvimento de conceitos básicos e aplicados. Ela também é centrada em métodos que são úteis para prever e influenciar o contexto inserido de ações de organismos inteiros, individualmente e em grupo.

O comportamento pró-social é geralmente entendido como o ato de conviver e cooperar com os outros, beneficiando a sociedade como um todo. O Modelo Pró-Social desenvolvido por Atkins, Wilson e Hayes (2019), é caracterizado por princípios básicos de *design* para construir grupos que funcionem melhor. Os princípios de Ostrom apontam para a direção que os grupos precisam seguir, mas habilidades psicológicas são necessárias para fazer essa jornada com flexibilidade. Os princípios de cooperação de Ostrom são compreendidos no Modelo Pró-Social a partir de diversos campos, porém interrelacionados, da Antropologia, da Biologia e da Ciência Comportamental Contextual.

O Modelo Pró-Social tem como grande objetivo o equilíbrio entre interesses individuais e coletivos de grupos a partir do desenvolvimento de habilidades de flexibilidade psicológica que oferece um conjunto de habilidades e perspectivas necessárias para que as pessoas consigam lidar

com o egoísmo interno que se desenvolve a partir de vários pensamentos, sentimentos, sensações ou memórias que cada pessoa pode ter e que prejudicam a saúde pessoal e a sobrevivências de grupos e organizações (Hayes; Atkins; Wilson, 2021).

Este capítulo encerra a parte um do livro, que teve como proposta realizar a triangulação teórica que fundamenta e sustenta a pesquisa interdisciplinar aplicada às hortas comunitárias de Cascavel e Maringá. Fazendo uma analogia ao voo da harpia, os três primeiros capítulos tiveram como objetivo ampliar a visão da harpia, estabelecendo a direção e o caminho que ela iria sobrevoar.

Neste capítulo, teve-se o cuidado de apresentar cada perspectiva teórica que guiou o voo da harpia. Nesse contexto, a triangulação teórica apresentada entre as áreas da Administração, Psicologia, Economia e Agronomia, alimentaram, direcionaram e ampliaram o olhar da nossa harpia para as políticas públicas de hortas comunitárias.

Para que acontecesse esse voo de forma interdisciplinar, foi necessário que se apresentassem os princípios de cada disciplina e que se ultrapasse os seus limites disciplinares com o objetivo de construção conjunta de novas perspectivas referentes a problemas complexos relacionados ao mundo das hortas comunitárias.

Pode-se observar que as triangulações teóricas realizadas foram pautadas em um profundo respeito aos campos disciplinares envolvidos, na identificação de pressupostos epistemológicos similares e na convicção da capacidade dialógica e convergente entre estas teorias. Como resultado surgiu um novo olhar que direcionou o voo da harpia.

A dark, atmospheric illustration of a city skyline, possibly a dystopian or post-apocalyptic setting. A large eagle with spread wings is the central focus, flying over a city with various buildings and a chain-link fence in the foreground. The sky is cloudy and dark.

PARTE II

**AGRICULTURA URBANA E
PERIURBANA NAS
REGIÕES OESTE E
NOROESTE DO PARANÁ**

HORTAS COMUNITÁRIAS DE CASCAVEL E MARINGÁ

No capítulo anterior, por meio da revisão da literatura a do diálogo teórico interdisciplinar proposto, a nossa harpia voou em uma altitude alta para se ter uma perspectiva mais panorâmica sobre o contexto das hortas comunitárias. Desenvolvendo uma visão mais amplificada, capaz de enxergar pequenos movimentos que ocorrem em terra. Chegou o momento de a harpia descer ao solo para alcançar seu alvo com precisão. Este mergulho não deve ser por instinto e sim por evidências, para isso ela precisa calcular a sua velocidade e a direção do vento. Neste capítulo, apresenta-se a metodologia e os resultados encontrados ou a forma que a harpia estabeleceu seu voo e o que ela capturou para se alimentar.

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa de campo do tipo exploratória descritiva, pois seu interesse está voltado para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades,

instituições, visando à compreensão de vários aspectos da sociedade. Estudos exploratório-descritivos combinados têm por objetivo descrever profundamente determinado fenômeno (Marconi; Lakatos, 2017).

Para uma compreensão mais profunda e ampliada das hortas comunitárias, optou-se pela utilização do conceito de triangulação. Denzin (2017) distingue os tipos de triangulação que podem ser aplicados em pesquisas. Dentre eles, destacam-se: 1) Triangulação de dados: significa o uso de diferentes fontes de dados na pesquisa; 2) Triangulação de teorias: significa analisar os dados a partir de múltiplas teorias; 3) Triangulação de métodos: representa a aplicação de diferentes métodos ao mesmo fenômeno. Para a presente pesquisa, foram utilizados os conceitos de triangulação de teorias, de métodos e de dados.

A triangulação pode combinar métodos e fontes de coleta de dados qualitativos e quantitativos, assim como diferentes métodos de análise dos dados dado que seu objetivo é contribuir não apenas para o exame do fenômeno sob o olhar de múltiplas perspectivas, mas também permitir surgir novas e mais profundas dimensões de análise para a compreensão do fenômeno estudado.

A triangulação de métodos, proposta neste livro, combinou as abordagens qualitativa e quantitativa. Gunther

(2006) e Ramos (2013), concordam que o pesquisador não deveria escolher entre um método e outro, mas utilizar as abordagens qualitativas e quantitativas que se adequam ao seu problema de pesquisa. À medida que os objetivos da pesquisa são multifacetados, comportam mais de um método. O uso dos métodos quantitativos ou qualitativos depende diretamente do problema, das hipóteses e dos objetivos de pesquisa. Cada método e técnica de pesquisa fornece uma perspectiva diferente do mundo social.

A abordagem qualitativa nesta pesquisa está alinhada à compreensão e identificação das relações interpessoais dos participantes, suas formas de organização, cooperação, sentimentos de pertencimento ao grupo, valores coletivos compartilhados, estilos de gestão, flexibilidade psicológica e ao entendimento de como os participantes se sentem em relação a horta comunitária.

Paralelamente, também buscou-se identificar se as hortas comunitárias pesquisadas têm cumprido o objetivo de ser uma forma de combater a fome na vida de seus participantes. Para a mensuração dessa variável, foi utilizada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, uma escala psicométrica de alta validade para o diagnóstico da insegurança alimentar no Brasil. Trata-se de um método

quantitativo que mede um fenômeno de natureza social (Pérez-Escamilla, *et al.*, 2004).

A pesquisa de campo iniciou-se com a seleção de quatro hortas comunitárias consolidadas das cidades de Cascavel e Maringá, duas de cada município. O critério para a seleção foi o tempo de funcionamento dessas hortas que deveriam ter, no mínimo, quatro anos de existência.

Foram selecionados 30 agricultores participantes da pesquisa, sendo 16 de Maringá e 14 de Cascavel. O único critério para participação no projeto foi que o participante fosse agricultor cadastrado de uma das hortas comunitárias selecionadas. O não estabelecimento de um tempo mínimo de pertencimento do agricultor na horta comunitária está relacionado à possibilidade de medida de comparação entre agricultores mais antigos e mais novos, em relação aos objetivos da pesquisa. Com isso, obteve-se uma amostra heterogênea dos participantes em termos de gênero, raça, idade e tempo de adesão à horta.

Para a compreensão das hortas e coleta de dados sobre as formas de organização, cooperação, flexibilidade psicológica e insegurança alimentar, utilizou-se os instrumentos de entrevista semiestruturada, formulário, a ferramenta da Matrix, a Escala de Flexibilidade Psicológica no

Trabalho e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

As perguntas da entrevista foram estruturadas e organizadas por meio das seguintes categorias: 1) dados demográficos; 2) tempo de adesão à horta; 3) dados socioeconômicos; 4) dados socioambientais; 5) dados socioculturais; 6) infraestrutura; 7) condições de acesso à horta; 8) dados políticos; 9) impactos que as hortas trouxeram na vida dos participantes.

O formulário aplicado na pesquisa de campo foi elaborado tendo como base os oito princípios de governança cooperativa de Ostrom (1990), são eles: 1) limites definidos; 2) regras adaptadas às condições locais; 3) acordo coletivo; 4) supervisão e monitoramento; 5) punições graduais; 6) resolução de problemas; 7) reconhecimento externo da organização; 8) governança policêntrica.

Tais princípios foram operacionalizados em perguntas que foram aplicadas aos participantes por meio do formulário. Com isso, foi possível identificar, de acordo com a perspectiva dos agricultores, quais princípios de cooperação ocorriam nas hortas comunitárias selecionadas.

A ferramenta da Matrix foi escolhida por ser um instrumento qualitativo de simples aplicação desenvolvido por pesquisadores da Ciência Comportamental Contextual. A

Matrix é um diagrama que representa de forma simples o modelo de flexibilidade psicológica. Ela indica se o que fazemos está nos distanciando ou aproximando de nossos valores e busca também pontuar variáveis que distanciam ou aproximam o indivíduo e grupos de seus valores (Polk; Schoendorff, 2014).

No ambiente de trabalho, a flexibilidade psicológica se refere à capacidade de emissão de comportamentos condizentes com a execução das metas laborais. Trabalhar dentro de hortas comunitárias exige esforço físico e mental. Para muitas pessoas, o trabalho compreende uma parcela significativa da vida. Quanto maior o nível de flexibilidade psicológica no ambiente de trabalho, maior será o desempenho e a saúde mental do trabalhador (Bond; Bunce, 2003).

Complementando os dados coletados por meio da ferramenta da Matrix, com o objetivo de mensurar o nível de flexibilidade psicológica de cada participante da pesquisa, foi aplicada a Escala de Flexibilidade Psicológica no Trabalho. Esta é a principal escala utilizada para mensuração de níveis de flexibilidade psicológica no ambiente de trabalho (Bond; Lloyd; Guenole, 2013).

A Escala de Flexibilidade Psicológica no Trabalho foi selecionada como instrumento de aplicação por ser uma escala validada nacionalmente e internacionalmente, permitindo

verificar o nível de flexibilidade psicológica no ambiente de trabalho dos agricultores das hortas comunitárias pesquisadas e correlacionar esta variável com os outros instrumentos de pesquisa.

Este capítulo tem como objetivo compreender a distribuição das hortas comunitárias selecionadas em níveis demográficos, socioeconômicos, organizacionais e comportamentais. Explorando se existem classes de cooperação social entre os agricultores urbanos, o nível de flexibilidade social dos agricultores e finaliza-se o capítulo respondendo se os agricultores urbanos das cidades pesquisadas estão ou não em situação de insegurança alimentar.

Caracterização das hortas comunitárias em níveis demográficos e socioeconômicos

As hortas de Cascavel apresentam maior variação na faixa etária de seus agricultores, em relação ao município de Maringá. Os agricultores de Cascavel apresentam variação na faixa etária entre vinte três e setenta e quatro anos de idade. Nas hortas comunitárias de Maringá, todos os agricultores apresentam idade acima dos sessenta anos e a grande maioria possui idade acima dos setenta. A Tabela 1, apresenta a faixa etária dos agricultores de Cascavel e Maringá.

Tabela 1 – Faixa etária dos agricultores de Cascavel e Maringá (%)

Idade	Cascavel	Maringá
20 a 24	7,14	0,00
25 a 29	7,14	0,00
30 a 34	0,00	0,00
35 a 39	7,14	0,00
40 a 44	0,00	0,00
45 a 49	7,14	0,00
50 a 54	21,43	0,00
55 a 59	14,29	0,00
60 a 64	21,43	18,75
65 a 69	7,14	18,75
70 a 74	7,14	31,25
75 a 80	0,00	31,25
Total Geral	100,00	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Em relação ao estado civil dos agricultores, 79% dos agricultores de Cascavel são casados, 14% são separados e apenas 7% são solteiros. Este dado é convergente com a amostra de Maringá, onde 93,75% dos agricultores são casados.

A composição familiar dos agricultores entrevistados nas cidades de Cascavel e Maringá apresentou variação similar à evidenciada em todo o Brasil, sendo que o arranjo familiar com duas pessoas com idade acima dos sessenta anos, na qual

os filhos já são adultos e não vivem mais com os agricultores, representa a maior parte da amostra. A Tabela 2, expõe a composição familiar dos agricultores de Cascavel e de Maringá.

Tabela 2 – Composição familiar: número de pessoas vivendo na residência do agricultor(a) de Cascavel e Maringá (%)

Composição Familiar	Cascavel	Maringá
Uma pessoa	7,14	0,00
Duas pessoas	42,86	75,00
Três pessoas	14,29	12,50
Quatro pessoas	28,57	6,25
Cinco pessoas	7,14	6,25
Total Geral	100,00	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

A maior parte da amostra dos agricultores de Cascavel e de Maringá não completaram o ensino fundamental. Entre os principais motivos para a evasão escolar dos agricultores estão: necessidade de trabalhar para geração de renda, casamento e gravidez. A Tabela 3, mostra o perfil dos agricultores em relação ao seu grau de escolaridade.

Tabela 3 – Escolaridade do agricultor(a)
de Cascavel e Maringá (%)

Escolaridade	Cascavel	Maringá
Analfabeto	7,14	0,00
Ensino fundamental incompleto	50,00	43,25
Ensino fundamental completo	28,57	31,25
Ensino médio completo	14,29	18,75
Superior completo	0,00	6,25
Total Geral	100,00	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

As hortas comunitárias de cascavel apresentam tanto homens como mulheres trabalhando na produção de hortaliças. Foi identificada uma pequena margem estatística indicando uma porcentagem maior de homens trabalhando nas hortas comunitárias de Cascavel: 57% dos produtores são homens e 43% são mulheres. 81,25% dos agricultores de Maringá que participaram da pesquisa são homens. Este dado é convergente com a amostra pesquisada na cidade de Cascavel, na qual a maioria dos agricultores entrevistados são homens também.

Em relação à cor ou raça dos agricultores de Cascavel, 57% dos participantes declaram-se pardos. 29% brancos e 14% pretos.

De forma geral, os dados de Maringá, em relação à cor e raça, são similares aos de Cascavel. 50% se declaram pardos, 19% brancos e 6% pretos. Uma especificidade das hortas de Maringá é a representatividade da comunidade asiática (especificamente a japonesa). Essa comunidade, que se declara como amarela, representa 25% da amostra dos agricultores nas hortas pesquisadas em Maringá.

A maior parte dos agricultores de Cascavel possuem uma renda mensal de até um salário mínimo. Para essa porcentagem, o trabalho na horta é um complemento em sua renda, não sendo sua principal fonte de rendimentos. A principal fonte de renda desses agricultores está relacionada a trabalhos realizados por eles ou por seus companheiros em serviços não registrados (pagamento por diária de serviço).

Uma parcela dos agricultores de Cascavel não possui nenhuma fonte de renda fixa mensal para sua sobrevivência, conseguindo, por meio de pequenos trabalhos, uma renda de até R\$ 599,00 reais mensais. Estes agricultores com renda menor, apesar de desejarem comercializar sua produção, não conseguem vendê-la, pois utilizam a maior parte de sua produção para sua alimentação e a alimentação de sua família.

Somente 21,43% da amostra dos agricultores de Cascavel possuem sua renda vinda exclusivamente do seu trabalho na horta comunitária. Estes 21,43% são os que

possuem a maior renda entre os agricultores entrevistados. Dessa forma, os agricultores de Cascavel que trabalham todos os dias na horta, em uma média de oito a dez horas diárias, possuem uma renda maior que os agricultores que não possuem a horta como sua principal fonte de renda e que dedicam menos tempo diário no trabalho nela.

A renda mensal dos agricultores de Maringá é um dos dados que apresenta grande divergência no perfil socioeconômico, em relação aos agricultores de Cascavel. Em Maringá, para 87,5% dos agricultores, a aposentadoria do Governo Federal é sua principal fonte de renda, sendo que a maior parte dos agricultores de Maringá possuem rendimento mensal derivado da aposentadoria de até R\$ 3.999,00.

De maneira similar ao que ocorre em Cascavel, os agricultores de Maringá com menor renda, mesmo desejando comercializar sua produção, utilizam a maior parte dela para o autoconsumo. A Tabela 4, expõe a média de renda mensal dos agricultores entrevistados.

Tabela 4 – Média de renda mensal dos agricultores de Cascavel e Maringá (%)

Renda do agricultor(a)	Cascavel	Maringá
Até R\$ 599,00 reais	14,29	12,50
De R\$ 600,00 até R\$ 1.349,00	64,29	25,00
De R\$ 1.350,00 até 2.249,00	21,43	18,75
De R\$ 2.250,00 até R\$ 3.999,00	0,00	37,50
De R\$7.800,00 reais até R\$ 18.799,00	0,00	6,25
Total Geral	100,00	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Os agricultores de Cascavel em sua maioria (85,71%) possuem a segurança alimentar e geração de renda como objetivo de trabalho nas hortas. Para 57% da amostra de Cascavel, o trabalho na horta não trouxe melhorias em sua renda financeira, mas trouxe economia por não precisarem comprar hortaliças para a sua alimentação diária.

Este dado diverge em relação aos agricultores de Maringá, onde 87,50% dos agricultores não possuem como objetivo de trabalho nas hortas a segurança alimentar e a geração de renda. Para a maior parte dos agricultores do município, o trabalho na horta está relacionado à qualidade de vida na terceira idade. Somente 12,50% dos agricultores de Maringá entrevistados estão na horta com objetivos referentes à segurança alimentar e geração de renda.

A maior parte dos agricultores de Cascavel, ou 85,72% da amostra, possui pelo menos quatro anos de participação e trabalho nas hortas comunitárias do município. Somente 14,28% deles possuem dois anos de participação na horta. Em Maringá, 43,75% dos agricultores trabalham na horta há pelo menos dez anos. 31,25% possuem pelo menos 6 anos de trabalho na horta e 25% possuem dois anos de participação.

A Figura 4, traz a imagem das duas hortas comunitárias pesquisadas em Cascavel. Na primeira horta (parte de cima da imagem) é possível identificar um sistema de irrigação para os canteiros da horta. Na imagem da parte de baixo da figura (segunda horta), é possível visualizar um agricultor em sua plantação de mandioca, sendo que a segunda horta não possui um sistema de irrigação disponível para os produtores. Com isso, muitos agricultores de Cascavel buscam plantar espécies como a mandioca que não dependem de irrigação diária.

Figura 4 – Hortas comunitárias de Cascavel



Fonte: Autores (2023).

De forma geral, os agricultores mais antigos das hortas comunitárias de Cascavel e Maringá são os que possuem maior quantidade de terra para a sua produção. Assim, existem diferenças na quantidade de canteiros disponíveis para plantação para cada agricultor. Nesse sentido, acaba ocorrendo grandes diferenças entre o tamanho de área disponível por agricultor. Em Cascavel, o agricultor com menor área disponível possui 30 m² e o agricultor com a maior área disponível possui 1800 m² para produção. Já em Maringá, existem agricultores que possuem 20 m² para plantação, enquanto outros possuem até 350 m².

Todos os agricultores, tanto de Cascavel como de Maringá, relatam que não receberam nenhum tipo de

treinamento ou assistência técnica ao iniciar seu trabalho nas hortas. Foram aprendendo com a própria prática diária de trabalho. As dificuldades e problemas que os agricultores dos dois municípios enfrentaram no início de seu trabalho nas hortas são semelhantes.

Entre as principais dificuldades enfrentadas, destacam-se: não saberem plantar corretamente, escassez de água, controle de pragas, assistência técnica insuficiente, falta de qualidade dos recursos fornecidos pelas prefeituras e falta de organização interna entre os agricultores. Para a maior parte dos agricultores das duas cidades, estes problemas e dificuldades ainda estão presentes nas hortas comunitárias de Cascavel e Maringá, nas quais a organização interna, qualidade dos recursos e a assistência técnica ainda são insuficientes para o suporte aos agricultores.

De forma equivalente, os agricultores dos dois municípios não fazem restrições entre eles sobre quem deve plantar uma espécie ou outra. Cada agricultor tem liberdade para decidir a espécie que será plantada em seu canteiro. O planejamento da plantação ocorre de forma individual, não existindo planejamento, produção ou comercialização coletiva nas hortas das suas cidades.

Existe diferença entre as hortas de Cascavel e Maringá em relação à gestão e organização interna dos agricultores. Nas

hortas de Cascavel, não existe um modelo de gestão definido e generalizado para todas as hortas do município. Exemplo: em uma das hortas pesquisadas existe um líder que organiza a gestão interna dos agricultores e estabelece diálogo com a Cooperativa de Produção e Comercialização da Reforma Agrária e Agricultura Familiar (COPCRAF) e o Território Cidadão e na outra horta pesquisada não existe líder ou direção entre os agricultores.

De forma distinta da identificada em Cascavel, as hortas comunitárias de Maringá possuem uma forma de organização interna que é generalizada para todas as hortas do município. Na cidade, todas as hortas possuem um regimento interno, segundo o qual são realizadas eleições a cada dois anos de um corpo diretivo da horta, composto de presidente, vice-presidente, secretário geral e tesoureiro.

A Figura 5, mostra o quadro que a equipe diretiva de uma das hortas de Maringá utiliza para que todos os agricultores possam visualizar os avisos, regras e controle das espécies de hortaliças que foram solicitadas e recebidas pela prefeitura.

Remédios Caseiros		21.4.21	SALA	
Conforme Exatidão dos Hótes Comunitários e Póculos			Produtos	
Utilizar Qualquer Póculo Químico Poliar			Unidade Produto	
e Qualquer Químico nos <u>Hortaliças</u>				
da Horta e Rosa!				
Ocorrência salvação/expulsão dos				
produtores infestantes e conservação				
a reincidência de uso dos produtos nos				
<u>Hortaliças</u> referimos punição/conservação				
que será <u>O Lechamento da Horta!</u>				
			Produtos	
			Unidade	Produto
			1	2
			3	4
			5	6
			7	8
			9	10
			11	12
			13	14
			15	16
			17	18
			19	20
			21	22
			23	24
			25	26
			27	28
			29	30
			31	32
			33	34
			35	36
			37	38
			39	40
			41	42
			43	44
			45	46
			47	48
			49	50
			51	52
			53	54
			55	56
			57	58
			59	60
			61	62
			63	64
			65	66
			67	68
			69	70
			71	72
			73	74
			75	76
			77	78
			79	80
			81	82
			83	84
			85	86
			87	88
			89	90
			91	92
			93	94
			95	96
			97	98
			99	100

A função de tesoureiro existe em todas as hortas de Maringá, pois todos os agricultores devem pagar 5 reais por mês por canteiro que produzem. O valor arrecadado vai para o caixa geral da horta, guardado para ser utilizado com gastos e problemas que surgem na horta como um todo. Isto não existe nas hortas de Cascavel, onde não se paga nenhum valor pelos canteiros das hortas. Mas, uma das reclamações dos agricultores de Cascavel se refere a não terem uma reserva financeira para lidar com imprevistos e gastos gerais que surgem nas hortas do município.

122

feijão, milho, repolho, rúcula, rabanete, mandioca, pepino, quiabo, tomate, uva e uma diversidade de temperos.

Os agricultores de Cascavel em sua maioria (86%) comercializam as hortaliças plantadas na própria horta ou andando de casa em casa pelo bairro. 14% utilizam suas plantações somente para o autoconsumo e alimentação de suas famílias. Este dado é convergente ao encontrado na amostra de Maringá, onde 87,5% dos agricultores comercializam sua produção de forma individual na própria horta ou com conhecidos do bairro.

Os agricultores de Maringá (12,5%) não comercializam sua produção, utilizando-a somente para sua própria alimentação. A principal diferença entre os agricultores das duas cidades que não comercializam sua produção é que os de Cascavel gostariam de comercializar para ter um complemento em sua renda, já os agricultores de Maringá possuem uma renda estabelecida e não veem necessidade de complementação.

O preço das hortaliças é estabelecido individualmente por cada agricultor. A maior parte dos agricultores de Cascavel e Maringá consideram que os preços cobrados por eles pelas hortaliças são menores que o valor de mercado, mas são justos.

A Figura 6, mostra uma barraca para vendas de hortaliças que os agricultores de uma das hortas de Cascavel

montaram para organizar suas vendas dentro da horta. Os agricultores que trabalham todos os dias em horário comercial podem vender seus produtos na barraca para a população do bairro e do município de Cascavel.

A Figura 6 - Barraca para vendas de hortaliças em uma das hortas de Cascavel



Fonte: Autores (2023).

Os agricultores das duas cidades não receberam nenhum tipo de treinamento para comercialização das hortaliças. A prefeitura de Cascavel, por meio do setor Território Cidadão, realiza uma vez por mês uma feira do produtor exclusiva para vendas das hortaliças das hortas comunitárias do município. Este tipo de feira organizada pela prefeitura para os agricultores das hortas comunitárias não existe na cidade de Maringá.

Os agricultores urbanos de Cascavel e de Maringá relataram dificuldades e desafios semelhantes que enfrentam em seus trabalhos nas hortas comunitárias. Esses problemas estão relacionados tanto a fatores internos como a externos, com destaque para percalços relacionados à fatores climáticos.

O mesmo fator climático relacionado ao verão, caracterizado por altas temperaturas e maior índice pluviométrico, atrapalhou a produção em Cascavel e em Maringá. Entre os meses de dezembro de 2022 e março de 2023, os agricultores tiveram grande dificuldade na produção e colheita das hortaliças. Em Cascavel, somente 21,43% dos agricultores conseguiram produzir suas hortaliças nesse período, mas com um retorno bem menor quando comparado aos outros meses do ano. 78,57% dos agricultores de Cascavel não conseguiram colher nada do que foi plantado nesses meses.

Em Maringá, 56,25% dos participantes conseguiram produzir suas hortaliças entre os meses de dezembro de 2022 e março de 2023, mas também com um retorno menor quando comparado com os outros meses. Os demais agricultores de Maringá, 43,75% da amostra, não conseguiram colher nada da produção plantada nesse período. Segundo os agricultores dos dois municípios, esta dificuldade de produção nesse período específico do ano é um fator que vem ocorrendo e se

intensificando nos últimos anos, mas eles ainda não receberam orientações e assistência técnica para lidar com o problema.

A prefeitura de Cascavel disponibiliza adubo orgânico e mudas de hortaliças uma vez por mês para as hortas do município. 85,71% dos agricultores de Cascavel relatam que, por questão da qualidade dos produtos, eles preferem comprar as mudas e o adubo orgânico de viveiros da cidade. Com isso, esses agricultores apresentam maiores gastos em sua produção.

Embora a prefeitura de Maringá também disponibilize adubo orgânico e mudas de hortaliças uma vez por mês para as hortas da cidade, somente 31,35% dos agricultores utilizam exclusivamente os adubos e mudas fornecidas pelo poder público. A maior parte, 68,75% dos agricultores, compram esses produtos em viveiros do município. Semelhante ao relatado pelos produtores de Cascavel, os agricultores de Maringá se queixam da qualidade das mudas de hortaliças e adubo fornecido pela prefeitura.

O controle de pragas é um grande problema para os agricultores das duas cidades. Nenhuma das hortas comunitárias de Cascavel e Maringá utiliza agrotóxicos em suas plantações. Os agricultores de Cascavel seguem as recomendações da COPCRAF e os de Maringá seguem as orientações técnicas do CerAUP/UEM no combate às pragas.

De forma geral, tanto a COPCRAF como o CerAUP/UEM orientam os agricultores a utilizarem fórmulas orgânicas caseiras e o fungicida Fitoneem (óleo de neem orgânico). Segundo os agricultores das duas cidades, as orientações recebidas para o combate às pragas não têm sido eficientes.

Os agricultores das duas cidades consomem de forma diária as hortaliças de sua produção, somente não comem nos meses em que não conseguem colher sua produção. Em uma média geral, os agricultores de Cascavel e Maringá conseguem realizar até doze colheitas por ano, mas os agricultores das duas cidades não possuem conhecimento ou habilidade financeira sobre o quanto que eles gastam em termos financeiros em cada plantação e o quanto tem de retorno financeiro com as vendas das hortaliças.

Os agricultores de Cascavel não fazem parte de nenhuma associação de horticultores do município e não possuem canais de comunicação política ou participam de conselhos municipais que apoiem o desenvolvimento das hortas comunitárias da cidade. Nesse sentido, sentem-se isolados, sem poder político e sem voz no desenvolvimento da horta.

De forma similar a Cascavel, os agricultores de Maringá não fazem parte de nenhuma associação de horticultores do município, mas a equipe diretiva das hortas da

cidade possui canais de comunicação informais com lideranças do bairro, com a prefeitura, com vereadores e com a coordenação da CerAUP/UEM. Por isso, as hortas comunitárias de Maringá possuem canais informais de participação política para o desenvolvimento das hortas, algo não identificado nas hortas de Cascavel.

As hortas de Cascavel não possuem sistema de esgoto e nem de energia elétrica. Uma das hortas está próxima de uma área de reflorestamento, mas é utilizada pela população do bairro como depósito de lixo. De forma geral, as hortas ficam distantes de outros equipamentos públicos como CRAS, CREAS, escolas, creches e unidades de saúde. Todos os agricultores de Cascavel moram entre 100 metros e 1 km da horta e vivem em casas próprias.

As hortas de Maringá possuem energia elétrica e uma das pesquisadas está em um terreno que pertence a Copel, onde foi estabelecida parceria para concessão da utilização do terreno para o programa hortas comunitárias. As hortas, de forma geral, ficam próximas de outros equipamentos públicos do município, como escolas, creches, CRAS e CREAS. Um ponto identificado é que em uma das hortas pesquisadas a grande maioria dos agricultores não pertencia ao bairro no qual a horta existe.

Na Figura 7, é possível visualizar, na parte esquerda, a cobertura de uma quadra esportiva de um colégio municipal de Maringá aos fundos da primeira horta pesquisada na cidade, mostrando que, de forma geral, a horta está próxima de outros equipamentos públicos do município. Na parte do lado direito da figura, é possível visualizar uma torre de energia que pertence à Copel e que estabelece parceria com a segunda horta pesquisada de Maringá.

Figura 7 – Hortas comunitárias de Maringá



Fonte: Autores (2023).

As hortas comunitárias de Maringá representam para 87,5% dos agricultores uma ferramenta para qualidade de vida na terceira idade. Muitos deles utilizam o termo “hortoterapia”, pontuando que o trabalho na horta seria uma

forma de terapia para sua saúde física e mental. Esta é uma das principais diferenças identificadas entre as hortas de Maringá e as de Cascavel, pois para 85,71% dos agricultores de Cascavel o trabalho na horta está relacionado diretamente à segurança alimentar e geração de renda.

Cooperativismo e o equilíbrio entre interesses individuais e coletivos dos agricultores urbanos

O fenômeno das hortas comunitárias envolve o trabalho de vários agricultores que compartilham o mesmo terreno e ambiente de trabalho para o alcance de objetivos e propósitos em comum. Em teoria, classes comportamentais de cooperação entre os agricultores seriam fundamentais para o sucesso ou fracasso das hortas comunitárias.

O formulário aplicado entre os agricultores identificou se as hortas comunitárias apresentavam os oito princípios de cooperação estabelecidos por Ostrom (1990), para o desenvolvimento de organizações orientadas para o bem-estar do grupo como um todo e da sobrevivência da horta como organização.

A Quadro 9, descreve a perspectiva dos agricultores de Cascavel e Maringá em relação a cada um dos princípios de cooperação estabelecidos por Elinor Ostrom. De forma geral, as hortas de Cascavel apresentam déficits na maioria dos

princípios de cooperação. Segundo os agricultores, somente os princípios 2 e 7 ocorrem nas hortas do município. A maior parte dos cultivadores sentem que interesses individuais deles mesmos, dos técnicos do setor Território Cidadão e da COPCRAF se sobrepõem aos interesses coletivos da horta comunitária.

Entre os princípios de cooperação identificados nas hortas de Maringá, destacam-se os de número 2, 3, 4, 5, 7 e 8. Embora elas, de forma geral, apresentem a maioria dos princípios de cooperação de Ostrom (1990), não contemplam o de número 1, fundamental para o estabelecimento de classes comportamentais de cooperação em grupos, e nem o princípio 6, de resolução de problemas rápidos e justos. Com isso, para 81,25% dos agricultores de Maringá, o trabalho na horta ocorre de maneira individual e isolada, não existindo cooperação entre os agricultores. O Quadro 9, descreve todos os princípios de cooperação identificados nas hortas de Cascavel e Maringá.

Quadro 9 – Princípios de cooperação nas hortas de Cascavel e Maringá

	Princípios de Cooperação	Cascavel	Maringá
1	Limites claramente definidos, identidade e propósitos compartilhados.	Não	Não
2	Regras adaptadas às condições locais garantindo que o grupo experimente equivalência proporcional entre custos e benefícios.	Sim	Sim

3	Acordo coletivo para que todos afetados por uma decisão possam ter oportunidade de contribuir para as decisões do grupo.	Não	Sim
4	Supervisão e monitoramento.	Não	Sim
5	Indivíduos que quebram as regras estabelecidas pelo grupo recebem sanções ou punições graduais.	Não	Sim
6	Resolução de problemas rápidos e justos.	Não	Não
7	Autoridade para se autogovernar.	Sim	Sim
8	Governança policêntrica.	Não	Sim

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Identifica-se que a cidade de Maringá apresenta alguns avanços na forma de gestão interna e transparência na função de cada setor envolvido no desenvolvimento das hortas do município. Por sua vez, Cascavel ainda não conseguiu estabelecer princípios de gestão interna que possam ser generalizados para todas as hortas da cidade, mas, de forma geral, nos dois municípios os agricultores não possuem valores em comum compartilhados e uma identidade coletiva das hortas. Dessa forma, nos dois municípios os agricultores trabalham de forma isolada e sem classes comportamentais de cooperação ou coesão social.

Flexibilidade psicológica nas hortas comunitárias

A flexibilidade psicológica no trabalho diz respeito à capacidade do agricultor manter comportamentos em direção às suas metas laborais, mesmo na presença de experiências internas de difícil aceitação no ambiente de trabalho da horta comunitária.

Na Escala de Flexibilidade Psicológica no Trabalho a pontuação máxima que pode ser obtida é de 49 pontos. Quanto maior é a pontuação obtida, maior é o nível de flexibilidade psicológica do participante no trabalho. Pontuações acima dos 28 pontos estão associadas a níveis de flexibilidade psicológica no trabalho acima da média. As pontuações dos agricultores de Cascavel ficaram entre 37 pontos e 49 pontos. As pontuações dos agricultores de Maringá também ficaram entre 37 pontos e 49 pontos. Isto indica que o trabalho na horta, por meio do manuseio da terra e cuidado com as hortaliças, exerce a função de desenvolvimento da flexibilidade psicológica nos agricultores.

Este resultado indica que os trinta agricultores urbanos que participaram dessa investigação apresentaram uma média de flexibilidade psicológica no ambiente de trabalho acima da média. Lembrando que se trata de uma amostra de participantes de duas cidades distintas e extremamente

heterogêneas em termos de idade, raça, gênero e perfil socioeconômico. Por meio desse resultado, pode-se inferir que o trabalho realizado em hortas comunitárias apresenta a função do desenvolvimento das habilidades de flexibilidade psicológica, trazendo dessa forma diversos benefícios para saúde mental, emocional e comportamental dos agricultores urbanos.

Hortas comunitárias e segurança alimentar

Os agricultores de Cascavel (85,71%) apresentam algum nível de insegurança alimentar, antes de serem inseridos no projeto hortas comunitárias. Atualmente, 78,57% deles apresentam algum nível de insegurança alimentar.

Embora as hortas comunitárias de Cascavel representem para os agricultores uma ferramenta para o alcance da segurança alimentar e geração de renda, este dado mostra que para a grande maioria esse objetivo não tem sido atingido.

Em Maringá, 12,5% dos agricultores consideravam que estavam em situação de insegurança alimentar antes de serem inseridos nos projetos de hortas comunitárias do município. Atualmente 18,75% ainda tem dificuldades para ter acesso à quantidade de alimento suficiente para uma alimentação de

qualidade. Dessa forma, o trabalho na horta não promoveu segurança alimentar para estes agricultores.

A Tabela 5, mostra a classificação de segurança alimentar dos agricultores de acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Nela é possível identificar que 78,57% dos agricultores de Cascavel apresentam algum nível de insegurança alimentar. Este dado é totalmente divergente ao encontrado nas hortas comunitárias de Maringá, nas quais somente 18,75% dos agricultores apresentam algum nível de insegurança alimentar. A porcentagem de agricultores de Maringá que apresenta o nível de insegurança alimentar moderada é aquela com renda financeira mais baixa e com maior dependência das hortas para sua alimentação.

Tabela 5 - Segurança alimentar e níveis de insegurança alimentar dos agricultores de Cascavel e Maringá (%)

Escala Brasileira de Insegurança Alimentar	Cascavel	Maringá
Segurança Alimentar	21,43	81,25
Insegurança Alimentar Leve	14,29	0,00
Insegurança Alimentar Moderada	28,57	18,75
Insegurança Alimentar Grave	35,71	0,00
Total Geral	100,00	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

A questão do elevado desnível entre os municípios investigados está associada a diferença do perfil

socioeconômico dos agricultores das duas cidades, enquanto o município de Cascavel a renda mensal do agricultor, era em média de R\$ 1.349,00 reais, relacionada a trabalhos não registrados e a atividade na horta tinha dois objetivos principais, a saber: o complemento em sua renda e a segurança alimentar familiar. Em Maringá, a maior parte dos agricultores possuem como principal renda a aposentadoria do governo federal no valor de até R\$ 3.999,00 reais, e estão trabalhando na horta com o objetivo de qualidade de vida na terceira idade. Não dependendo das hortas para sua segurança alimentar.

Apesar do município de Maringá possuir políticas públicas de AUP consolidadas, na prática o seu programa de hortas comunitárias está funcionando como uma política pública de promoção da saúde na terceira idade e não de promoção da segurança alimentar e nutricional. Em Cascavel, as hortas comunitárias possuem, em sua maioria, agricultores que apresentam algum nível de insegurança alimentar. Dessa forma, as hortas comunitárias de Cascavel podem ser consideradas uma política pública para a segurança alimentar e nutricional, mas que não tem conseguido atingir esse objetivo.

No Estado do Paraná não existe uma política estadual de Agricultura Urbana e Periurbana. Dessa forma, a maior parte das experiências de AUP no estado são regulamentadas

por leis municipais ou ocorrem de forma marginal. Como consequência, a estrutura e a dinâmica de projetos de hortas comunitárias variam muito de cidade para cidade.

O levantamento das similitudes e discrepâncias em programas de hortas comunitárias de duas cidades distintas, que são referências estaduais em programas de hortas comunitárias, pode ajudar na compreensão dos fatores que são fundamentais para o fortalecimento dos programas pesquisados, além de contribuir para o desenvolvimento de novos programas de hortas comunitárias de outras cidades do Paraná e do Brasil. Deve-se levar em conta que este tipo de levantamento e comparação entre os programas de hortas comunitárias das cidades de Cascavel e Maringá não foi encontrado nos periódicos científicos e no banco de dissertações e teses da CAPES.

A descrição dos problemas, desafios e potencialidades em comum das hortas pesquisadas é um fator fundamental para a compreensão das barreiras que impedem a longevidade e sustentabilidade dos programas e políticas públicas de hortas comunitárias.

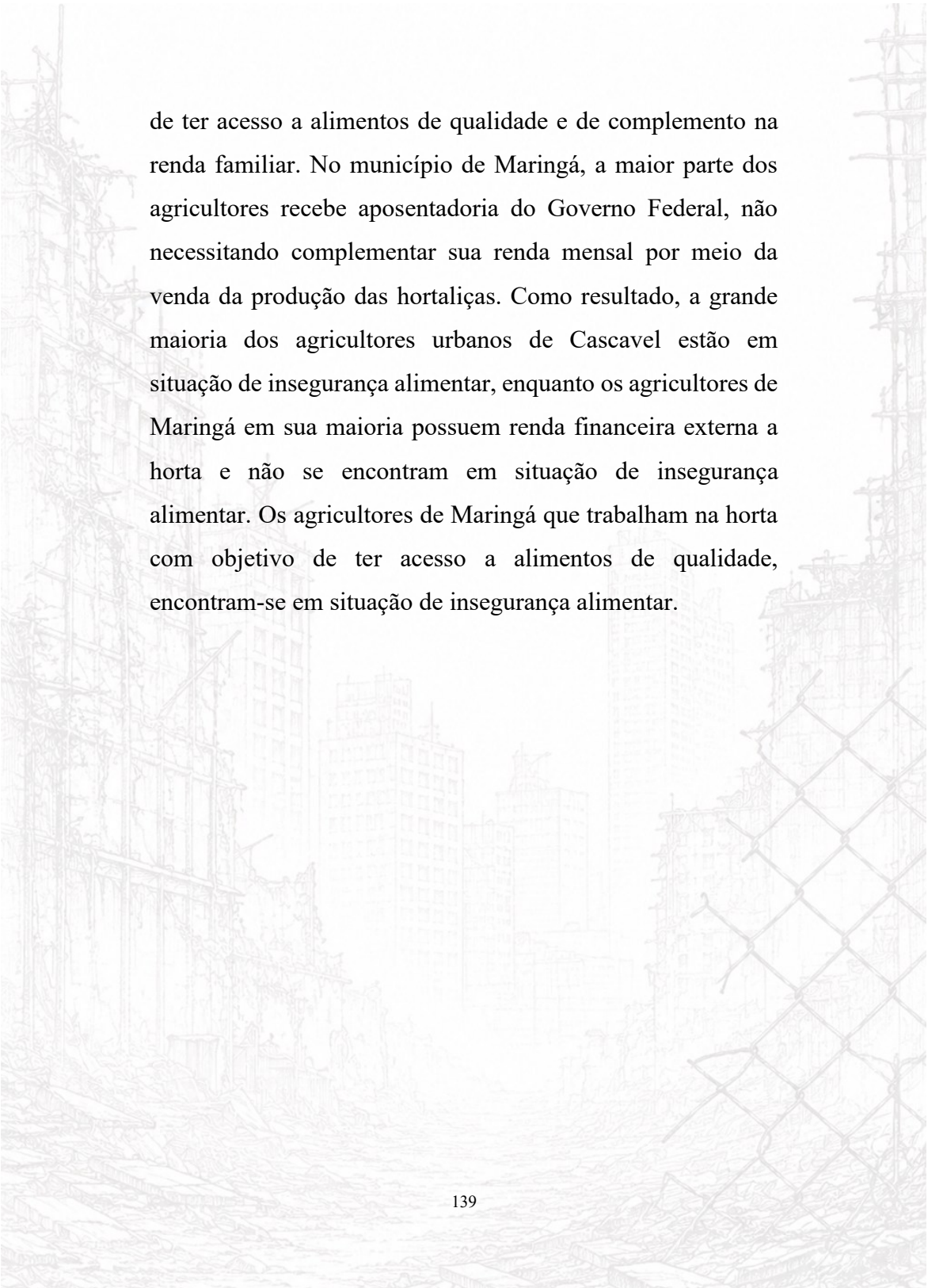
Os resultados apresentados neste capítulo pontuam que os dois municípios apresentam desafios em comum, são eles: 1) disponibilidade de sistema sustentável de água; 2) acesso dos agricultores a mudas de qualidade; 3) assessoria técnica de

qualidade; 4) melhores recursos para lidarem com fatores climáticos; 5) problemas de gestão interna e autogestão; 6) não existe coesão social e cooperativismo entre os agricultores; 7) não existe princípios da economia solidária e da agroecologia; 8) não estão sendo efetivas na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Entre as potencialidades em comum entre os dois municípios destacam-se: 1) As duas cidades possuem leis municipais de AUP; 2) embora não tenham o selo de produto orgânico, nos dois municípios a produção é orgânica; 3) mercado potencial para vendas; 4) melhora na qualidade da saúde mental dos agricultores; 5) equidade de gênero.

Com relação às diferenças entre os programas de hortas comunitárias dos dois municípios. A primeira grande discrepância refere-se às motivações pessoais que levaram os agricultores a aderirem e trabalharem nas hortas comunitárias. Enquanto na cidade de Cascavel a maioria dos agricultores possuem como principal motivação a promoção de segurança alimentar e a geração de renda, em Maringá, a motivação da grande parte dos agricultores é a qualidade de vida na terceira idade.

A diferença de motivação está diretamente relacionada ao perfil socioeconômico dos agricultores das duas cidades. A horta para a maioria dos agricultores de Cascavel é uma forma

The background of the page features a faint, sketch-like illustration of a city street. On the left, there are several tall buildings of varying heights. In the foreground on the right, a chain-link fence runs diagonally across the frame. The overall style is a light, grey-toned line drawing that serves as a backdrop for the text.

de ter acesso a alimentos de qualidade e de complemento na renda familiar. No município de Maringá, a maior parte dos agricultores recebe aposentadoria do Governo Federal, não necessitando complementar sua renda mensal por meio da venda da produção das hortaliças. Como resultado, a grande maioria dos agricultores urbanos de Cascavel estão em situação de insegurança alimentar, enquanto os agricultores de Maringá em sua maioria possuem renda financeira externa a horta e não se encontram em situação de insegurança alimentar. Os agricultores de Maringá que trabalham na horta com objetivo de ter acesso a alimentos de qualidade, encontram-se em situação de insegurança alimentar.

HORTAS COMUNITÁRIAS: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR APLICADA AOS SISTEMAS ORGANIZACIONAIS EXISTENTES

Os dados obtidos foram organizados e analisados de forma interdisciplinar por meio da estratégia de triangulação. A triangulação é uma estratégia de pesquisa envolvendo diferentes perspectivas, utilizada não só para aumentar a sua credibilidade, mas também para ampliar a compreensão de problemas complexos. Que utiliza diferentes métodos, teorias, e fontes de dados para a compreensão do problema (Santos *et al.*, 2020).

A triangulação para Minayo (2005), significa a combinação de múltiplos pontos de vista, pesquisadores com

formação diferenciada e a aplicação de diferentes técnicas de coleta de dados que acompanham o trabalho de investigação. Essa prática propicia maior clareza teórica e permite aprofundar em uma discussão interdisciplinar de forma dinâmica e profunda (Denzin, 2017).

A presente pesquisa segue o entendimento de Carvalho (2003), para quem é preciso frisar que a fase de avaliação deve ser remetida *stricto sensu* à noção de análise. Para fins de análise, a avaliação distingue-se em avaliação de processo e avaliação de impacto. A primeira visa analisar a execução dos procedimentos de implantação de políticas e a adequação dos meios e recursos utilizados perante os resultados parciais ou finais, referenciados aos objetivos e metas propostos pela política ou programa.

A avaliação por triangulação como um processo é uma construção que desafia o modelo positivista predominante. Este processo de avaliação de políticas públicas, possui como objetivo, fortalecer o movimento de transformação da sociedade. A avaliação dos resultados visa dimensionar qualitativa e quantitativamente as metas atingidas no final de uma intervenção (Minayo, 2005).

A análise interdisciplinar aplicada aos sistemas organizacionais existentes nas hortas comunitárias pesquisadas pode ser classificada como uma avaliação por

triangulação de processo. Neste capítulo, finaliza-se o voo da harpia com a análise interdisciplinar dos dados coletados na pesquisa. No qual, a harpia mastiga a sua presa por meio de triangulações teóricas, metodológicas e de dados. Como resultado, se teve uma nova perspectiva sobre todo o ecossistema no qual as políticas públicas de hortas comunitárias estão envolvidas, como ocorre a dinâmica entre este ecossistema e as hortas comunitárias, limitações e potencialidades das hortas comunitárias como políticas públicas efetivas para a promoção da segurança alimentar e nutricional. Finaliza-se o capítulo apontando recomendações e direções para as hortas comunitárias pesquisadas e para novos programas de hortas comunitárias que podem ser desenvolvidos no estado do Paraná e no Brasil.

Mastigando os dados de forma interdisciplinar

O Modelo de Ciclo de Políticas Públicas é um dos modelos mais utilizados na literatura da área para análise de Políticas Públicas. Frey (2000) e Faria (2005), destacam que a fase de avaliação é considerada a última etapa do chamado Ciclo de Políticas Públicas, sendo considerada a fase responsável por fornecer elementos para o aprimoramento de políticas e programas em curso. Portanto, a fase de avaliação é

fundamental para o desenvolvimento e adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública.

Neste capítulo, entra-se na fase de avaliação das políticas públicas de AUP dos municípios pesquisados, respondendo se às políticas públicas de AUP desses municípios promovem a coesão social e a segurança alimentar de seus agricultores. Para atingir esse objetivo, o Modelo de Ciclo de Políticas Públicas foi alimentado por triangulações dos dados coletados com as áreas da Psicologia, Administração, Agronomia e Economia.

Na área da Psicologia os dados foram analisados por meio de ferramentas conceituais da Análise do Comportamento. De acordo com Glenn (1986), a ferramenta conceitual da Análise do Comportamento para o estudo da cultura é a Metacontingência, conceituada como a unidade de análise que descreve as relações funcionais de pelo menos duas pessoas que resultam em determinado produto e alguma consequência programada por um ambiente cultural ou organização.

Organizações não são autônomas ou autossuficientes, pois precisam ser administradas. Elas são extremamente heterogêneas, não existindo duas organizações iguais: cada organização tem sua própria cultura e natureza. Uma organização envolve uma enorme complexidade de relações

interpessoais que necessitam ser organizadas e administradas em função de um objetivo comum (Chiavenato, 2004).

Em praticamente todos os ambientes em que vivemos, as pessoas estão organizadas segundo certos princípios administrativos. Raymundo (2017), ensina que a administração, como ciência, desenvolveu diversas teorias e cada uma apresenta uma maneira particular de análise organizacional. Da área da Administração, foi escolhida a Teoria dos Sistemas para a análise das hortas comunitárias como organizações.

A Teoria dos Sistemas apresenta uma visão de organizações que é convergente com os princípios da Análise do Comportamento, dado que na Análise do Comportamento aplicada às organizações se têm uma proposta de análise que compreende uma organização como um sistema. A Análise dos Sistemas Comportamentais propõe analisar as múltiplas variáveis que afetam o desempenho da organização.

As hortas comunitárias são analisadas neste capítulo como sistemas abertos. Bertalanffy (2010), identifica que um dos princípios da Teoria Geral dos Sistemas é o conceito de sistemas abertos no qual os elementos de um sistema estão em constante interação com outros elementos do mesmo sistema e com o ambiente do qual ele faz parte. O conceito se refere a

sistemas que devem estar em constante adaptação em relação às mudanças do seu ambiente.

As organizações são compreendidas por vários sistemas, termo usado para a identificação de uma variedade de relacionamentos entre os tipos de elementos que fazem parte desses sistemas e que contribuem para alcançar os objetivos organizacionais. Cada sistema gera um produto que se relaciona com as operações dos outros sistemas, contribuindo para o produto agregado ou final (Glenn; Malott, 2004).

As hortas comunitárias das cidades de Cascavel e Maringá podem ser descritas como organizações compostas por três sistemas que possuem a produção de hortaliças como seu principal produto agregado. Os clientes são os próprios agricultores e a população das duas cidades. No caso de Cascavel, os sistemas podem ser divididos em prefeitura, Cooperativa de Produção e Comercialização da Reforma Agrária e Agricultura Familiar (COPCRAF) e agricultores. Em Maringá os sistemas são: prefeitura, Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana (CerAUP/UEM) e agricultores. Sem as ações integradas ou o entrelaçamento de contingências entre os indivíduos que pertencem a estes três sistemas, dificilmente os programas de hortas comunitárias das duas cidades teriam sobrevivido.

A unidade de análise das hortas comunitárias, denominada por Glenn *et al.* (2016), como Metacontingência, se refere ao envolvimento desses três sistemas para o alcance de um produto agregado (hortaliças) que é selecionado pelos agricultores e pela população que as consome. Dessa forma, os programas de hortas comunitárias pesquisados consistem na Metacontingência composta pela interação dinâmica de comportamentos dos integrantes desses três sistemas, o produto agregado (hortaliças) e o público que seleciona e consome esse produto.

A compreensão das Metacontingências envolvidas em uma organização é fundamental para o sucesso organizacional. No caso das hortas comunitárias, a compreensão entre a Metacontingência composta pelos três sistemas, seu produto agregado e os agricultores como consumidores de seus produtos se torna fundamental para a longevidade e sustentabilidade organizacional das hortas comunitárias.

Para a análise das hortas comunitárias como sistemas organizacionais complexos foi utilizada a ferramenta derivada da Análise dos Sistemas Comportamentais criada por Brethower (1982), a *Total Performance System* (TPS). No presente capítulo, foi usada a versão de TPS apresentada por Rummler e Brache (2013). Com base nos resultados e nas médias gerais das cidades de Cascavel e Maringá,

identificados por meio dos instrumentos aplicados na pesquisa de campo, esta ferramenta permitiu analisar as variáveis que constituem as inter-relações dos elementos das hortas comunitárias, as relações dessas hortas comunitárias com o ambiente no qual estão inseridas e foram identificados problemas que estavam interferindo na sustentabilidade das hortas comunitárias. A Quadro 10, mostra a descrição da TPS das hortas comunitárias de Cascavel e Maringá.

Quadro 10 - Total Performance System de Cascavel e Maringá (perspectiva dos produtores)

TPS	Cascavel e Maringá
Missão	As hortas comunitárias das duas cidades não possuem uma missão organizacional formalizada entre os agricultores urbanos.
Produto	Variedade de hortaliças.
Sistema receptor	Os próprios agricultores fazem parte do sistema receptor, pois todos os agricultores também utilizam as hortaliças para consumo próprio. Além dos agricultores, a população do bairro no qual as hortas estão localizadas são os principais clientes que compram as hortaliças das hortas das duas cidades.
Feedback do sistema receptor	Os agricultores enquanto receptores relatam sobre a qualidade das hortaliças. Os clientes dão feedbacks verbais principalmente em relação a três fatores: variedade, qualidade e preço.
Sistema processador	O sistema processador das hortas das duas cidades pode ser dividido em três sistemas. Na cidade de Cascavel: 1) Prefeitura; 2) Cooperativa da Reforma Agrária e Agricultura Familiar – COPCRAF; 3) Agricultores da horta comunitária. Na cidade de Maringá: 1) Prefeitura; 2) CerAUP/UEM; 3) Agricultores da horta comunitária. A prefeitura das duas cidades é responsável pela coordenação, disponibilização de recursos e desenvolvimento do programa. Em Cascavel, a COOPCRAF é o órgão que ganhou a licitação realizada pela prefeitura municipal para prestação de

	acompanhamento técnico às hortas comunitárias de Cascavel. Na cidade de Maringá, a CerAUP/UEM é responsável pela assistência técnica dos agricultores. Os agricultores urbanos das duas cidades são as pessoas que foram selecionadas para produzirem as hortaliças nas hortas comunitárias. Cada agricultor em seu canteiro segue a mesma sequência de trabalho: a) capinar, rastelar e tirar o mato do terreno; b) adubar o terreno (compostagem ou adubo orgânico); c) fazer covas para a plantação de mudas; e) receber mudas das prefeituras ou comprar as mudas que serão plantadas; f) plantar as mudas; g) irrigar a plantação; h) colheita da plantação; i) consumo e venda da plantação.
Feedback do sistema processador	Problemas com o sistema de água existente, falta de qualidade dos recursos fornecidos pela prefeitura, assistência técnica insuficiente dos outros setores e problemas de gestão interna entre os produtores.
Entradas	Recursos Financeiros: recursos municipais destinados a sustentabilidade do programa hortas comunitárias. Recursos Humanos: técnicos da prefeitura, técnicos da COPCRAF (Cascavel), técnicos da CerAUP/UEM (Maringá) e os agricultores das hortas. Recursos materiais: terreno, sistema de água, ferramentas e utensílios para a produção das hortaliças, trator, variedade de mudas de hortaliças e adubo orgânico.
Ambiente	Fatores climáticos como chuvas intensas e calor intenso entre os meses de dezembro e março de cada ano prejudicam de forma significativa a produção de hortaliças nas duas cidades.
Competidores	Com relação a venda das hortaliças, os agricultores das duas cidades não identificam competidores. Em relação ao acesso a recursos da prefeitura (mudas, tratores e outros tipos de equipamentos), os agricultores acreditam que existe uma concorrência dos recursos disponibilizados pela prefeitura entre as hortas comunitárias que fazem parte do programa. Ex: para o uso do trator que pertence a prefeitura os agricultores de uma horta concorrem com todas as hortas do município para o acesso ao trator.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

As hortas comunitárias fazem parte de um sistema maior, ao incluir-se na análise as prefeituras municipais e os

parceiros responsáveis pela assistência técnica. Pode-se classificar, conforme Faria (2009), o modelo de gestão organizacional atual dos programas municipais das duas cidades como de Gestão Participativa.

A Gestão Participativa surge na Administração como uma das estratégias das empresas para envolver os empregados no processo de produção e assim obterem vantagens competitivas. No entanto, ela pode se tornar uma forma mascarada de obter o comprometimento do trabalhador, fazendo com que ele se sinta parte do processo, sem ter, na verdade, nenhum poder sobre esse. Existem alguns formatos de gestão participativa, conforme Faria (2009), entre estes formatos pode-se destacar a gestão participativa consultiva pontual, na qual os sujeitos são chamados a opinar sobre assuntos específicos que interessam aos dirigentes e a gestão participativa consultiva representativa, onde existe um sistema formal de representação.

Na cidade de Cascavel, ocorre uma gestão participativa consultiva pontual, na qual os agricultores são convocados para opinar em questões pontuais do programa. Em Maringá, ocorre uma gestão participativa representativa, onde os agricultores são consultados por meio de um sistema formal de representação.

Para identificação e compreensão das atividades econômicas presentes nas hortas comunitárias investigadas, foi trabalhado, da área das Ciências Econômicas, o conceito de Economia Solidária, que é utilizado para definir as atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores. Um dos princípios da Economia Solidária é o modelo de autogestão como forma de gestão democrática das decisões e deliberações coletivas dos membros.

Ao se analisar a gestão interna dos agricultores das hortas comunitárias das duas cidades, a gestão interna dos agricultores dos dois municípios pode ser classificada como Autogestão parcial ou restrita. Em outras palavras, isso quer dizer que a gestão interna das hortas comunitárias de Cascavel e Maringá possui características de Autogestão, mas que são restritas ao nível de unidades produtivas ou de produção, não podendo ser classificadas como autogestão social.

É parcial e restrita porque não se realiza plenamente e não se realiza porque se encontra inserido no paradigma capitalista. A autogestão parcial ao nível de unidades produtivas das hortas comunitárias das duas cidades não apresenta ou promove princípios da Economia Solidária. Os agricultores urbanos trabalham de forma individual e isolada desde a plantação até a venda de seus produtos.

A Agroecologia surge na área da Agronomia como uma alternativa sustentável em substituição às práticas destrutivas da agricultura capitalista. Leff (2002), argumenta que ela pode ser definida como um novo paradigma na Agronomia, como um novo grupo de técnicas e práticas para uma produção sustentável no campo. Os princípios da Agroecologia estão presentes em muitos projetos de AUP e hortas comunitárias espalhadas pelo país.

E muito projetos de hortas urbanas busca-se uma produção denominada agroecológica, mas Nakamura e Ranieri (2021), identificam que em diversos casos, a Agroecologia nas hortas é confundida somente com a não utilização de agrotóxicos e fertilizantes, porém sua proposta é muito mais ampla. Além de não utilizar agrotóxicos, a Agroecologia deve se preocupar com aspectos sociais, econômicos e ambientais envolvidos nas hortas. Uma horta urbana não pode ser definida como agroecológica ou orgânica somente por não usar agrotóxicos ou fertilizantes químicos.

A Lei de Produção Orgânica Brasileira, n. 10.831, teve sua formulação baseada no conceito de Agroecologia. Nesse sentido, a concepção de Agricultura Orgânica no Brasil incorpora o de Agroecologia. Embora as dimensões agronômicas e ambientais sejam de grande importância, a transição agroecológica somente poderá ser alcançada quando

as dimensões sociais, econômicas e políticas foram também estabelecidas. A Agroecologia e a Agricultura Orgânica, apesar de serem áreas muito próximas, não podem ser vistas como sinônimos. A Agroecologia é uma ciência com limites teóricos bem definidos, enquanto a Agricultura Orgânica é uma prática agrícola de encaminhamento tecnológico e de mercado na qual os princípios teóricos da Agroecologia são respeitados em maior ou menor grau (Assis; Romeiro, 2002).

Com relação à aplicação da Agroecologia nas hortas comunitárias dos municípios de Cascavel e Maringá, embora as hortas dos dois municípios não utilizem adubos químicos e agrotóxicos, não se pode classificá-las como agroecológicas. Na Agroecologia, há um conjunto de princípios sociais, ambientais e econômicos que vão muito além da não utilização de agrotóxicos e fertilizantes.

De forma complementar aos resultados da ferramenta *Total Performance System* (TPS), foi realizada a Análise SWOT das hortas comunitárias pesquisadas. A análise SWOT é uma ferramenta da área da Administração utilizada no planejamento estratégico das organizações. A análise SWOT é uma ferramenta simples, mas poderosa para avaliar as capacidades e deficiências de uma organização, as suas oportunidades de mercado e as ameaças externas. A análise SWOT possui dimensões de análise interna e externa. A

dimensão interna inclui fatores organizacionais, com foco nas forças e fraquezas relacionadas ao sistema interno da organização. Enquanto a dimensão de análise externa busca a identificação das oportunidades de mercado e possíveis ameaças que podem prejudicá-las como organizações (Thompson; Strickland; Gamble, 2007; Gürel; Tat, 2017).

Com o objetivo de analisar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças das políticas públicas de hortas comunitárias de Cascavel e Maringá, foi utilizada, da área da Administração, a ferramenta de análise SWOT. Ela ajudou a identificar os fatores internos e externos às hortas comunitárias que afetam o desempenho das hortas comunitárias dos dois municípios pesquisados. A Análise SWOT realizada é convergente com os resultados da ferramenta TPS, sendo descrita no Quadro 11.

Quadro 11 – Análise SWOT das hortas comunitárias

FORÇAS	FRAQUEZAS
1) Tempo de mercado: Todas as hortas pesquisadas possuem no mínimo quatro anos de existência. 2) Grande variedade de hortaliças. 3) Produção orgânica (sem utilização de agrotóxicos). 4) Qualidade das hortaliças produzidas. 5) Preço acessível para a população da localidade na qual as hortas estão instaladas.	1) Falta de qualidade nos recursos fornecidos pela prefeitura. 2) Problemas no sistema de irrigação de água das hortas e falta de um sistema de irrigação de água sustentável. 3) Assistência técnica insuficiente tanto para produção das hortaliças como para o combate às pragas. 4) Falhas na comunicação e no processo que envolvem os três sistemas que fazem parte dos

6) Localização das hortas: maioria dos agricultores moram próximos das hortas. 7) Qualidade de vida no trabalho: flexibilidade psicológica. 8) Engajamento pessoal dos agricultores. 9) Setores organizacionais definidos.	programas municipais de hortas comunitárias. 5) Não existe uma missão organizacional das hortas enquanto organizações. 6) Falta de gestão interna entre os agricultores. 7) Falta de planejamento individual e coletivo.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
1) Mercado em expansão de alimentação saudável e sustentável. Maior exigência dos consumidores do ponto de vista da sustentabilidade – ODS. 2) As duas cidades possuem leis municipais de AUP e apoio às hortas comunitárias. 3) Possibilidade de novos convênios e parcerias com organizações do setor público e privado. 4) A promoção da segurança alimentar é uma prioridade na agenda de políticas públicas do atual Governo Federal. 5) Novas tecnologias para o desenvolvimento sustentável estão surgindo.	1) Fatores climáticos (tempestades, secas e geadas). 2) Instabilidades políticas. 3) Crises econômicas (inflação e encarecimento dos recursos materiais). 4) Alterações nas políticas públicas de financiamentos para AUP e hortas comunitárias.

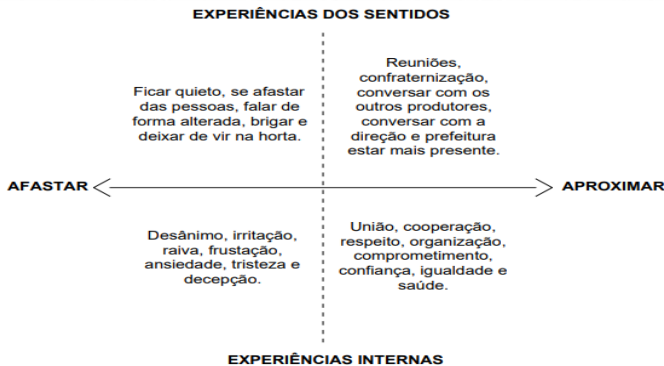
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Complementando a análise das ferramentas TPS e SWOT, a ferramenta Matrix de Polk e Schoendorff (2014), conseguiu identificar os valores pessoais dos agricultores, trazendo os principais sentimentos e comportamentos que eles apresentam que os afastam ou aproximam dos seus valores e

de um ambiente organizacional coeso e cooperativo. Esses dados são importantes para a construção de uma missão organizacional e na gestão interna das hortas em relação às forças e fraquezas do processo organizacional.

A Figura 8, apresenta o diagrama da Matrix das hortas comunitárias de Cascavel e Maringá. No quadrante inferior direito, estão os principais valores que os agricultores trouxeram que precisam existir para uma boa convivência organizacional. No quadrante esquerdo inferior, estão os principais sentimentos vividos por eles quando percebem que esses valores não estão ocorrendo no ambiente da horta. No quadrante superior esquerdo, estão os principais comportamentos que os agricultores apresentam que os afastam de seus valores e, no quadrante superior direito, estão os comportamentos que os agricultores têm ou que podem ter que os aproximam de seus valores e de um ambiente organizacional saudável.

Figura 8 – Matrix dos agricultores das hortas de Cascavel e Maringá



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Cada indivíduo, em cada grupo, tem a opção de maximizar a sua vantagem pessoal, ou maximizar a vantagem coletiva enquanto grupo. Hayes, Atkins e Wilson (2021), esclarecem que essas duas opções exigem classes comportamentais e habilidades psicológicas diferentes. A Matrix realizada, identifica que os agricultores das duas cidades estão presos no lado esquerdo da Matrix, no qual predominam sentimentos desagradáveis e comportamentos de distanciamento de valores coletivos. Os resultados mostram claramente que nas hortas comunitárias pesquisadas, a gestão interna está sob controle dos interesses individuais, na qual a maximização da vantagem pessoal é predominante.

A pesquisadora Cran *et al.* (2023), realizou uma importante pesquisa de revisão da literatura de hortas comunitárias, identificando cinco fatores necessários para consolidação e longevidade de políticas públicas de hortas comunitárias. São eles: 1) coordenação ou equipe diretiva; 2) agricultores urbanos engajados; 3) políticas públicas municipais, estaduais e federais; 4) fontes de educação e assistência técnica; 5) financiamento público e privado. A falta desses fatores em projetos de hortas comunitárias pode ser classificada como barreiras para o sucesso desses projetos.

Por meio das ferramentas de análise utilizadas na presente pesquisa, pode-se afirmar que os programas de hortas comunitárias das cidades de Cascavel e Maringá possuem déficits e problemas em cada um dos cinco fatores necessários para sustentabilidade e efetividade de programas de hortas comunitárias. Esses problemas identificados podem ser o principal fator para que as hortas comunitárias pesquisadas não consigam fortalecer o tecido social e combater a fome nas cidades de Cascavel e Maringá.

A dark, atmospheric image of a city in ruins. In the foreground, a street is covered in rubble and debris. In the background, a city skyline is visible through a hazy, smoke-filled sky. A large eagle with its wings spread wide is flying in the center of the frame, silhouetted against the sky. The overall tone is somber and dramatic.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A análise interdisciplinar realizada neste livro, permite assinalar que, segundo a perspectiva dos agricultores urbanos, as hortas comunitárias das cidades de Cascavel e Maringá, embora sejam uma ferramenta de promoção de qualidade de vida e de saúde mental, não estão sendo capazes de fortalecer o tecido social e combater a fome. As hortas comunitárias pesquisadas apresentam problemas de políticas públicas e desafios de gestão organizacional que impedem o alcance da coesão social e promoção da segurança alimentar e nutricional.

Um dos principais pontos fortes da análise interdisciplinar realizada, foi o nível de descrição e detalhamento desenvolvido em relação as hortas comunitárias de Cascavel e Maringá. Com a triangulação teórica, de métodos e de dados proposta, foi possível descrever os problemas, desafios, limitações e potencialidades dos programas de hortas comunitárias pesquisados. Também é de extrema importância que a presente pesquisa aponte recomendações e direções para o aprimoramento dos programas pesquisados.

Recomendações que podem ser implantadas pelos Programas de Hortas Comunitárias de Cascavel e Maringá em curto prazo: 1) recomenda-se que os programas de hortas comunitárias das duas cidades estabeleçam novos acordos de cooperação e parcerias com instituições de ensino superior.

Além da Agronomia, é importante que os programas estabeleçam parcerias com faculdades Administração, Psicologia, Políticas Públicas, e Economia; 2) recomenda-se que os programas municipais também estabeleçam novos acordos de cooperação com organizações públicas e privadas do município; 3) Parcerias estabelecidas e formalizadas entre as secretarias municipais no desenvolvimento das hortas comunitárias; 4) recomenda-se que seja criada nos municípios associações dos agricultores urbanos das hortas comunitárias.

O estabelecimento de parcerias dos programas de hortas comunitárias, seja com o setor público ou com o privado, é um dos fatores associados à longevidade e sustentabilidade de programas de hortas comunitárias. A cidade de Maringá apresenta parcerias consolidadas com a Universidade Estadual de Maringá (UEM), por meio do suporte técnico da CerAUP/UEM. No município de Cascavel, a única parceria estabelecida é com a COPCRAF, não existindo parcerias com as universidades do município e com empresas privadas.

Acredita-se que, por meio dos novos acordos de cooperação com instituições do Ensino Superior, organizações públicas e privadas, seja possível os programas alcançarem recursos financeiros, humanos e materiais de melhor qualidade. Por meio dessas parcerias, os programas municipais

também podem implantar capacitações de qualidade referente à produção, controle de pragas e gestão organizacional, envolvendo os três sistemas que fazem parte das hortas comunitárias, e capacitações de autogestão interna específicas para os agricultores. Tanto o município de Cascavel como o de Maringá possuem leis municipais de AUP que permitem estes acordos de cooperação.

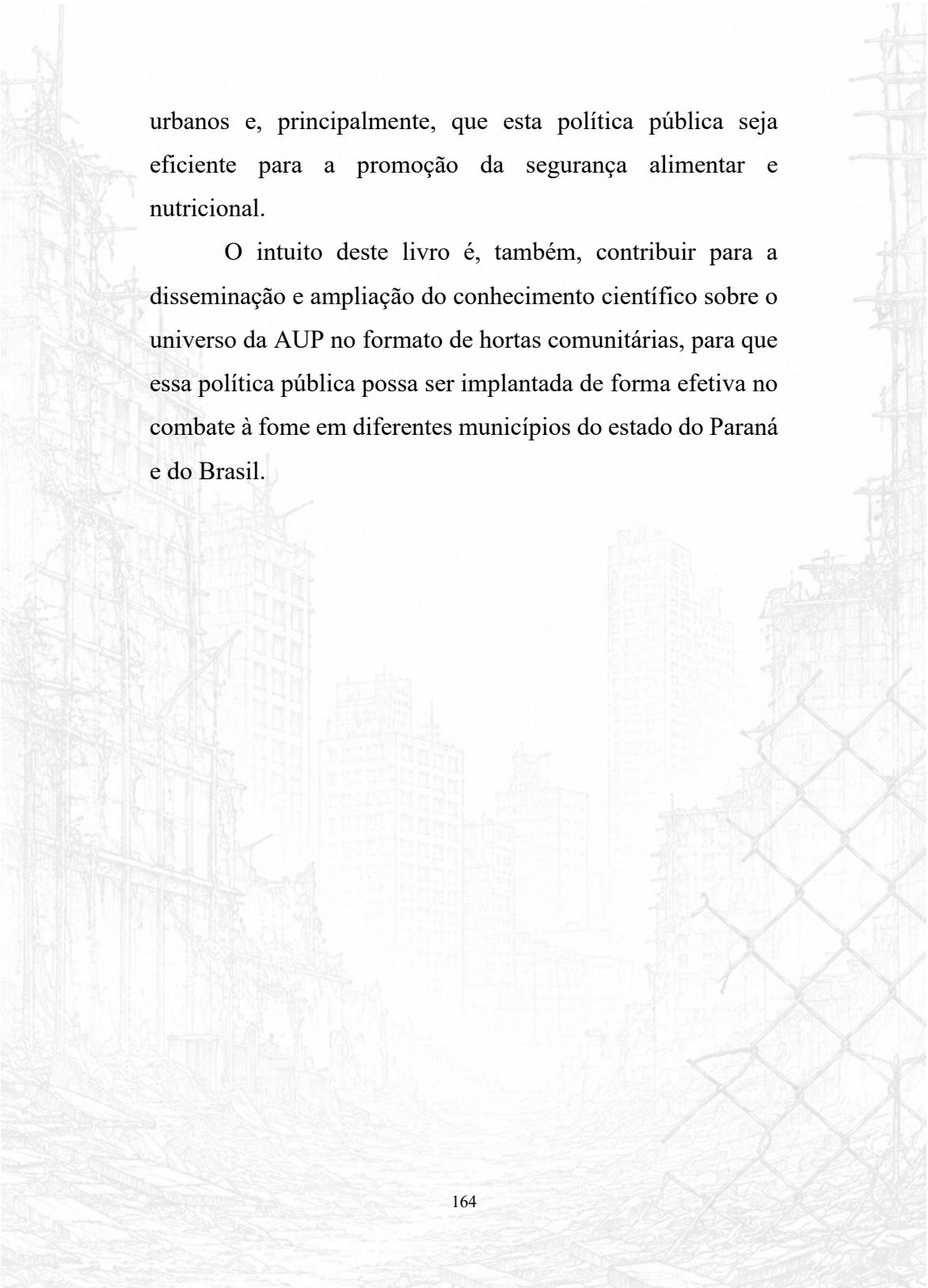
Um dos principais objetivos das políticas públicas de hortas comunitárias no Brasil é a promoção da segurança alimentar e nutricional. A fome é um problema complexo e estrutural que envolve muitas áreas do conhecimento, existindo a necessidade de um trabalho interdisciplinar entre as secretarias municipais responsáveis pela promoção de segurança alimentar e os programas de hortas comunitárias. Em Cascavel, o Setor Território Cidadão é responsável pelo programa. Na cidade de Maringá a Secretaria de Trabalho, Renda e Agricultura Familiar é responsável pelas hortas comunitárias do município. Embora os programas das duas cidades apresentem parcerias com outras secretarias, o envolvimento e o trabalho entre elas devem ser aperfeiçoados.

A criação de uma associação municipal dos agricultores urbanos das hortas comunitárias pode ser uma forma de organizar e profissionalizar a atuação desses trabalhadores, buscando minimizar os problemas de gestão

interna, proporcionando um ambiente colaborativo para o alcance de objetivos compartilhados. A associação permite que os agricultores tenham voz ativa na defesa de seus interesses perante as autoridades governamentais, além de poder ampliar a rede de contato para parcerias de maior qualidade para as hortas comunitárias como um todo.

Recomendações em médio e longo prazo: 1) Incluir o Programa de Hortas Comunitárias das duas cidades no Programa de Aquisição de Alimentos (PPA). Espera-se que com as recomendações de curto prazo, os agricultores e as hortas se estruturam de modo a conseguirem fazer parte do PPA. Com isso, o governo federal, estadual e municipal compraria as hortaliças dos agricultores urbanos e as destinariam às creches, escolas e outros setores do município; 2) Canais de participação política para que os gestores municipais e as associações de agricultores urbanos exijam que a Política Nacional de Agricultura Urbana acelere seu processo de implementação e que seja finalmente instituída a Política de AUP no estado do Paraná.

Espera-se que estas recomendações possam ser o fator-chave para a resolução dos problemas de gestão organizacional e de políticas públicas dos programas dos dois municípios e para que estes programas de hortas comunitárias sejam uma ferramenta eficiente de coesão social entre os agricultores



urbanos e, principalmente, que esta política pública seja eficiente para a promoção da segurança alimentar e nutricional.

O intuito deste livro é, também, contribuir para a disseminação e ampliação do conhecimento científico sobre o universo da AUP no formato de hortas comunitárias, para que essa política pública possa ser implantada de forma efetiva no combate à fome em diferentes municípios do estado do Paraná e do Brasil.





REFERÊNCIAS



ALBERTIN, Ricardo Massulo *et al.* Hortas urbanas de Maringá (PR): estudo socioeconômico dos produtores e perceptivo dos transeuntes. **Boletim de Geografia**, v. 34, n. 2, p. 98-115, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/bolgeogr.v34i2.23600>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, C. I. Urban agroecology: designing biodiverse, productive and resilient city farms. **Agro Sur**, v. 46, n. 2, p. 49-60, 2018. Disponível em: <https://DOI:10.4206/agrosur.2018.v46n2-07>. Acesso em: 13 out. 2024.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, v. 13, n. 16, p. 22-32, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i16.1362>. Acesso em: 03 mar. 2025.

ALVES, Deise de Oliveira.; MOURA, Adeildo de Quadros; SCHULTZ, Glauco. Agricultura urbana no Brasil: um levantamento sobre a produção científica nas bases Scopus e Web of Science. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 9, p. 160-178, 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/1946>. Acesso em: 12 set. 2024.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente**, n. 6, p. 67-80, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v6i0.22129>. Acesso em: 10 mar. 2025.

ATKINS, Paul W. B.; WILSON, David S.; e HAYES, Steven C. **Prosocial**: using evolutionary science to build productive, equitable, and collaborative groups. 1. ed. Oakland: New Harbinger, 2019.

BAIARDI, Amílcar. Elinor Ostrom, a premiação da visão unificada das Ciências Humanas. **Caderno CRH**, v. 24, n. 61, p. 203-216, abr. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000100014>. Acesso em 28 fev. 2025.

BAUM, Willian M. **Compreender o behaviorismo**: Ciência, comportamento e cultura. Porto Alegre, RS: Artmed, 1999.

BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria geral dos sistemas**: fundamentos, desenvolvimento e aplicações. 5ª edição. Tradução Francisco M. Guimarães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BIAZOTI, André Ruoppolo *et al.* Agricultura urbana no município de São Paulo: considerações sobre produção e comercialização. **Estudos Avançados**, v. 35, n. 101, p. 189-208, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/185111>. Acesso em: 13 nov. 2024.

BON, Hubert de; PARROT, Laurent; MOUSTIER, Paule. Sustainable urban agriculture in developing countries. A review. **Agronomy for sustainable development**, v. 30, n. 1, p. 21-32, 2010. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1051/agro:2008062>. Acesso em: 25 out. 2024.

BOND, Frank W.; LLOYD, Joda; GUENOLE, Nigel. The work-related acceptance and action questionnaire: Initial psychometric findings and their implications for measuring psychological flexibility in specific contexts. **Journal of occupational and organizational psychology**, v. 86, n. 3, p. 331-347, jan. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/joop.12001>. Acesso em: 18 out. 2024.

BOND, Frank W.; BUNCE, David. The role of acceptance and job control in mental health, job satisfaction, and work performance. **Journal of applied psychology**, v. 88, n. 6, p. 1057, 2003. Disponível em: <https://doi:10.1037/0021-9010.88.6.1057>. Acesso em: 03 jun. 2025.

BRANCO, Marina Castelo; ALCÂNTARA, Flávia A. de. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Horticultura brasileira**, v. 29, n. 3, p. 421-428, jul./set. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-05362011000300028>. Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.935, de 26 de julho de 2024, institui da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. **Diário Oficial da União**, 26 de julho de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114935.htm. Acesso em: 12 jul. 2025

BRASIL. Decreto-Lei no 11.700, de 12 de setembro de 2023. Institui o Programa Nacional de AUP e o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 2, 13 set. 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11700.htm. Acesso em: 12 jul. 2025

BRASIL. Decreto-Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1, 25 de jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11700.htm. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e da outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRETHOWER, Dale M. et al. A history of organizational behavior management. **Journal of Organizational Behavior Management**, v. 42, n. 1, p. 3-35, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01608061.2021.1924340>. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRETHOWER, Dale M. **Performance analysis: knowing what to do and how**. 1. ed., v. 2. Amherst, MA: Human Resource Development Press, 2007.

BRETHOWER, Dale M. Understanding behavior of organizations to improve behavior in organizations. **The Behavior analyst today**, v. 5, n. 2, p. 170-181, jan. 2004. Disponível em: [10.1037/h0100028](https://doi.org/10.1037/h0100028). Acesso em: 20 fev. 2025.

BRETHOWER, Dale M. The total performance system. In: O'BRIEN, R.; DICKSON, A; ROSOW, M. (Org.). **Industrial behavioral modification: A management handbook**. 1. ed. New York, NY: Pergamon, 1982, p. 350–369.

BURNES, Bernard. **Managing change: A strategic approach to organisational dynamics**. 4rt. ed. London: Pearson Education, 2004.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em perspectiva**, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392003000300019>. Acesso em: 29 ago. 2024.

CASCADEL. **Horta municipal será o coração do programa Agricultura Urbana**. 05 jan. 2017. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/cidadao/noticia/horta-municipal-sera-o-coracao-do-programa-agricultura-urbana>. Acesso: 01 jan. 2025.

CASCADEL. Decreto Nº 13.338 de 1 de março de 2017. Dispõe sobre a criação na administração pública municipal, do setor Território Cidadão e da outras providências. **Diário oficial**, 09 de maio de 2017. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ivodq>. Acesso: 29 dez. 2024.

CASCADEL. Lei n. 6874 de 16 de julho de 2018. Institui o Programa Municipal de Agricultura Urbana de Cascavel e da outras providências. **Diário Oficial**, 19 de julho de 2018. Disponível em: <http://leismunicipa.is/mwiln>. Acesso: 27 dez. 2024.

CASCADEL. **Com muitas hortaliças, feira do produtor urbano acontece na sexta-feira (12) em Cascavel**. 11 maio 2023. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/cidadao/noticia/com-muitas-hortaliças-feira-do-produtor-urbano-acontece-nesta-sexta-feira-12-em-cascavel>. Acesso em: 09 jun. 2024.

CASCADEL. **Centro de atendimento ao turista de Cascavel**. Disponível em: <https://www.prefeituradecascavel.com.br/centro-de-atendimento-ao-turista-em-cascavel/>. Acesso em 26 set. 2024.

CASTRO, César Nunes de. Agricultura urbana e periurbana: Conceito, experiências nacionais e internacionais, desafios e o programa nacional de agricultura urbana e periurbana. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, n.3087, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/td3087-port> Acesso em: 02 jul. 2025.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 7. ed. São Paulo: Elsevier Brasil, 2004.

COHEN, Nevin. The changing role of urban agriculture in municipal planning: from planning for urban agriculture to urban agriculture for planning. In: WISKERKE, Han (Org.). **Achieving sustainable urban agriculture**. 1st. ed. London: Burleigh Dodds Science Publishing, 2020, p. 23-36.

CONSEA. **Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Subsídios para uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana (PNAUP). 2014. Disponível em: <https://aueufmg.files.wordpress.com/2016/07/subsidio-pol-nac-agric-urb-periurb.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

CORRÊA, Carina Júlia Pensa et al. Semeando a cidade: Histórico e atualidades da agricultura urbana. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, p.1-22, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20180075r1vu2020L1AO>. Acesso em: 14 maio 2023.

CRAN, Stephanie et al. A Pilot Study Exploring Practices that Support the Longevity of Community Gardens Supported by Religious Organizations. **Behavior and Social Issues**, p. 1-37, 2023. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s42822-023-00124-7>. Acesso em: 30 set. 2024.

CURAN, Roberta Moraes; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. **Estudos Avançados**, v. 35, n. 101, p. 209-224, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.013>. Acesso em 11 set. 2024.

DENZIN, Norman K. **The research act: A theoretical introduction to sociological methods**. London: Routledge, 2017.

FAO. **The state of food security and nutrition in the world 2018: Building climate resilience for food security and nutrition**. Roma: FAO: 2018. Disponível em: <https://www.fao.org/3/I9553EN/i9553en.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FAO. **Agriculture urbaine et périurbaine**. Roma: FAO, 1999. Disponível em: <https://www.fao.org/unfao/bodies/coag/coag15/X0076f.htm>. Acesso em: 15 nov. 2024.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 20, n. 59, p. 97-110, 2005. Disponível em: [\[https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000300007\]](https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000300007). Acesso em: 27 ago. 2024.

FARIA, José Henrique de. **Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

FERNANDES, Renata.; SOUZA, Nádia Roberta P. G.; MARTINS JUNIOR, Joaquim. Benefícios da Implantação do Programa Hortas Comunitárias em Maringá-Paraná. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, v. 4, n. 1, p. 79-82, set/nov. 2013. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20130731_225208.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

FERNÁNDEZ-RÍOS, Luis. **Interdisciplinariedad en la construcción del conocimiento: ¿Más allá de Bolonia?** Revista Innovación Educativa, n. 20, p. 157-166, 2010. Disponível em: [\[http://hdl.handle.net/10347/5005\]](http://hdl.handle.net/10347/5005). Acesso em: 15 jul. 2025

FGVces - Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. **Agendas Municipais de Agricultura Urbana e Periurbana: um guia para inserir a agricultura nos processos de planejamento urbano**. São Paulo, 2022. p.31.

FLICK, Owe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORES, Irama. Los medios de comunicación y el surgimiento de la cultura agrícola urbana en Venezuela. **Razón y Palabra**, v. 20, n. 94, p. 265-279, jul.-set. 2016. Disponível em: <https://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/707>. Acesso em: 01 nov. 2024.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, 2000. Disponível em: [\[www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89\]](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89). Acesso em: 27 ago. 2024.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária na contramarcha da pobreza. **Sociologia, Problemas e Práticas**. v.16. n. 79, p. 43-63, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/2221>. Acesso em: 19 mar. 2025.

GLENN, Sigrid S. *et al.* Toward consistent terminology in a behaviorist approach to cultural analysis. **Behavior and Social issues**, v. 25, n. 1, p. 11-27, mai. 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.5210/bsi.v25i0.6634>. Acesso em: 22 fev. 2025.

GLENN, Sigrid S.; MALOTT, Maria E. Complexity and selection: Implications for organizational change. **Behavior and social issues**, v. 13, p. 89-106, out. 2004. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.5210/bsi.v13i2.378>. Acesso em: 20 fev. 2025.

GLENN, Sigrid S. Metacontingencies in “Walden Two”. **Behavior Analysis and Social Action**, v. 5, n. 1, p. 2-8, maio, 1986. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF03406059>. Acesso em 8 out. 2024.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-209, mai-ago, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200010>. Acesso em: 15 set. 2024.

GÜREL, Emet & TAT, Merba. SWOT analysis: A Theoretical Review. **The Journal of International Social Research**, Vol. 10, n. 51, p. 994-1006, ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17719/jisr.2017.1832>. Acesso: 12 out. 2024.

HAHN, Fábio André. Interdisciplinaridade: possibilidades de leitura para um jovem pesquisador. In: HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira (Org.). **Interdisciplinaridade: Perspectivas e Desafios**. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2020. p. 263-291.

HAYES, Steven C.; ATKINS, Paul; WILSON, David Sloan. Prosocial: Using an evolutionary approach to modify cooperation in small groups. In: HOUMANFAR, Ramona A.; FRYLING, Mitch; ALAVOSIUS, Mark P. (Org.). **Applied Behavior Science in Organizations**. 1st ed. New York, NY: Routledge, 2021. p. 197-223.

HAYES, Steven C., BARNES-HOLMES, Dermot, & WILSON, Kelly G. Contextual Behavioral Science: Creating a science more adequate to the challenge of the human condition. **Journal of Contextual Behavioral Science**, v. 1, n.1-2, p. 1-16, dez. 2012. Disponível em: [10.1016/j.jcbs.2012.09.004](https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2012.09.004). Acesso em: 28 fev. 2025.

HECHT, Susanna et al. La evolución del pensamiento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel A. (Org.). **Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable**. 4. ed. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999. p. 15-30.

HERNÁNDEZ, Loracnis. La agricultura urbana y caracterización de sus sistemas productivos y sociales, como vía para la seguridad alimentaria en nuestras ciudades. **Cultivos Tropicales**, v. 27, n. 2, p. 13-25, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193215872002>. Acesso em: 20 out. 2024.

IBGE. **Brasil, Paraná, Cascavel**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cascavel/panorama>. Acesso em: 06 jul. 2025.

IBGE. **Brasil, Paraná, Maringá**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/maringa/panorama>. Acesso em: 06 jul. 2025.

IDSC-BR. **Índice de desenvolvimento sustentável das cidades**. Brasil, 2025. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/cascavel-PR>. Acesso: 17 jun. 2025.

IDSC-BR. **Índice de desenvolvimento sustentável das cidades**. Brasil, 2025. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/maringa-PR>. Acesso: 17 jun. 2025.

JESUS, Fabio Henrique Albuquerque de. **Hortas urbanas e periurbanas de Cascavel e Maringá: entre a organização e a resistência a fome**. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento) – UNESPAR, Campo Mourão, 2024.

KUCH, Isabelle Elisandra; DITTRICH, Alexandre. As masculinidades como variáveis relevantes para analistas do comportamento: Reflexões teóricas e práticas. **Perspectivas em**

Análise do Comportamento, v. 14, n. 2, p. 154-169, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18761/vecc291122a>. Acesso em: 13 jun. 2025.

LACOMBE, Francisco. **Teoria Geral da Administração**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista crítica de ciências sociais**, v. 8, n. 84, p. 7-47, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.381>. Acesso em: 26 fev. 2025.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan./mar. 2002. Disponível em: https://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/agroecologia_e_saber_ambiental.pdf. Acesso em: 13 out. 2024.

LOCATEL, Celso Donizete; SILVA, Regilane Fernandes da; SILVA, Roberto Marinho Alves da. Agricultura urbana e periurbana apoiada na agroecologia e na economia solidária. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. 2025. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/17260>. Acesso em: 14 jul. 2025.

LOVELL, Sarah Taylor. Multifunctional urban agriculture for sustainable land use planning in the United States. **Sustainability**, v. 2, n. 8, p. 2499-2522, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su2082499>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MADALENO, Isabel Maria. **A cidade das mangueiras: agricultura urbana em Belém do Pará**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

MADALENO, Isabel Maria et al. Cities of the future: urban agriculture in the third millennium. **Food Nutrition and agriculture**, n. 29, p. 14-21, 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/265409792>. Acesso em: 11 set. 2024.

MALOTT, Maria E. **Paradox of organizational change: Engineering organizations with behavioral systems analysis**. 1st ed. Reno, NV: Context Press, 2003.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARINGÁ. **Demografia do município**. Disponível em: <https://www.maringa.pr.gov.br/turismo/?cod=nossa-cidade/3>. Acesso em 26 set. 2024.

MARINGÁ. Lei n 8981 de 27 de julho de 2011. Oficializa o programa de horta comunitária no município de Maringá e da outras providencias. **Diário Oficial**, 01 de agosto de 2011. Disponível em: https://venus.maringa.pr.gov.br/arquivos/orgao_oficial/arquivos/oom%201568.pdf. Acesso em 03 jan. 2025.

MARINGÁ. Lei n 6822 de 16 de março de 2005. Institui o programa municipal de agricultura urbana no município de Maringá. **Diário Oficial**, 16 de março de 2005. Disponível em <http://leismunicipa.is/mcroed>. Acesso em 03 jan. 2025.

MATOS FILHO, Hêlio Aparecido. Influência da administração científica nas organizações. **Revista Gestão Industrial**, v. 14, n. 1, p. 68-82, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/revistagi/article/view/6687/5474>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria Geral da Administração**: da revolução urbana à revolução digital. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Fundamentos da administração**: introdução à teoria geral e aos processos da administração. 3. ed. São Paulo: Gen/LTC, 2015.

MCGEE, Heather M.; CROWLEY-KOCH, Brian J. Behavioral systems analysis in organizations. In: HOUMANGAR, Ramona A; FRYLING, Mitch & ALAVOSIUS, Mark P. (Org.). **Applied behavior science in organizations**. 1st. ed. New York, NY: Routledge, 2022. p. 99-127.

MEIRA, Fernanda Maria *et al.* Extensão Agroecológica em hortas urbanas e periurbanas. **Rev. Brasileira de Agroecologia**. v. 4, n. 2, p. 2676-2677, nov. 2009. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/9811/6615>. Acesso 08 jan. 2025.

MESSIAS, Samireille Silvano *et al.* Implantação do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana (CerAUP) em Maringá, Paraná. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 2319-2322, nov. 2009. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/8583/6058>. Acesso em 08 jan. 2025.

MICHELLON, Ednaldo; JUNG, Lígia Mara; ROSSI, Wesley Rodrigo. Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Urbana. In: Michellon, Ednaldo (Org.). **Hortas Comunitárias de Maringá**: um modelo de agricultura urbana. 1. Ed. Maringá: Clichetec, 2016, p. 51-61.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Introdução – conceito e avaliação por triangulação de métodos. In: MINAYO Maria C.S., ASSIS, Simone G., SOUZA, Edinilsa R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 19-52.

MOLINA, Brian; DEOCHAND, Neil; MCGEE, Heather. Learning from experimental communities using behavioral systems analysis. **Behavior and Social Issues**, v. 28, p. 174-188, fev. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s42822-019-00005-y>. Acesso em 20 fev. 2025.

MOREIRA, Márcio Borges; MEDEIROS, Carlos Augusto de. **Princípios básicos de análise do comportamento**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2019.

MOTA, Amanda Gonçalves; BARROS, Hemily Torres; DOS SANTOS, Alexsandro Ferreira. Hortas comunitárias urbanas, objetivos de desenvolvimento sustentáveis e assistência no câncer. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 2, p. e13435-e13435, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv22n2-014>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella Francisca Freitas Gouveia de. **Teoria geral da administração**. 4. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning Edições Ltda., 2021.

MOTTA, Fernando C. Prestes. A teoria geral dos sistemas na teoria das organizações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 11, n. 1, p. 17-33, 1971. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901971000100003>. Acesso em: 05 fev. 2025.

MOUGEOT, Luc J. A. Agricultura Urbana: conceito e definição. **Revista de agricultura urbana**. vol. 1, n. 1, p. 8-14, Jul. 2000a. Disponível em: https://ruaf.org/assets/2000/10/rau01_total.pdf. Acesso: 12 out. 2024.

MOUGEOT Luc J. A. Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks. In: BAKKER N.; DUBBELING M.; GUNDEL S.; SABELKASCHELLA, U.; ZEEUW, H. (Org.). **Growing cities, growing food, urban agriculture on the policy agenda**. 1st. ed. Feldafing: German Foundation for International Development, Feldafing, Germany, 2000b, p. 1-42.

MOUGEOT, Luc J. A. African city farming from a world perspective. In: EGZIABHER, A. G. *et al.* **Cities Feeding People: an examination of urban agriculture in East Africa**. 1st. ed. Ottawa, ON: International Development Research Centre, 1994. p. 1-24.

NAJMANOVICH, Denise. **Mirar con nuevos ojos nuevos paradigmas en la ciencia y pensamiento complejo**. 1. ed. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008.

NAKAMURA, Angélica Campos; RANIERI, Guilherme Reis. **Agricultura Urbana: agroecologia, alimentação, saúde e bem-estar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

OLIVEIRA, Lya Cynthia Porto de. **Redes, ideias e ação pública na agricultura urbana**: São Paulo, Montreal e Toronto. 2017. Tese (Doutorado em Administração pública e governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA NETO, Paulo de. **Agricultura urbana e segurança alimentar**: um estudo de caso no município de Maringá, estado do Paraná. 2017. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Tupã, 2017.

ORSINI, Francesco *et al.* Urban agriculture in the developing world: a review. **Agronomy for sustainable development**, v. 33, n. 4, p. 695-720, mar. 2013. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s13593-013-0143-z>. Acesso em 13 out. 2024.

OSTROM, E. Collective Actions and the evolution of social norms. **Journal of Economic Perspectives**, v. 14, n.3, p. 137-158, fev. 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/4981619_Collective_Action_and_the_Evolution_of_Social_Norms. Acesso em: 28 fev. 2025.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective actions**. 1st. ed. New York, NY: Cambridge University Press, 1990.

PARANÁ. Decreto n. 1556 de 9 de julho 2003. Institui e regulamenta o funcionamento do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/PR, e dá outras providências. **Diário oficial do Paraná**, 9 jul. 2003.

PARANÁ. Lei n. 16565 de 31 de agosto de 2010. Estabelece, conforme especifica, as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN PR. **Diário Oficial do Paraná**, 31 de agosto de 2010.

PARANÁ. Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. **III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná**: Documento final. Curitiba: Consea, 2011.

PARANÁ. **Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional**: 2012/2015. Curitiba, PR: CAISAN/PR, 2013.

PAUL, Patrick. Pensamento complexo e interdisciplinaridade: abertura para mudança de paradigma. In: PHILIPPI J. Arlindo; SILVA N. Antônio J. (Org.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. 1. ed. Barueri: Manole, 2011, p.229-259.

PÉREZ-ESCAMILLA, Rafael *et al.* An adapted version of the US Department of Agriculture Food Insecurity module is a valid tool for assessing household food insecurity in Campinas, Brazil. **The Journal of nutrition**, v. 134, n. 8, p. 1923-1928, ago. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jn/134.8.1923>. Acesso em: 16 set. 2022.

POLK, Kevin., SCHOENDORFF, Benjamin. **The ACT Matrix: A new approach to building psychological flexibility across settings and populations**. 1. ed. Oakland, CA: New Harbinger, 2014.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em revista**, v. 1, n. 1, p. 3-15, 2006. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3082>. Acesso em: 27 jan. 2025

POSADA, Deisy Vanesa Molina; MUÑOZ-DUQUE, Luz Adriana; JARAMILLO, Astrid Natalia Molina. Agricultura urbana, bienestar subjetivo y actitudes ambientales en el colectivo Agroarte. Estudio de caso en la comuna 13, Medellín. **Revista Virtual Universidad Católica del Norte**, v. 0, n. 56, p. 89-108, jan-abr. 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1942/194259585007/>. Acesso em: 01 nov. 2024.

PRADO JÚNIOR, Caio Prado. **Evolução política do Brasil: colônia e império**. 21 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

RAMOS, Marília Patta. Métodos quantitativos e pesquisa em ciências sociais: lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais. **Mediações: revista de ciências sociais**. Vol. 18, n. 1, p. 55-65, jan-jun. 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/132102>. Acesso em: 15 set. 2024.

RAYMUNDO, Paulo Roberto. **O que é Administração**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2017.

RAYNAUT, Claude. Os desafios contemporâneos da produção do conhecimento: o apelo para interdisciplinaridade. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 11, n. 1, p. 1-22, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2014v11n1p1>. Acesso em: 30 jan. 2025.

RICHTER, Marc François et al. Hortas urbanas–História, Classificação, Benefícios e Perspectivas. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 55, 2022. Acesso em: 10 jul. 2025.

RUMMLER, Geary A. & BRACHE, Alan P. **Improving Performance: How to manage the white space on the organization chart**. 3rd ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2013.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **História da alimentação no Paraná**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

SANTOS, João Pedro Mariano; MICHELLON, Ednaldo. Centro de Referência em Agricultura Urbana – CerAUP: Inclusão social e Política de Segurança Alimentar e Nutricional. In: DUARTE, Clarice Seixas *et al.* **Reflexões acadêmicas para superar a miséria e a fome**. 1 ed. São Paulo: Mackpesquisa, 2016, p. 402-408.

SANTOS, Karine da Silva *et al.* O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo. **Ciência & saúde coletiva**, v. 25, n. 2, p. 655-664, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.12302018>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SCHMITT, Cláudia Job; TYGEL, Daniel. Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 105-128.

SILVA, André Vasconcelos da; TSUKAHARA, Mariana Pirkel; NUNES, Neubher Fernandes. **Cultura Organizacional: Uma reflexão na perspectiva comportamental**. 1 ed. Brasília: Instituto Walden4, 2017.

SILVA, André Vasconcelos da. **Evolução de práticas culturais: a análise de uma organização autogestionável**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências do Comportamento). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 6 reimpressões. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 71-105.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e estado**, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, dez. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922001000100005>. Acesso em: 25 fev. 2025.

SKINNER, B. F. Selection by consequences. **Science**, v. 213, n. 4507, p. 501-504, 1981. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.7244649>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SMIT, Jac, NASR, Joe & RATTA, Annu. **Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities**. 2nd. ed. Washington, DC: The Urban Agriculture Network, 2001.

SOUZA, Raphael Pereira de Oliveira e CALAÇA, Manuel. Agricultura urbana: uma nova alternativa para a produção de alimentos e melhor qualidade ambiental para a cidade. **Revista Campo-Território**, Uberlândia-MG, v. 14, n. 32, p. 239-265, abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCT143210>. Acesso em: 15 set. 2024.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acesso em: 15 jul. 2025.

THEINL, Terezinha Aparecida. **Agricultura urbana e periurbana: abordagens socioambiental sobre hortas comunitárias no município de Cascavel-PR**. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – UNIOESTE, Toledo, 2023.

THOMPSON, A. A., STRICKLAND, A. J. & GAMBLE, J. E. (2007). **Crafting and Executing Strategy-Concepts and Cases**, (15th Edition), USA: McGraw Hill/Irwin, 2007.

TORNAGHI, Chiara. Critical geography of urban agriculture. **Progress in Human Geography**, v. 38, n. 4, p. 551-567, ago. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0309132513512542>. Acesso em: 03 nov. 2024.

TOURINHO, Emmanuel Zagury. A produção de conhecimento em psicologia: a análise do comportamento. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 23, n. 2, p. 30-41, jun. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000200006>. Acesso em: 10 fev. 2025.

VILARDAGA, Roger *et al.* Creating a strategy for progress: A contextual behavioral science approach. **The Behavior Analyst**, v. 32, n. 1, p. 105-133, 2009. Disponível em: [10.1007/BF03392178](https://doi.org/10.1007/BF03392178). Acesso em 27 fev. 2025.

WILDER, David A.; AUSTIN, John; CASELLA, Sarah. Applying behavior analysis in organizations: Organizational behavior management. **Psychological Services**, v. 6, n. 3, p. 202-211, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/a0015393>. Acesso em: 15 fev. 2025.

ZEEUW, Henk de; GUNDEL, Sabine; WAIBEL, Hermann. The integration of agriculture in urban policies. In: BAKKER, N. *et al.* **Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda**. 1st. ed. Feldafing, Germany: Food and Agriculture Development Centre, 2000. p. 161-180



A dark, atmospheric illustration of a city in ruins. In the foreground, a street is covered in rubble and debris. In the background, several tall, damaged skyscrapers rise against a cloudy, grey sky. A large eagle with its wings spread wide is flying in the center of the image, its wings spanning across the upper half of the frame. The overall tone is somber and post-apocalyptic.

SOBRE OS AUTORES





Fabio Henrique Albuquerque de Jesus

É Bacharel e Psicólogo pela UniCesumar, Especialista em Psicologia Clínica Analítico-Comportamental pela FAG e Mestre em Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) pela Universidade Estadual do Paraná. Atua como psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social do município de Ubitatã/PR e na Clínica Comportamento – Centro de Psicologia Aplicada. Possui experiência nas seguintes áreas: Análise do Comportamento, Ciência Comportamental Contextual e Políticas Públicas. Atualmente coordena o projeto de Horta e Jardim Solidários Urbano no município de Ubitatã/PR.



Adilson Anacleto

É Bacharel em Administração pela Universidade Estadual do Paraná, Doutor e PhD em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Paraná, Professor Associado do Departamento de Administração, Professor do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento - Campus de Campo Mourão. Editor Chefe da Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação. Desenvolve pesquisas e projetos de extensão universitária relacionados a estudos de gênero, ações e iniciativas de desenvolvimento de micro e pequenos empreendedores, Arranjos Produtivos Locais nos aspectos de estratégia e desenvolvimento, políticas públicas, cidadania, pobreza e desigualdades sociais e bem como nos processos de produção, comércio e renda no contexto urbano e rural. Pela atuação em projetos relacionados a horticultura orgânica foi o vencedor do 12º Prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Sustentável - Projeto Horticultura orgânica em comunidades socialmente vulneráveis., ISAE/FGV e do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Rede Brasil do Pacto Global 2019, Rede Brasil do Pacto Global (Programa ONU).



A insegurança alimentar é um dos maiores desafios contemporâneos no Brasil, especialmente nos contextos urbanos. Este livro apresenta uma análise instigante sobre como as hortas urbanas e periurbanas podem se tornar ferramentas efetivas para o enfrentamento da fome, o fortalecimento do tecido social e a promoção da segurança alimentar.

Inspirado pela metáfora do "Voo da Harpia" ave que simboliza visão ampla e integradora os autores conduzem o leitor por uma abordagem interdisciplinar que articula Administração, Psicologia, Economia, Agronomia e Políticas Públicas. Essa integração possibilita compreender as hortas comunitárias não apenas como espaços de produção de alimentos, mas como sistemas organizacionais complexos, onde emergem práticas de cooperação, solidariedade e inovação social.

Os casos de Cascavel e Maringá, municípios do Paraná que se destacam nacionalmente em programas de Agricultura Urbana e Periurbana, oferecem o campo empírico para a pesquisa. A partir deles, a obra discute a relevância das políticas públicas e o impacto das hortas comunitárias na construção de cidades mais justas e resilientes.

Com rigor acadêmico e aplicabilidade prática, o livro é leitura essencial para pesquisadores, gestores públicos e todos aqueles que buscam compreender e transformar realidades sociais por meio de iniciativas coletivas.

ISBN: 978-65-976689-2-2

CDL



9 786597 668922